

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS**  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

PEDRO PONTES DE PAULA JÚNIOR

A VILA ALTEROSA DO JUÍ: UMA “CIDADE SANTA” NA DINÂMICA DA  
REDE URBANA NO ALTO SOLIMÕES, AMAZONAS

MANAUS

2018

PEDRO PONTES DE PAULA JÚNIOR

A VILA ALTEROSA DO JUÍ: UMA “CIDADE SANTA” NA DINÂMICA DA  
REDE URBANA NO ALTO SOLIMÕES, AMAZONAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Tatiana Schor

MANAUS

2018

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

P324v Paula Junior, Pedro Pontes de  
A Vila Alterosa do Juí : Uma "Cidade Santa" na dinâmica da rede urbana no Alto Solimões, Amazonas / Pedro Pontes de Paula Junior. 2018  
138 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Tatiana Schor  
Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Rede urbana. 2. Alto Solimões. 3. Vila. 4. Irmandade da Santa Cruz. I. Schor, Tatiana II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

## DEDICATÓRIA

*Aos povos da floresta, especialmente aqueles que  
vivem a diversidade urbana amazônica;  
Aos meus amores João Pedro e Francinete, cuja a  
existência completa a minha vida;  
À minha mãe e irmão, meus exemplos de  
honestidade, caráter e força de vontade.  
Dedico este trabalho.*

## AGRADECIMENTOS

A elaboração de uma dissertação é uma tarefa árdua, mas não solitária. Embora seja apenas um nome à emoldurar a capa, basta olharmos as seções de agradecimentos e referências dos trabalhos acadêmicos para percebermos que não há nada que construímos sozinhos, tudo acaba tendo uma construção coletiva. Chegar a esse momento é iniciar uma reflexão que nos leva a relembrar toda a nossa formação acadêmica e profissional.

Assim, gostaria de agradecer primeiramente a Deus por mais essa etapa concluída.

À minha família, fundamental para que este sonho se realizasse. Especialmente à meu irmão e mãe que me acolheram em sua casa.

Ao meu núcleo familiar que durante essa caminhada compreendeu minha ausência.

À minha orientadora Profa. Dra. Tatiana Schor, pela paciência e confiança depositada, pelas dúvidas e contribuições lançadas durante esta caminhada.

Ao amigo e eterno orientador Guilherme Gitahy de Figueiredo, a quem minha trajetória acadêmica e militante devo muito.

À Universidade Federal do Amazonas e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEOG-UFAM) pelos conhecimentos adquiridos.

Aos professores do PPGGEOG-UFAM, principalmente àqueles em que cursamos suas disciplinas. E aos professores Dr. José Aldemir, Dra. Paola Verri e Dr. Geraldo Alves que foram fundamentais para lapidar nossa proposta de pesquisa

Ao Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia (NEPECAB) por proporcionar um espaço de convivência acadêmica, com muitos seminários, palestras e cursos.

Ao conjunto de amigos adquiridos durante o período de estudo em Manaus, onde quase todos assim como eu eram de algum outro lugar. Especialmente aos colegas Crizan, Ednilce e Isabela com quem dividi durante um ano a responsabilidade de abrir o laboratório do NEPECAB.

Aos companheiros de campo Fernanda Cidade, Moisés Augusto, Geraldo e Isabel, cuja a ajuda e compartilhamento de experiências foi fundamental. Tornando o campo de outubro de 2017 um dos mais agradáveis.

Ao Pastor Dalmácio Pinheiro de Castro e toda direção de Sede missionária pelo acolhimento e por permitir a realização deste estudo.

À todos os moradores de Vila Alterosa do Juí que muito gentilmente nos receberam em suas casas para nos prestarem informações.

Ao presidente da Associação do Projeto de Assentamento Florestal (PAF) Rio Içá, Alysso Ferreira Magalhães pelos muitos documentos compartilhados e pela rede de bons contatos.

À todos os órgãos, entidades e demais informantes, pela concessão de informações imprescindíveis para o desenvolvimento de minha pesquisa.

E a todos os demais que contribuíram direta ou indiretamente com a realização desta pesquisa, o meu muito obrigado.

*“ A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra em condições históricas.”*

Henri Lefebvre (1901-1991), filósofo e sociólogo francês.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal compreender como a Vila Alterosa do Juí, sede espiritual da Irmandade da Santa Cruz, se insere no processo contemporâneo de urbanização na Amazônia, a partir da sua dinâmica interna e do seu papel na rede urbana. Para tal utilizamos uma metodologia mista, incorporando concomitantemente diferentes métodos, tendo por principal o método qualitativo e por secundário o quantitativo. Os procedimentos de coleta de dados envolveram a busca de dados primários e secundários, o que se deu por meio da realização de pesquisas bibliográficas, levantamento de dados em instituições públicas e privadas, observações em campo e a realização de entrevistas formais e informais. Os resultados indicam que a vila reflete o processo geral de urbanização, sendo possível identificar as contradições do rural/urbano. O conjunto de relações desencadeadas pela centralidade da Irmandade, a comercialização da produção e a oferta de serviços, fazem com que a vila assuma relevância na dinâmica da rede urbana local e regional. Chegando a articular o que denominamos de Médio Rio Içá.

**Palavras-chaves:** Rede urbana; Alto Solimões; Vila; Irmandade da Santa Cruz.

## ABSTRACT

This work had as main objective to understand how the Villa Alterosa of Juí, spiritual seat of the Brotherhood of Santa Cruz, is inserted in the contemporary process of urbanization in the Amazon, from its internal dynamics and its role in the urban grid. For this we use a mixed methodology, concomitantly incorporating different methods, having as main the qualitative method and by secondary the quantitative. Data collection procedures involved the search for primary and secondary data, which was done through bibliographical research, data collection in public and private institutions, field observations, and formal and informal interviews. The results indicate that the village reflects the general process of urbanization, and it is possible to identify the contradictions of rural / urban. The set of relationships triggered by the centrality of the Brotherhood, the commercialization of production and the offer of services, make the village assume relevance in the dynamics of the local and regional urban grid. Getting to articulate what we call the Middle Rio Içá.

**Keywords:** Urban network; Alto Solimões; Village; Brotherhood of Santa Cruz.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Análise em cluster para os municípios instalados na Amazônia: (a) até 1912, (b) até 1997	15
Figura 2: Mapa de localização da Vila Alterosa do Juí no município de Santo Antônio do Içá - Amazonas - Brasil.	17
Figura 3: Itinerário do Irmão José.	28
Figura 4: Mapa da área do PAE Vila Alterosa do Juí.	51
Figura 5: Área desmatada para navegação no Igarapé Juí.	64
Figura 6: Mapa vias fluviais no Alto Solimões.	65
Figura 7: Mapa de lagos de Vila Alterosa do Juí georreferenciados.	66
Figura 8: Área desmatada no entorno da vila.	68
Figura 9: Criação de ovinos na área urbana da vila.	69
Figura 10: Variedade de produtos em comércio da vila.	71
Figura 11: Mapa urbano de Vila Alterosa do Juí.	72
Figura 12: Quintais das casas da vila cercados.	74
Figura 13: Estação de telefonia fixa da empresa Oi.	76
Figura 14: Ponto de acesso ao sinal de internet wi-fi na vila e usuários do serviço.	77
Figura 15: Escola Municipal Cristã do Brasil.	78
Figura 16: Posto de Saúde de Vila Alterosa.	79
Figura 17: Embarcação microrregional no trecho Vila Alterosa – Santo Antônio do Içá – Vila Alterosa.	81
Figura 18: Barcos de recreio e microrregional atracados no porto de Santo Antônio do Içá.	82
Figura 19: Canoão no “porto” da sede missionária.	83
Figura 20: Lancha expressa Express Rio Içá.	85
Figura 21: Sacas de farinha estocadas em comércio da vila.	87
Figura 22: Frigorífico Almeida.	91
Figura 23: Mapa sede municipal e comunidades rurais de Santo Antônio do Içá – Amazonas.	94
Figura 24: Anexo Luz do Saber.	96
Figura 25: Mapa das comunidades atendidas por Vila Alterosa na educação.	97
Figura 26: Mapa das comunidades atendidas por Vila Alterosa na saúde.	98
Figura 27: Gráfico da composição da renda média mensal.	110
Figura 28: Comparação entre a composição dos rendimentos em domicílios com e sem o Bolsa Família.	113
Figura 29: Composição dos rendimentos em domicílios com salários.	114
Figura 30: Comparação entre a composição dos rendimentos em domicílios com e sem venda da produção.	116
Figura 31: Balsa de garimpo em construção.	119

Figura 32: Chegando na vila.....	123
Figura 33: A beira.....	123
Figura 34: Templo em construção.....	124
Figura 35: Templo em construção II.....	124
Figura 36: Fiéis indo para reza da tarde.....	124
Figura 37: Meninas da Santa Cruz.....	125
Figura 38: Meninos da Santa Cruz.....	125
Figura 39: Fiéis em penitência.....	125
Figura 40: Indo a roça.....	126
Figura 41: Crianças retornando da roça com lenha.....	126
Figura 42: Entrevista com o pastor Dalmácio.....	127
Figura 43: Por do Sol na vila.....	127

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Temáticas abordadas nas publicações selecionadas sobre vilas rurais.....	21
Tabela 2: Questões de investigação e respectivas abordagens e estratégias de coleta e análise dos dados.....	23
Tabela 3: Comunidades e posses que fazem parte do conjunto de vilas do PAE Vila Alterosa do Juí, Santo Antônio do Içá.....	52
Tabela 4: Classe de declividade e respectivas áreas no PAE Vila Alterosa.....	67
Tabela 5: Histórico epidemiológico do número de casos de malária em localidades do município de Santo Antônio do Içá.....	79
Tabela 6: Tipologia comercial e a abrangência de mercado das espécies estudadas.....	88
Tabela 7: Distribuição do eleitorado por local de votação.....	99
Tabela 8: Patrimônio doméstico em Vila Alterosa e em localidades das reservas Amanã e Mamirauá.....	105
Tabela 9: Distribuição dos gastos médios por categoria.....	107
Tabela 10: Alcance dos benefícios e média de renda mensal.....	111

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AM – Estado do Amazonas

ASPSAI - Associação de Pescadores e Pescadoras Profissional, Artesanal de Santo Antônio do Içá

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF-SOL – Comando de Fronteira do Alto Solimões

CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FVS – Fundação Vigilância em Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MEB – Movimento de Educação de Base

NEPECAB – Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia

PAE – Projeto Agroextrativista

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

PPGG-UFAM – Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFAM

RADAMBRASIL – Projeto Radar na Amazônia

RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável

SEDUC-AM Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Estado do Amazonas

SEPRO - Secretaria da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado

SPI – Serviço de Proteção do Índio

STA – Salva Tua Alma

UBS – Unidade Básica de Saúde

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UPA – União Paz e Amor

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA VILA ALTEROSA DO JUÍ.....	25
1.1 Caráter inicial e geral da formação.....	25
1.1.1 A história do Padre Santo, o fundador.....	25
1.1.2 A história da Irmandade da Santa Cruz.....	30
1.1.3 A história da Vila Alterosa do Juí.....	34
1.2 O Contexto político e econômico.....	37
1.2.1 Na época de Irmão José.....	37
1.2.2 A época de Valter Neves da Cruz.....	43
1.2.3 Os tempos atuais.....	48
CONCLUSÃO.....	57
2 A CIDADE SANTA E O MÉDIO RIO IÇÁ.....	59
2.1 Definindo Vila e Rede Urbana.....	59
2.2 As condições naturais e o perfil urbano da Vila Alterosa do Juí.....	63
2.3 Os fluxos monetários.....	80
2.3.1 A produção agrícola.....	85
2.3.2 A produção extrativista.....	88
2.4 A relação comunidades / Vila no Médio Rio Içá.....	91
2.4.1 Os serviços de educação, saúde e eleitoral.....	95
CONCLUSÃO.....	100
3 O CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO ATUAL DA VILA.....	102
3.1 A economia doméstica em Vila Alterosa do Juí.....	102
3.1.1 O patrimônio e as despesas domésticas.....	103
3.1.2 A renda doméstica.....	108
3.2 O novo cenário social.....	117
3.2.1 A contradição entre a visibilidade e a invisibilidade.....	120
CONCLUSÃO.....	121
4 A GEOGRAFIA VISUAL DA “CIDADE SANTA”: ENSAIO FOTOGRÁFICO.....	123
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
REFERÊNCIAS.....	130

## INTRODUÇÃO

A Amazônia é amplamente reconhecida por seus aspectos naturais. Suas principais expressões estão contidas na imensidão de sua floresta tropical, bacia hidrográfica e biodiversidade. Há séculos esse imaginário da região vem sendo construído e reproduzido, a partir de um ponto de vista completamente exógeno.

Desde o período das grandes navegações europeias, atores externos construíram representações sobre a Amazônia, as quais serviram de base a novas interpretações. Nesse sentido, podemos considerar que a forma como a Amazônia é representada atualmente nos meios de comunicação de massa está em parte relacionada a imagem construída nos relatos dos viajantes e nos relatórios científicos e técnicos dos séculos passados. Magali Bueno considera que:

A construção do imaginário sobre a Amazônia, a partir do século XVI que era, então, uma imagem associada ao Novo Mundo, e não à Amazônia especificamente foi estruturada, inicialmente, a partir de narrativas. As imagens eram criadas a partir da fusão de formas e paisagens já conhecidas com as informações obtidas a partir dos relatos sobre o Novo Mundo. Posteriormente, os desenhos, figuras, pinturas, enfim, a iconografia sobre o continente foi incorporada à representação anterior. Muito depois vieram a fotografia e o cinema, que se em certa medida transformaram o processo de constituição desse imaginário, não impediram a prevalência de certas concepções formadas muito anteriormente, como a uniformidade da paisagem, a associação com a ideia de paraíso ou de eldorado (BUENO, 2002, p. 3-4).

Assim, historicamente foram construídos inúmeros esteriótipos sobre a região, sendo que alguns, de certo modo, ainda perduram, sobretudo os relacionados ao imaginário do vazio demográfico e o da predominância de estilos de vida tipicamente rurais. Entretanto, a Amazônia<sup>1</sup> é cada vez mais constituída por uma população urbana.

Na região norte do Brasil, por exemplo, o censo demográfico de 1980 já registrava taxa de urbanização de 51,65% da população total, aumentando para 69,83% em 2000 e 73,53% em 2010, o que representa um universo superior a 11 milhões e meio de pessoas. Sob

---

1 Tratamos aqui da Amazônia enquanto conceito político-administrativo, nos referindo a região norte do Brasil.

a floresta, um complexo tecido urbano se esparrama, desafiando as perspectivas teóricas tradicionais de urbanização da fronteira.

Historicamente, o processo de urbanização da Amazônia se deu de modo lento, perpassando por momentos de grande alvoroço e estagnação. Tal processo teve início a partir do momento que a coroa portuguesa estabeleceu um novo elemento no processo de colonização, as fortificações, as quais o propósito extrapolava a incumbência de proteção do território, pois associado a elas surgiram as primeiras instalações urbanas, para onde a coroa portuguesa enviava colonos e onde foram estabelecidas estruturas de controle administrativo político, jurídico e econômico.

Estado e fortificação apresentam-se assim como os elementos que instauram a gênese do urbanismo colonial português. E serão também os elementos mais constantes do processo geral do urbanismo da expansão. O Estado, pela presença em si, estrutural do sistema administrativo (ARAÚJO, 1998. p. 26).

Na Amazônia, a fundação do Forte do Presépio em 1616, deu origem ao primeiro núcleo urbano da região, a cidade de Belém, tendo por funções a defesa do território e a sua respectiva conquista e expansão. A região já nessa época era bastante visitada por outras nações europeias que realizavam trocas comerciais com os índios e estabeleciam ali fortins e feitorias. A partir do Forte do Presépio, expedições militares expulsaram esses grupos da Amazônia e consolidaram a presença portuguesa com a criação de novos fortins.

No período referente à metade do século XVII e XVIII, a implantação de fortins e aldeias missionárias se expandiu pelas margens do rio Amazonas e afluentes. Esses pequenos aldeamentos foram fundamentais para legitimar o domínio português sobre o território e estabelecerem a partir de sua existência o “embrião da rede urbana” (CORREA, 2006).

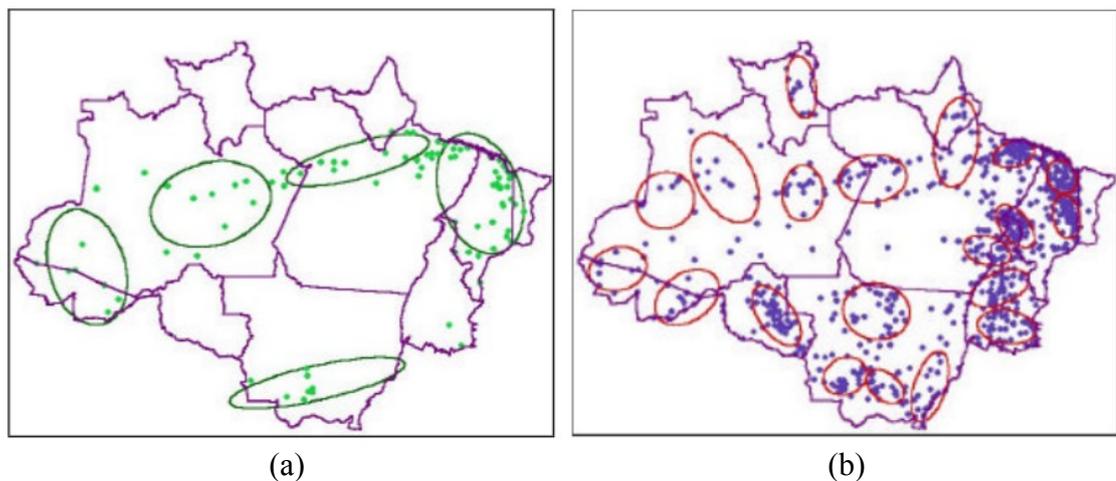
Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento da urbanização na região esteve relacionado ao contexto econômico e político do *boom* da borracha. Nesse período, houve a expansão da rede urbana com o surgimento de novos núcleos urbanos e o revigoramento dos antigos. As cidades de Belém e Manaus receberam os excedentes da economia da borracha, passando a contar com melhoramentos urbanos, reforçando assim os seus respectivos papéis de centros políticos e econômicos.

Em 1920, com a queda do preço da borracha no mercado internacional, a euforia econômica deu lugar a um longo período de estagnação. Motivando a diminuição do grande

fluxo comercial e migratório que a região havia experimentado durante o período áureo da borracha.

A situação começa a mudar a partir da década de 1950, quando a Amazônia passa a ser incorporada em novos processos de expansão do capitalismo. É nesse momento que a região passa a experimentar um acelerado processo de urbanização, promovido pela política de desenvolvimento regional do estado, a qual estimulou a mobilização de migrantes e capitais à região.

Nesse ínterim, consideráveis transformações decorreram em função desse processo. O grande fluxo migratório e a abertura de estradas favoreceram o surgimento de novos aglomerados urbanos, mudando a configuração espacial tradicional das cidades e permitindo com que novos centros se esparramassem pelo território amazônico. Conforme pode ser observado na análise de cluster<sup>2</sup> representada na figura abaixo.



**Figura 1:** Análise em cluster para os municípios instalados na Amazônia: (a) até 1912, (b) até 1997

**Fonte:** AMARAL et al., (2001, p. 10-11).

O período representado na imagem (a) corresponde ao momento em que a economia regional estava pautada principalmente no extrativismo da borracha, nela é possível observar a concentração das cidades na calha do rio Amazonas. Na imagem (b), nota-se o *boom* do processo de urbanização, com a metropolização das cidades de Manaus e Belém, e o adensamento do número de cidades no eixo rodoviário entre Belém - Brasília e Cuiabá - Porto Velho.

<sup>2</sup> A análise de clusters busca representar o agrupamento de um conjunto de objetos físicos ou abstratos em coleção de similares.

Conforme pode-se perceber, a realidade urbana da Amazônia contrasta com o imaginário social que a ela é destinado, pois junto à enorme floresta e hidrografia se estende um tecido urbano complexo que “desafia as teorias tradicionais de expansão e urbanização da fronteira” (BROWDER; GODFREY, 2006, p. 29).

Nesse sentido, compreender a realidade urbana Amazônica é sem dúvida um enorme desafio. Em parte por sua grande dimensão territorial e pela necessidade do uso de metodologias que reconheçam a heterogeneidade urbana da região. Assim, voltamos nosso olhar para identificar os reflexos desse processo sobre a localidade vila.

As vilas se constituem em uma forma embrionária de cidade, sendo pelas definições oficiais, as sedes dos distritos municipais. Em nível hierárquico na rede urbana, as vilas estão inseridas entre as comunidades rurais e as pequenas cidades, exercendo conexão entre os fluxos de pessoas, serviços, mercadoria, capitais e informação.

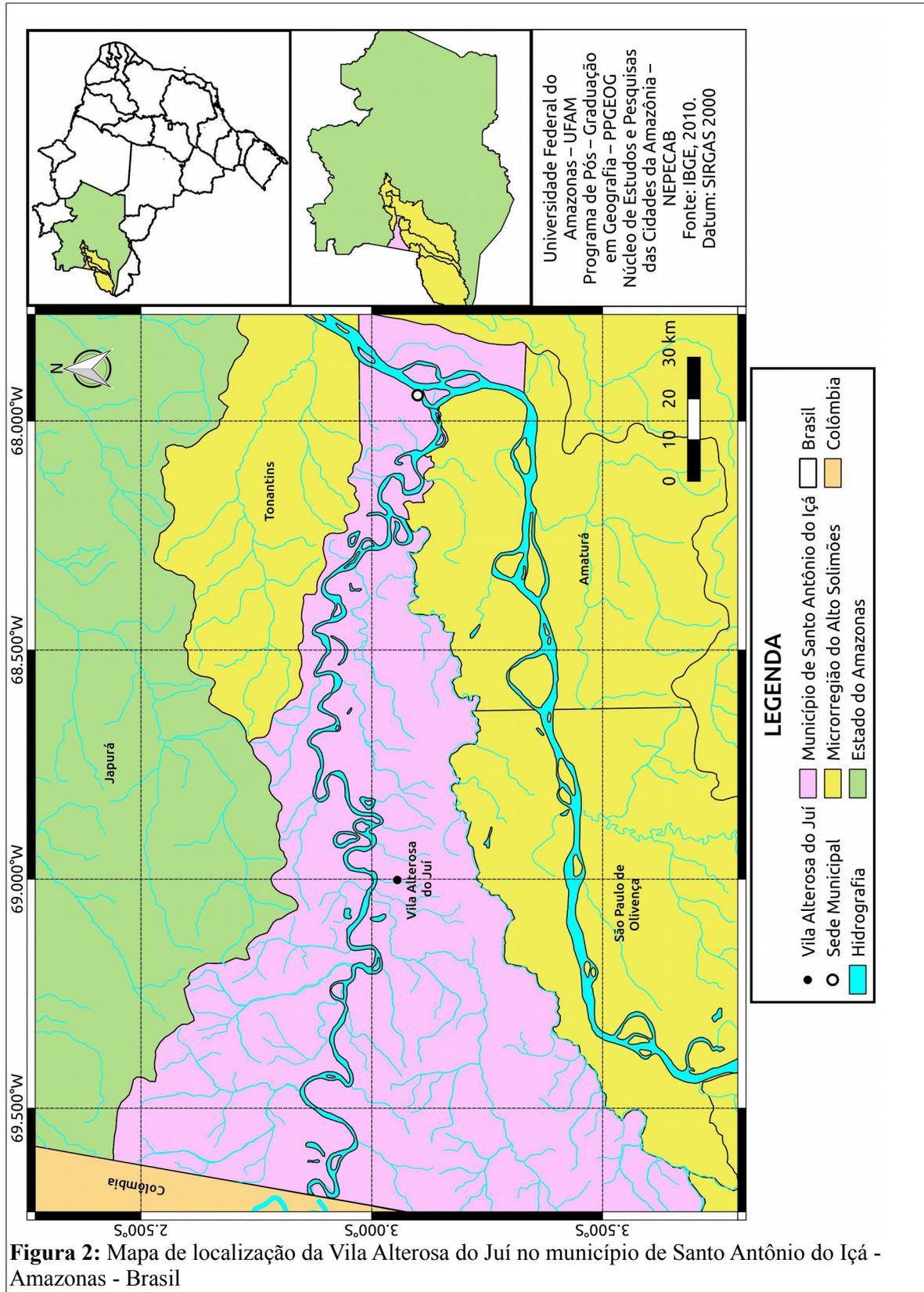
No último censo realizado pelo IBGE foram registrados somente na região Norte 658 distritos/unidades administrativas, dos quais somente 200 possuíam sede distrital categorizada como vila (IBGE, 2010). Isso em função de o instituto não considerar todas as vilas criadas pelas leis municipais como tais. Ainda assim, a grande quantidade de aglomerados humanos do gênero chama atenção.

Nesse universo, selecionamos no município de Santo Antônio do Içá (microrregião do Alto Solimões, no estado do Amazonas), a Vila Alterosa do Juí para realização deste estudo de caso. Conforme se pode visualizar na figura 2. A vila foi escolhida por reunir características que lhe são próprias, a principal diz respeito ao fato desta ser a sede espiritual da Irmandade da Santa Cruz<sup>3</sup>, movimento religioso liderado por José Francisco da Cruz que na década de 1970 reuniu uma grande quantidade de fiéis na região do Alto Solimões.

Antes de apresentarmos as problemáticas, objetivos e metodologia utilizadas neste trabalho, é necessário compreender em que contexto de estudos sobre vilas nossa pesquisa se coloca. Nesse sentido, resgatamos o estado da arte dos estudos sobre vilas.

---

3 Como é conhecido popularmente o movimento religioso Ordem Cruzada Católica Apostólica e Evangélica.



Atualmente, os estudos sobre vilas na Amazônia sob a perspectiva de questões inerentes a Geografia urbana ainda são tímidos. Tal fato já era chamado a atenção por Franco (2016), que considerou haver pouco material bibliográfico sobre o tema e nada que buscasse analisar o papel das vilas na rede urbana do Amazonas.

Nos últimos 10 anos, o Núcleo de Estudos das Cidades da Amazônia Brasileira (NEPECAB) tem consolidado o estudo do urbano e das cidades do Amazonas. Nesse período, três programas nortearam as pesquisas do grupo, são eles: CALHA I – Criando tipologias para o urbano no Amazonas; CALHA II – Cidades médias e Micro redes urbanas no Amazonas e CALHA III – Cidades Amazônicas: dinâmicas espaciais, rede urbana local e regional, o qual ainda está em fase de análise. No entanto os resultados preliminares já permitiram a elaboração de novas questões que estão orientando os novos projetos. Entre as novas questões a serem investigadas estão os processos contemporâneos de urbanização e as formas embrionárias de cidades, a partir do estudo das vilas na rede urbana (SCHOR, T. et al., 2016).

Em 2009, um primeiro esforço no sentido de buscar compreender as vilas sob a perspectiva do urbano foi feito por Silva (2009), que estudou três vilas rurais do município de Parintins buscando identificar por meio de aspectos socioeconômicos e ambientais as características da urbanização contida nesses lugares.

Para Silva (2009, p. 158), “as pequenas vilas se reproduzem a partir das suas especificidades, mas contém as contradições da produção do espaço das sedes das municipalidades”. Nesse sentido, assim como na cidade de Parintins, as vilas também apresentam as contradições do urbano, que neste caso podem ser observadas por meio dos problemas com a destinação de resíduos sólidos, aumento da violência, transformação das festas em mercadoria para o turismo e a valorização de terrenos a partir da sua localização.

Em 2016, a relação da vila com a sua sede municipal foi estudada por Franco (2016), que buscou compreender a cidade de Tonantins e a vila São Francisco de Tonantins a partir de seus papéis na rede urbana do Alto Solimões. Para tal, adotou a abordagem monográfica com a descrição de aspectos históricos, naturais e humanos; e a análise social em rede, a partir da caracterização da relação da vila com a sua sede municipal, e a organização, produção e comércio da pesca comercial. Com proposta semelhante, Fernandes (2017) analisou a importância da Vila de Caiambé (município de Tefé) na estruturação de redes com comunidades rurais na microrregião.

Outras abordagens nos estudos de vilas foram dadas por Pinheiro (2016), que buscou identificar os impactos dos eventos hidroclimatológicos atípicos no cotidiano de populações das vilas de Campo Alegre (São Paulo de Olivença) e Belém do Solimões (Tabatinga). Por Cidade (2017), que buscou identificar e compreender o impacto socioambiental ocasionado pelas atuais formas de acesso e abastecimento de água encontradas em Vilas Indígenas da microrregião do Alto Solimões. E por Bezerra (2018), que procurou a partir da rede de comercializada da pesca, identificar o papel da Vila de Copatana na microrregião do Alto Solimões.

Conforme pode ser observado, os estudos realizados sobre vilas no NEPECAB utilizam-se de diferentes variáveis, oferecendo formas diversas de análise para compreensão das vilas no contexto urbano da Amazônia.

Para melhor compreender o universo de estudos sobre vilas, nos aventuramos em fazer o Estado da Arte da produção científica relacionada ao estudos de vilas na Geografia. O intuito é verificar quais as temáticas mais frequentes sobre a questão, identificando as principais tendências teórico-metodológicas empregadas nos estudo em nível nacional e internacional, e a partir daí tecer reflexões que pudessem explicitar questões relevantes sobre a mesma.

Buscando uma coleta de dados ampla, optamos pela busca de artigos científicos no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O levantamento de informações aconteceu durante o mês de março de 2017, utilizando como *string* de busca os termos “*rural village*” e “*vila rural*”<sup>4</sup>. Tal *string* de busca retornaram um vasto volume de informações (6.411 trabalhos). Para tornar o trabalho exequível, realizamos o refinamento da pesquisa para apresentar somente os trabalhos relacionados à área da Geografia. O refinamento resultou em 96 publicações.

Para se verificar a pertinência dos artigos à pesquisa, foi feita a leitura individual dos resumos dos artigos, no sentido de verificar a sua apropriação como fonte de estudo. Os resumos que mantinham relação com a temática da pesquisa (estudos que possuem vilas rurais como objeto) foram catalogados, os que não continham relação com o estudo foram descartados. Dos 96 artigos obtidos na pesquisa, apenas 29 apresentaram relação com o tema pesquisado.

---

4 A opção pelo *rural* na *string* de busca se fez necessário para restringir o levantamento de trabalhos relacionados a domicílios vila.

O baixo aproveitamento nos motivou a fazer uma nova busca com a mesma *string* (*rural village*), porém de modo avançado, restringindo a busca a publicações com “*rural village*” como assunto. A busca resultou em 16 novos artigos, dos quais após o processo de leitura do resumo, restaram apenas 4. Em outra busca usamos a *string* em português (Vila Rural), como resultado foram obtidos 7 novos artigos, dos quais 4 foram considerados relevantes.

No caso das dissertações e teses, optamos pela busca no banco de teses e dissertações da CAPES. Neste caso, somente obtivemos dados nacionais, visto que a base de dados não relaciona publicações estrangeiras. Assim como feito no levantamento de artigos científicos, usamos a *string* de busca “vila rural”. A busca resultou em 24 trabalhos, dos quais 19 são dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado. Os trabalhos com resumos que mantinham relação com o objetivo da pesquisa foram catalogados e os que não continham relação com o estudo foram descartados. Desse processo, foram considerados relevantes 10 publicações.

Tendo encerradas as fases de coleta de dados e de identificação de trabalhos relevantes, partimos para uma leitura mais criteriosa, com a intenção de identificar nos resumos a temática principal dos estudos selecionados e a partir daí categorizá-los.

No que se refere aos artigos científicos, dos 38 considerados relevantes, os dados evidenciam múltiplas abordagens temáticas empregadas nos estudos sobre vilas. A tabela 1 apresenta as temáticas mais verificadas no levantamento.

Temáticas	Número de publicações	Percentual
Ambientais	4	10,53%
Produção agrícola	3	7,89%
Projetos de desenvolvimento	5	13,15%
Uso de recursos naturais	4	10,53%
Turismo	9	23,70%
Movimentos populares	1	2,63%
Disputa territoriais	1	2,63%
Migração	4	10,53%
Saúde	2	5,26%
Econômica	1	2,63%
Qualidade de vida	1	2,63%
Violência	1	2,63%
Urbano	2	5,26%
Total	38	100,00%

**Tabela 1:** Temáticas abordadas nas publicações selecionadas sobre vilas rurais

**Fonte:** Portal de periódicos da CAPES, 2017.

Ao se observar o conjunto da produção, podemos verificar a emergência de certas temáticas, como as referentes às discussões sobre turismo, migração, uso de recursos naturais e projetos de desenvolvimento, as quais juntas representam quase 60% das publicações selecionadas. O maior percentual de trabalhos concentrou-se nos estudos com discussões relacionadas ao turismo (23,70%), no geral são estudos que buscam compreender o impacto de atividades de turismo ou o potencial de determinadas vilas para realização da atividade.

Com um percentual bem menor (5,26%), aparecem os estudos relativos à temática urbana. Os dois artigos identificados nesta temática abordam questões como a transformação e os efeitos da rápida urbanização para as vilas rurais. Cabe destacar a pouca ênfase que tem sido dada ao estudo de vilas rurais sob a perspectiva do urbano.

No que se refere às publicações coletadas da base de dados do portal CAPES, relativas às dissertações e teses produzidas no Brasil, 10 trabalhos foram considerados relevantes, todos relativos a estudos em vilas rurais do estado do Paraná. No geral, os estudos abordam questões relacionadas a políticas de desenvolvimento do Programa Vila Rural. As reflexões produzidas pelos estudos são direcionadas à estrutura do programa, à infraestrutura das vilas,

à realidade socioeconômica, ao cotidiano dos moradores, à implantação de habitações de interesse social e às contradições da relação do rural com o urbano.

A partir desses resultados, verifica-se que a produção de estudos relacionados a vilas rurais tanto no Brasil como no mundo, envolvem uma série de temáticas bastante diversificadas. Da variedade de publicações sobre vilas rurais, notou-se a ausência de trabalhos realizados na Amazônia, seja em artigos ou dissertações. Entretanto, devemos considerar que o fato deste levantamento não ter encontrado publicações sobre vilas rurais na Amazônia, possivelmente deva-se à limitação da *string* de busca. Ainda assim, devemos considerar que a análise da produção científica sobre vilas rurais possibilitou-nos a uma visão mais abrangente sobre o nosso tema de pesquisa, sendo possível identificar em que contexto nossa proposta se coloca e quais questões seriam pertinentes.

Diante do exposto, voltamos nosso olhar para Vila Alterosa do Juí. Estabelecendo algumas questões norteadoras, a saber: 1) De que modo se processam as transformações da rede urbana amazônica na vila? 2) Qual a importância exercida pela vila na dinâmica da rede urbana local e regional? 3) Qual a contribuição do aspecto religioso para que a vila se torne central no Rio Içá? 4) Quais são as condições econômicas e sociais atuais da vila?

Tendo por base essas questões, procuramos compreender como a Vila Alterosa do Juí se insere no processo contemporâneo de urbanização na Amazônia, a partir da sua dinâmica interna e do seu papel na rede urbana da microrregião do Alto Solimões. Especificamente, nossa proposta envolveu a realização da periodização da formação socioespacial da vila; a identificação das redes que conectam a vila e dos elementos que contribuem para que a vila assuma centralidade na rede urbana.

Para atingir os objetivos estabelecidos neste projeto de pesquisa, utilizamos a metodologia mista, incorporando concomitantemente diferentes métodos, tendo por principal o método qualitativo e por secundário o quantitativo. A opção pela metodologia mista baseou-se na necessidade de reunir dados qualitativos e quantitativos no presente estudo, para assim responder mais adequadamente as questões levantadas.

Na tabela 2 apresentamos as questões de investigação de nosso estudo e as respectivas abordagens metodológicas, instrumentos e procedimentos utilizados na análise dos dados.

Questão de investigação	Abordagem metodológica	Coleta de dados	Análise dos dados
De que modo se processam as transformações da rede urbana amazônica na vila?	Qualitativa	Pesquisa bibliográfica Observações Entrevistas	Análise de conteúdo das entrevistas e observações.
Qual a importância exercida pela vila na dinâmica da rede urbana local e regional?	Qualitativa	Entrevistas Observações Base de dados secundárias	Análise de conteúdo das entrevistas e observações. Categorização, ordenação e manipulação dos dados.
Qual a contribuição do aspecto religioso para que a vila se torne central no Rio Içá?	Qualitativa	Entrevistas Observação	Análise de conteúdo das entrevistas e observações.
Quais são as condições econômicas e sociais atuais da vila?	Quantitativa	Aplicação de questionários	Análise estatística

**Tabela 2:** Questões de investigação e respectivas abordagens e estratégias de coleta e análise dos dados

**Fonte:** Elaboração do autor.

Para responder tais questões, realizamos atividades de campo durante os anos de 2016 e 2017. A primeira ida ao campo se deu em julho de 2016, nessa oportunidade realizamos o primeiro contato com a liderança da Irmandade para apresentação da proposta de pesquisa. Ainda nesse campo, iniciamos a coleta de dados com a realização de entrevistas informais com lideranças e moradores da vila.

A segunda ida ao campo aconteceu entre julho e agosto de 2017, neste momento realizamos o georreferenciamento da mancha urbana e coletamos informações que contribuíssem com a elaboração do perfil urbano da vila. Em outubro retornamos novamente ao campo para a aplicação dos questionários do levantamento socioeconômico. Cada ida ao campo durou pelo menos uma semana, intervalo tempo necessário à chegada e saída dos barcos que fazem a linha da vila com a cidade.

Por fim, a dissertação ficou estruturada em quatro capítulos. No primeiro, buscamos fazer uma discussão sobre a formação social e econômica da vila, com base em aspectos históricos/culturais e econômicos. Destacando assim, a questão religiosa e os diferentes cenários políticos, sociais e econômicos.

No capítulo II, inicialmente apresentamos as definições de vila e rede urbana que estamos embasados. Em seguida buscamos caracterizar as condições naturais e o perfil urbano da vila. É, também no capítulo II, que discorremos sobre os fluxos monetários e a relação de Vila Alterosa do Juí com as comunidades rurais do médio Rio Içá.

No capítulo III, retomamos as discussões sociais e econômicas dos capítulos anteriores, a partir do estudo da economia doméstica e da apresentação das condições sociais atuais. Na economia doméstica, enfatizamos os valores dos rendimentos e das despesas dos grupos domésticos. Na representação do cenário social atual, destacamos as transformações observadas na vila e a contradição da visibilidade com a invisibilidade.

Por último, com capítulo IV, apresentamos ao leitor uma Geografia Visual da “Cidade Santa”, através de um ensaio fotográfico, com imagens atuais e comentadas. A fotografia aqui nos conduz a um rico conhecimento não verbal da complexa realidade social, por assim dizer, da vida que se desenvolve na vila, naquele momento preciso.

Considerando a existência de poucos trabalhos sobre vilas na Amazônia, acreditamos que esta dissertação contribui com as discussões sobre a temática, sendo assim um esforço que se soma a outros, na busca pela compreensão do papel das vilas. Acredita-se, por fim, que devemos destacar a importância das vilas nos estudos sobre urbanização, pois conforme observado no estado da arte há uma lacuna na abordagem dessa temática.

# 1 FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA VILA ALTEROSA DO JUÍ

## 1.1 Caráter inicial e geral da formação

Neste capítulo apresentaremos o processo de formação socioespacial da Vila Alterosa do Juí. Para tal enfatizaremos aspectos históricos/culturais e econômicos. A intenção é produzir uma periodização apoiada em Corrêa (2006) que nos permita mostrar como os diferentes períodos da rede urbana Amazônica se materializaram na vila.

Para compreender a origem histórica e cultural da Vila Alterosa do Juí, é necessário fazer considerações às duas questões. Primeiro a trajetória do líder carismático José Francisco da Cruz, e depois, ao movimento religioso fundado por este: a Irmandade Cruzada Católica Apostólica e Evangélica.

Os aspectos econômicos serão apresentados a partir dos diferentes cenários políticos, sociais e econômicos da administração da vila, periodizada entre Irmão José, Pastor Valter e Pastor Dalmácio. O recorte histórico sobre a liderança religiosa da vila se justifica pelo fato de esses atores também ocuparem importante papel político na organização e desenvolvimento da vila conforme será observado mais à frente.

### 1.1.1 A história do Padre Santo, o fundador

Em um contexto social onde há pouca produção bibliográfica publicada, pode-se dizer que a biografia de José Francisco da Cruz é bastante rica, isso devido principalmente aos seus registros autobiográficos, pelos quais se baseiam as biografias publicadas por Gareschi (1985) e Oro (1977) e (1989).

Irmão José nasceu em 3 de setembro de 1913 no povoado de Várzea Alegre, município de Cristina, no sul de Minas Gerais - Brasil. Sendo ele a nona gravidez de sua mãe. Ao nascer, recebeu o nome de José Fernandes Nogueira; posteriormente, ao começar sua peregrinação, passou a se chamar José Francisco da Cruz. O sobrenome “da Cruz” está relacionado à importância simbólica da cruz em sua missão, já o “Francisco” é possível que esteja

relacionado à Irmandade de São Francisco, a qual no século XVIII disseminou a devoção à Santa Cruz em cidades e vilas do estado de Minas Gerais (ORO, 1977, p. 61).

A religiosidade na vida de irmão José se faz presente antes mesmo de seu nascimento. Em seus registros biográficos é destacado o fato de sua mãe ter ficado gravemente doente durante a sua gestação. Após tentar vários medicamentos sem sucesso, a gestante foi orientada por um tio que fizesse uma promessa ao Sagrado Coração de Jesus. Assim ela fez. Prometeu que, caso fosse curada, o filho que estava em seu ventre seria consagrado a Jesus.

Essa história sempre esteve bastante presente na infância de irmão José; sua mãe sempre lhe deixou claro qual deveria ser o seu futuro. Durante a infância, por duas vezes seus pais tentaram lhe encaminhar na vida sacerdotal. A primeira vez aos 9 anos de idade, sua mãe tentou entregar-lhe ao Pe. João Paulo Dejargenet para que estudasse na França, país de origem do referido pároco. No entanto, a tentativa não deu certo. Segundo fiéis da irmandade, o fracasso estaria relacionado a um surto de febre amarela que nesse período ocorria no Brasil e dificultava a saída de brasileiros para o exterior. Uma segunda tentativa ocorreu nos seus 13 anos de idade, quando ingressaria no Seminário Santo Afonso, na cidade de Aparecida. Nessa tentativa, o fracasso estaria relacionado à falta de recursos financeiros.

Tendo sido postergada a futura carreira religiosa, irmão José vivia da agricultura e acabou por ser alfabetizado com a ajuda da própria família, com a qual também adquiriu a formação religiosa cristã de orientação católica tradicional. No ano de 1937 casou. Quatro anos depois teve seu primeiro filho (ao todo foram sete filhos) e, neste mesmo ano, passou a se dedicar ao comércio, pois um acidente na mão direita o deixara incapacitado para o trabalho no campo (ORO, 1989).

Embora sua vida tenha apontado para outro caminho, o futuro imaginado pela mãe ainda o afligia, sempre se questionava de como realizaria a promessa da mãe em sua vida. Talvez em função disso tenha se dedicado ao máximo às atividades religiosas. Em sua paróquia, foi o responsável pelo *apostolado da oração*, ajudou a construir uma capela em Várzea Alegre e organizou peregrinações à cidade de Aparecida<sup>5</sup>.

No ano de 1944, Irmão José afirma ter passado a receber visões. Na primeira, Jesus o direciona a peregrinar pelo mundo com a cruz e a bíblia, dizendo-lhe “Quando o mundo todo for isolado, eis esta cruz Apostólica e Evangélica que dá salvação... Leve ao mundo, aqui está

---

5 Em sua autobiografia afirma ter realizado 160 romarias entre os anos de 1953 a 1957.

a vida”. Em uma segunda visão, a santíssima trindade lhe aparece orientando para que não tenha medo; a terceira visão ocorre como “um filme cinematográfico” por onde ele vislumbra o passado, presente e o futuro (ORO, 1989).

A partir de então, dividido entre a família e as visões pessoais, demorou cerca 14 anos para que desse início à sua missão. No ano de 1958, teria peregrinado até o estado do Paraná. De acordo com Guareschi (1985), neste primeiro momento foi obrigado a voltar para Minas por pressão familiar, que se encontrava com problemas financeiros. Uma segunda e definitiva saída só aconteceria no ano de 1962. Segundo o autor:

Nessas alturas, a família até não fazia muita questão de que permanecesse em casa, pois ele pouco colaborava com a manutenção da mulher e filhos; ao contrário, até prejudicava. Ele comenta que, duma feita, emprestou 12 contos de réis a alguém, escondido da mulher, e que, depois, não lhe pagaram mais, surgindo daí, diversas dificuldades (GUARESCHI, 1985, p. 51).

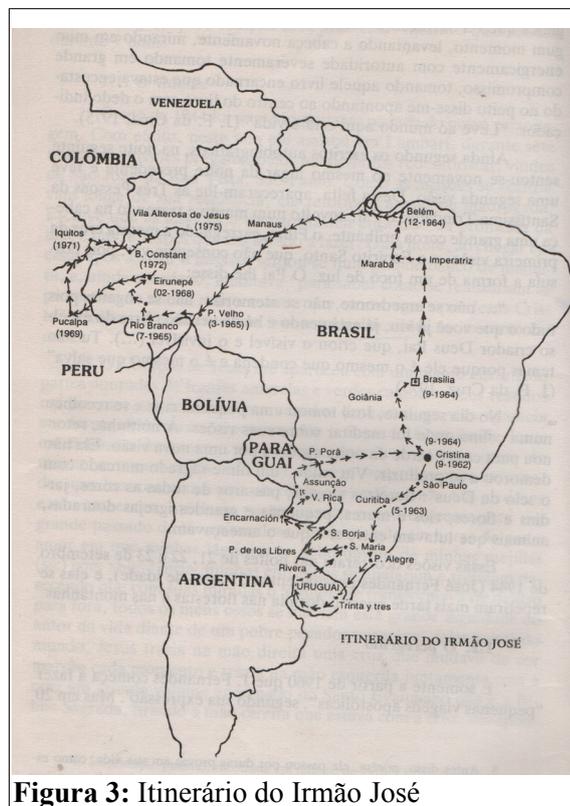
Assim em 20 de janeiro de 1962 partiu em direção ao sul do país, empunhando uma bíblia e levando nos ombros uma cruz. Em dois anos percorreu os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, por onde entrou no Uruguai. Voltando ao Rio Grande do Sul, direcionou-se à Argentina e ao Paraguai, retornando ao Brasil pelo atual estado de Mato Grosso do Sul, de onde seguiu em direção ao seu povoado natal (ORO, 1989).

Tendo passado alguns dias em seu povoado, partiu novamente em peregrinação. Dessa vez em direção às regiões Centro – Oeste e Norte do país. Saindo de Minas Gerais, adentrou ao estado de Goiás, em setembro de 1964 já estava na cidade de Brasília, de lá pela rodovia Belém-Brasília passou pelo município de Imperatriz no Maranhão, chegando em dezembro daquele referido ano na cidade de Belém. De barco subiu o Rio Amazonas até a cidade de Manaus, depois partiu em direção ao Rio Madeira, chegando em março de 1965 na cidade de Porto Velho. Em 1967 já se encontrava na cidade de Rio Branco no estado do Acre, de lá dirigiu-se ao município de Sena Madureira, e posteriormente a Eirunepé no estado do Amazonas, de onde desceu pelo rio Juruá passando pela cidade de Cruzeiro do Sul, e depois adentrou o território peruano.

No Peru continuou a peregrinar por diversas localidades, entre os anos de 1969 e 1972, principalmente no Departamento de Loreto, entre as cidades de Iquitos e Ramón

Castillo. Em 1972 retornou ao território brasileiro pela microrregião do Alto Solimões, após uma tentativa frustrada de adentrar o território colombiano.

No Alto Solimões seu primeiro ponto de parada foi a cidade de Tabatinga, onde não permaneceu por muito tempo, pois foi orientado pelo comando de fronteira que não permanecesse ali. De lá passou por Atalaia do Norte e Benjamin Constant. Descendo o rio Solimões, passou pelos povoados de Belém do Solimões, Santa Rita do Weil, Jacatuba e Niterói, de onde seguiu até chegar ao município de Santo Antônio do Içá, deixando o rio Solimões e adentrando o rio Içá, numa segunda tentativa de entrar em território colombiano. Subindo o rio Içá, passa pelo povoado de São Félix e se estabelece pelo período de um ano no Paraná do Matintim, realizando os trabalhos da missão e plantando roça. De lá sobe até a fronteira do Brasil com a Colômbia, entre os povoados de Ipiranga (Brasil) e Tarapacá (Colômbia), onde é novamente impedido de entrar em território colombiano, sendo dessa vez preso pelos militares daquele país e enviado a Tabatinga, de onde é reconduzido ao Paraná do Matintim (GUARESCHI, 1985).



**Figura 3:** Itinerário do Irmão José

**Fonte:** Oro, 1989. p. 60

**Comentário:** A figura ilustra o itinerário da peregrinação de Irmão José, destacando sua saída em 1962 do município de Cristina até sua chegada na Vila Alterosa do Juí.

Ao sair do Paraná do Matintim o Irmão José se estabelece de modo fixo mais acima no Rio Içá, especificamente no Igarapé Juí, onde funda em 3 de novembro de 1974 a sede espiritual da irmandade, Vila Alterosa do Juí, denominada por ele de Vila UPA de Jesus (União, Paz e Amor), onde permanece por quase 8 anos, até o seu falecimento em 23 de junho de 1982.

Ao se estabelecer de modo fixo, Irmão José põe fim a 12 anos de peregrinação (levando em consideração apenas a sua saída de 1962). Neste período, foram muitos os trabalhos realizados em cada parada, entre esses estão a realização de pregações, retiros, bênçãos as pessoas, rezar por doentes, fazer casamentos e batismos. De acordo com Guareschi (1985, p. 51-52)

Suas pregações eram baseadas em sua formação religiosa básica: pregações dos padres, participação nas irmandades, cânticos e orações romarias e, principalmente, as influências que sobre ele exerceram as missões, notadamente, as dos missionários redentoristas. A inspiração que as missões populares exerceram sobre ele é decisiva. Os cânticos são, em sua maioria, das missões. A cruz é o sinal deixado pelos missionários ao terminarem uma missão, e ele repete exatamente o rito: planta a cruz no último dia, às 3 horas da tarde, e manda a todos rezarem ao pé da cruz, lembrando as pregações das missões.

Embora a influência Católica em suas ações seja visível, Irmão José buscou estabelecer um movimento religioso alternativo em relação ao catolicismo e protestantismo. Ele próprio afirmava ter sido ordenado por Deus para realizar a terceira e última reforma cristã universal. É bem possível que a decisão em criar uma nova denominação religiosa esteja bastante relacionada à frustração pessoal em relação a não concretização da carreira sacerdotal no catolicismo. Neste contexto irmão José funda seu próprio movimento religioso, a Ordem Cruzada Católica Apostólica e Evangélica, popularmente conhecida como Irmandade da Santa Cruz.

Entretanto, aparentemente a consolidação do movimento religioso só veio a acontecer quando a sua peregrinação percorria a região Norte do Brasil e rumava para o Peru, mais especificamente na porção rural desses territórios. Oro (1989, p. 63) esclarece o motivo da aceitação deste na região:

Para a população católica rural, com a qual entrou em contato, que raramente via um membro do clero, em razão do seu número reduzido, Irmão José foi acolhido como tal notadamente porque usava batina, celebrava cultos,

pregava, administrava os sacramentos do batismo e do casamento, esses ritos de passagem que são importantes aos olhos dos habitantes regionais para obterem a sua plena identidade humana e religiosa. Ir. José agia também como médico, ou curandeiro, pois além de orar sobre os doentes aconselhava-os a usar determinados remédios e plantas medicinais. Como tanto outros andarilhos, ele também trazia às pessoas das regiões isoladas do Brasil uma assistência religiosa e medical.

Assim se construiu a sua reputação de santo, sempre reforçada pelos seguidores da irmandade que antecederam sua chegada aos povoados para preparar a população. Ainda hoje é possível ouvir dos fiéis fatos extraordinários relacionados a capacidades sobrenaturais, como: curar doentes, realizar milagres, falar com os animais, dar benção ou maldição a lugares, ser onisciente e de realizar profecias. Tais talentos lhe rederam a identificação como Filho de Deus para uns e de Padre Santo para outros.

#### 1.1.2 A história da Irmandade da Santa Cruz

Irmão José afirma ter fundado a Irmandade da Santa Cruz no dia 23 de maio de 1963, no estado de Paraná (Brasil), como objetivo, segundo ele, de corrigir os chefes eclesiásticos. Ao que tudo indica havia por parte de Irmão José um ressentimento em relação à igreja católica, ressentimento esse que foi alimentado pela relação conflituosa que se estabeleceu com as lideranças religiosas por onde passava. De acordo com Guareschi (1985, p. 74):

A peregrinação feita pelo Ir. José por países e Estados deve ter contribuído para ele se desgostasse da religião católica, pois parece ter sido repellido por muitas lideranças eclesiásticas, principalmente bispos, em quase todos os lugares por onde andou. Já que não conseguiu apoio dentro da Igreja, resolveu fundar a sua, pondo em prática a “Terceira e última reforma”, considerando-se o escolhido para esse trabalho.

Embora Irmão José afirme que a Irmandade tenha sido fundada no estado do Paraná, não é certo se havia o entendimento por parte das pessoas daquele lugar de que as ações do peregrino tratavam-se do surgimento de um novo movimento religioso, uma vez que suas práticas em muito lembravam as dos missionários redentoristas e também não há indícios da existência da irmandade naquela região na época e nem nos dias atuais.

Notadamente, a irmandade ganha corpo no Peru, onde Irmão José escreve o primeiro estatuto da irmandade e os primeiros formulários; também foram construídas as primeiras igrejas da irmandade e organizados os primeiros diretórios.

O estatuto é um documento fundamental na organização da Irmandade da Santa Cruz, as primeiras versões foram escritas em espanhol e divulgadas em 1970 e 1975. Somente em 1979 quando o documento ganha uma terceira versão é que passa a ser escrito em português. Nele estão distribuídos em 3 capítulos, 33 pontos (parágrafos), com os padrões comportamentais a serem seguidos pelos fiéis, orientando-os em relação a ações corretas e erradas. Oro (1977, p. 109) comenta que o documento com suas recomendações, lembra um código de ética também utilizado em alguns grupos católicos:

O Estatuto da Irmandade lembra as normas das Associações Católicas, como “Filhas de Maria”, “Movimento Familiar Cristão”, “Cruzada”, e outras, muito em voga, principalmente antes do Concílio Vaticano II. Revela isso, mais uma vez, que o Movimento liderado pelo Irmão José tem gênese católica.

No entanto, o documento desconsidera a hierarquia eclesiástica católica, proíbe a adoração de santos e imagens, e estabelece a cruz como o melhor instrumento de salvação e o símbolo mais importante da Irmandade.

Outro ponto importante para organização do movimento, que é estabelecido primeiramente no Peru, são os Diretórios, uma estrutura hierárquica criada em todas as localidades com membros da Irmandade, composta por: Diretor, Presidente, Vice-Presidente, Capitão, Tesoureiro, Vice Tesoureiro, Secretário, Vice-Secretário, Procurador e Fiscal. Dentre esses, os principais cargos são os de Diretor, Capitão e Presidente. O diretor é responsável pelas questões religiosas, já os cargos de Capitão e Presidente possuem obrigações com a vida da localidade. De todos os cargos, o de maior prestígio é o de Capitão, sendo ele o responsável pela Irmandade em sua localidade. Além desses, em algumas localidades existe ainda o cargo de Guarda, que tem o papel de manter a ordem.

Com a chegada da Irmandade no Alto Solimões, Irmão José sente a necessidade de criar novos cargos, instituindo uma hierarquia entre ele e os diretórios. São assim criados primeiramente os cargos de Sacerdotes (mensageiros) e posteriormente os de Inspetor Geral, Patriarca e Delegado Geral. Durante o período que Irmão José esteve vivo, essa estrutura

hierárquica passou por constantes modificações. Mas no geral os ocupantes dos cargos realizavam a função de intermediários de Irmão José junto às localidades, fiscalizando a conduta dos fiéis. No caso dos Sacerdotes cabia-lhes também realizar cultos, batismos, casamentos e a coleta de donativos.

Conforme pode ser observado, o papel dos integrantes da estrutura administrativa da Irmandade em alguns casos extrapolam o viés religioso, estando sobre esses o controle da vida nas localidades, onde se busca fazer valer as recomendações de proibição que constam no estatuto, como por exemplo: não beber bebida alcoólica, não fumar, não dançar, não usar roupas curtas e não praticar esportes.

Outro aspecto importante para o entendimento do movimento está no seu próprio nome, Ordem Cruzada Católica, Apostólica e Evangélica<sup>6</sup>, pois este é bastante revelador no que diz respeito ao significado dado por Irmão José à Irmandade. De acordo com ele, trata-se de uma Ordem porque sua criação parte do ordenamento dado pela santíssima trindade em suas visões; é uma Cruzada por ser uma marcha em direção ao fim dos tempos; é Católica por atender os dez mandamentos e seguir alguns ritos do catolicismo; é Apostólica por ter sido o seu fundador enviado ao mundo do mesmo modo que aconteceu com os apóstolos, e, é Evangélica por estar baseada na bíblia sagrada, a reconhecendo como verdadeira fonte de verdade.

O discurso predominante da Irmandade se evidencia em parte no nome do movimento religioso, no qual é forte a doutrina teológica sobre o fim do mundo, sendo essa a ideia religiosa central do movimento, constantemente destacada por Irmão José em suas pregações e escrita. A doutrina escatológica pode ser observada ainda nos dias atuais, entretanto com uma menor ênfase. Sobre isso, Oro (1989, p. 95) na época nos revelava que:

O catastrofismo não foi sempre sustentado e comentado com a mesma intensidade. Se desempenhou um papel importante no princípio do movimento, isto é, na época da sua implantação, ele passou quase esquecido durante aproximadamente os cinco anos subsequentes, que coincidem, grosso modo, com o período de organização das comunidades da Irmandade no Alto Solimões. Ele reveio ao primeiro plano a partir de 1979, ocasião em que os irmãos passaram a enfatizar a necessidade da ação prática com vistas

---

6 Atualmente, foi acrescido ao nome do movimento as palavras Associação e Missão, ficando da seguinte maneira: Associação Missão Ordem Cruzada Católica, Apostólica e Evangélica. A modificação aconteceu após a morte de Irmão José, na administração do segundo pastor e foi motivada pelo registro do movimento em cartório de ofício.

à preparação para os tempos difíceis ligados ao evento extraordinário anunciado.

Na época de Irmão José, o catastrofismo que estava no imaginário dos seguidores da Irmandade era o da destruição da humanidade através do “dilúvio em fogo” que aconteceria no ano 2.000, ano em que no entendimento dos fiéis se entraria em um novo século. Atualmente, o discurso apocalítico embora exista, não é tão presente como no passado e tem se modificado bastante.

Hoje, acredita-se que chegará o momento em que o dinheiro em moeda não terá valor e que todas as relações econômicas acontecerão por meio de um *chip* implantado na mão ou na testa<sup>7</sup>. Para o atual pastor, Dalmácio Pinheiro de Castro, o *chip* é o sinal da besta do livro de Apocalipse. Segundo ele

*As escrituras indicam que é o sinal da besta fera, a primeira besta fera vai forçar a segunda besta fera a forçar a natureza dos homens, os homens vai ter que obedecer essa lei. Quem não tiver não compra, não vende, não anda, não faz nada. Mas o fundador disse “mais os meus filhos eu garanto, vocês podem ficar sem isso [dinheiro], mas vão viver pela fé, por isso eu digo plante e crie, para você não depender do governo. Você vai ter que se desligar do governo para salvar a sua alma”. E tá surgindo, cada vez mais tá surgindo* (D.P.C, pesquisa de campo, 2016).

Nos escritos de Irmão José, Oro identificou que a salvação em relação ao apocalipse ocorrerá de dois modos. Segundo ele, “certas frases escritas pelo próprio fundador evocam uma salvação principalmente *celeste*. Mas em outras ele preconiza uma salvação *terrestre*, ou ao menos uma salvação que começaria neste mundo e continuaria no outro [...]” (ORO, 1989, p. 92, grifo do autor).

A ideia da salvação terrestre pregada por Irmão José e difundida pelos seguidores da Irmandade na época era a de que se salvariam somente os que estivessem vivendo na Vila Alterosa do Juí, sede da Irmandade da Santa Cruz, a “cidade santa”. Esse mesmo discurso ainda existe nos dias atuais. Quando questionado sobre a motivação de famílias de outras localidades da Irmandade de se mudarem para vila, pastor Dalmácio afirma que o local foi deixado por Irmão José para ser o lugar de salvação da alma, onde os fiéis estarão afastados das provações do fim dos tempos. Ainda de acordo com o seu relato “*vai chegar o tempo que*

---

<sup>7</sup> A interpretação de que um *chip* será o símbolo da besta do livro de Apocalipse não é exclusiva da Irmandade da Santa Cruz. Essa mesma interpretação também se faz presente em outras denominações religiosas cristãs.

*não vamos poder receber [dinheiro]. Então é essa a finalidade de todo mundo vim para cá, pra plantar e criar, pra vê se nós escapa disso”* (D.P.C, pesquisa de campo, 2016).

Conforme pode ser observado, a vila é um importante componente no discurso teológico e na organização do movimento religioso. Esta é destacada no estatuto da Irmandade como sendo um projeto inspirado por Deus revelado a Irmão José para construção de uma futura cidade espiritual. Sua origem, assim como a de outros povoados na região do Alto Solimões está associada a chegada do movimento religioso de Irmão José.

### 1.1.3 A história da Vila Alterosa do Juí

Na paisagem geográfica ribeirinha do Alto Solimões destacam-se em algumas localidades as cruces vermelhas de madeira com até 14 metros de comprimento pertencentes à Irmandade da Santa Cruz, sobre as quais está a inscrição das letras S, T e A (Salva Tua Alma). São elas, as cruces, evidências históricas da peregrinação de Irmão José e seguidores na região. Cada cruz “plantada” na região é um passo em direção à edificação da sede do movimento religioso.

Conforme indicado anteriormente, havia por parte de Irmão José a intenção de adentrar o território Colombiano pelo Peru. Ao ser impedido, se vê forçado a retornar ao Brasil pelo Rio Solimões, onde desce o curso do rio até chegar ao município de Santo Antônio do Içá, por onde entra no Rio Içá para uma segunda tentativa, também frustrada. Nesse período, passaram-se aproximadamente dois anos, Irmão José já havia passado por inúmeros povoados, sobretudo os da etnia Tikuna, e conquistado um grande número de seguidores, entre índios e brancos.

Antes mesmo de partir para sua segunda tentativa de entrar na Colômbia, Irmão José revelou o desejo de fundar uma vila espiritual. Para tal, buscou o apoio dos colombianos.

Em 7 de setembro de 1973, Ir. José revelou pela primeira vez sua intenção de erigir uma *vila espiritual*. Nessa oportunidade, ele escreveu uma “carta-aberta” aos colombianos dizendo: “Meu desejo é fundar no futuro uma vila espiritual na floresta amazônica, mais particularmente no lugar chamado Paraná do Matintin, perto do rio Içá (Putumayo)” (ORO, 1989, p-129).

Além de não receber o apoio para edificação da vila no Brasil, também foi impedido de entrar novamente em território colombiano. Frustrado, Irmão José opta por permanecer no Rio Içá, estabelecendo-se de modo fixo no igarapé Juí, ponto um pouco acima de onde encontrava-se.

No imaginário dos membros da Irmandade, a definição do local para criação da *vila espiritual* é revelador no que diz respeito às capacidades sobrenaturais de Irmão José. Acredita-se que a chegada ao lugar, tenha sido orientada por uma visão, na qual Deus teria mostrado a ele o local para ser a sede da Irmandade. Sem antes ter estado lá, Irmão José os conduziu até o lugar que Deus havia revelado.

Esses teriam sido os acontecimentos que antecederam a implantação da vila no igarapé Juí, a pouco mais de 4 quilômetros da desembocadura do igarapé no Rio Içá, exatamente no seu trecho mais largo (aproximadamente 150 metros), onde o igarapé tem a aparência de lago. Esse trecho do igarapé foi batizado por Irmão José de Lago Cruzador, o nome é pouquíssimo usado atualmente. Mas bastante presente em textos e publicações antigas sobre o lugar.

Irmão José, junto a 72 irmãos oriundos de comunidades por onde havia passado, chegaram ao local escolhido para criação da vila no dia 3 de novembro de 1974, data que é considerada o dia de fundação da vila. Ao chegarem ao local, seguiu-se os ritos habituais da passagem da Irmandade nos povoados do Alto Solimões. Primeiramente realizou-se uma missa, em seguida reuniram-se para a roçagem do terreno e por fim foi realizada a cerimônia de plantação da cruz. No ponto mais elevado da vila foi fincada uma cruz de madeira medindo 12 metros de altura.

A princípio Irmão José batizou o lugar de Vila U.P.A, que significa *Vila União Paz e Amor*. Posteriormente no ano de 1981 a vila passaria a se chamar Vila Alterosa de Jesus. A mudança se deu após uma visão em que Irmão José teria recebido o sinal do céu para começar a construção da vila. Atualmente uma placa em frente à sede missionária (antiga casa de irmão José), sustenta o nome Vila A. UPA de Jesus, ou seja, Vila Alterosa União Paz e Amor de Jesus. No entanto, na região e nos órgãos municipais a Vila é identificada como Vila Alterosa do Juí, nos dias atuais ainda é nomeada assim.

A questão religiosa vincula-se também à sua posição geográfica, que de certo modo pode ser considerada como estratégica, em razão das intenções de Irmão José na região. Apesar de não se localizar na margem do Rio Içá, mas sim em um pequeno afluente seu. Essa localização impõem sérias dificuldades logísticas, principalmente no período da vazante dos rios.

Um primeiro aspecto fundamental da questão religiosa na definição da localização da vila está na necessidade do desligamento dos membros da Irmandade em relação ao mundo exterior, o que se relaciona à ideia da salvação terrestre e ao fim do mundo. Tal ponto justifica o fato do sítio urbano da vila se encontrar a 4 quilômetros de distância da margem do Rio Içá.

Por outro lado, a localização da vila torna-se estratégica, pois está posicionada no curso médio do Rio Içá, praticamente a mesma distância em relação à fronteira do Brasil com a Colômbia a oeste, e a desembocadura do Rio Içá a leste, próximo à sede do município de Santo Antônio do Içá. Nesse sentido, também contribuem para o caráter estratégico da localização da vila, a proximidade desta em relação a duas importantes vias fluviais que permitem o acesso aos territórios do Peru e da Colômbia: Rio Içá e o Igarapé Puretê.

É importante lembrar que foi praticamente no Peru que a Irmandade se originou e que lá Irmão José conseguiu reunir um grande número de adeptos. Já a Colômbia sempre foi um território a ser conquistado. Sendo assim, é bem possível que a definição da localização da vila tenha levado em conta a possibilidade de acesso a esses territórios. Isso implica dizer que a escolha feita por Irmão José não foi em nada espiritual ou subjetiva, mas sim bastante objetiva, levando em conta a necessidade de isolamento em relação ao mundo e a relativa proximidade aos membros da Irmandade espalhados na região.

Por sua localização, o sítio urbano da vila encontra-se em área de terra firme. Não estando assim suscetível a condições adversas provenientes de enchentes. A mancha urbana da vila é cortada apenas por dois pequenos cursos de igarapés, os quais se tornam mais visíveis apenas no período das cheias. Outra característica geográfica importante do sítio é a pouca existência de declives. Tais aspectos permitiram que a vila adquirisse uma forma urbana pouco adensada privilegiando os traçados retos. Sendo composta atualmente por ruas que se encontram perpendicularmente, constituindo 8 delas em orientação norte e sul, e 6 em orientação leste e oeste. A mancha urbana da vila apresenta aproximadamente no eixo norte/sul 1.075 metros e no leste/oeste 1.170 metros.

Desde sua fundação, o papel de liderança comunitária da vila foi sempre exercido pela autoridade maior da Irmandade da Santa Cruz. Irmão José foi o primeiro, esteve à frente da vila e da Irmandade entre os anos de 1974 e 1982, após o seu falecimento esse papel passou para o seu sucessor, o Pastor Valter Neves da Cruz que esteve à frente da Irmandade e da vila por 25 anos, entre 1982 a 2007, sendo substituído após seu falecimento pelo atual pastor, Dalmácio Pinheiro de Castro. Para melhor compreendermos a formação socioespacial da Vila de Alterosa do Juí, vamos investigar o papel desempenhado por cada um na formação econômica da vila.

## **1.2 O Contexto político e econômico**

### **1.2.1 Na época de Irmão José**

De 1974 a 1982, Irmão José esteve à frente da Vila Alterosa do Juí. Suas pretensões para aquele que seria o povoado mais importante do seu movimento religioso estavam muito além dos aspectos espirituais, pois o mesmo buscava estabelecer na vila uma série de estruturas urbanas para atender as necessidades dos membros da Irmandade. “Seu projeto era de ali construir um orfanato, um asilo, um hospital, uma escola, uma olaria, uma grande lavoura, ruas e barcos” (ORO, 1989, p. 130). Estava também em suas intenções o desejo de construir estradas para ligar os povoados e de criar um Banco Agrícola para emprestar dinheiro aos fiéis agricultores.

Para Oro (1989), os planos de Irmão José iam ao encontro às necessidades dos seus seguidores, os quais na época se encontravam sem acesso a serviços básicos como saúde e educação, e economicamente eram em sua grande maioria de pessoas de baixa renda.

Apesar dos planos, Irmão José em vida conseguiu construir na vila apenas uma igreja e uma dezena de casas. As construções eram simples, sendo de madeira e cobertas de palha ou de telhas de alumínio. A não concretização dos seus planos pode ser justificada pela baixa monetização da economia local.

Tendo consciência dessa realidade, Irmão José recebia para ajudar na construção da vila todo tipo de doações. O próprio dízimo<sup>8</sup> era flexibilizado, não sendo pago somente em

---

8 Contribuição paga pelos fiéis de uma religião. Geralmente a décima parte do rendimento da produção ou salário, por exemplo.

dinheiro. Aceitava-se como forma de pagamento, gêneros alimentícios, material de construção, instrumentos, roupas e, tudo o mais que contribuísse na construção da vila ou no custeio das despesas das missões dos membros da hierarquia.

A baixa monetização da economia local está em parte enraizada na histórica exploração que permeava as relações de produção na Amazônia. Ao longo da história, a economia da região foi dinamizada a partir da demanda externa por produtos da floresta, os quais invariavelmente necessitaram do uso da mão de obra local.

Entre meados dos séculos XVII e XVIII, a busca pelas “drogas do sertão” estava alicerçada no trabalho religioso de jesuítas, mercedários, carmelitas e franciscanos através da criação de aldeias missionárias e do uso da mão de obra indígena. Ao refletir sobre o papel desse período na configuração da rede urbana da Amazônia, Corrêa (2006, p. 195) destaca que:

Essas aldeias constituíram-se no embrião da rede urbana comandada por Belém. Os índios aldeados sob o hábil controle dos missionários não apenas cultivavam para subsistência, como também percorriam sistematicamente os vales, visando à obtenção de “drogas do sertão”. A produção colhida era encaminhada para Belém e de lá exportada para Lisboa. Os beneficiários dessa exportação eram as ordens religiosas.

A situação se agravaria a partir de 1755, quando o Marquês de Pombal implementou na região uma série de medidas que incorporariam cada vez mais a economia da Amazônia ao mercado internacional. Entre as medidas está a imposição ao fim do poder eclesiástico sobre os índios, as aldeias tornaram-se vilas e os colonos passaram a ter caminho livre para se apropriar da mão de obra indígena, em substituição aos missionários surgiram os diretores de índios. Conforme é destacado por Oliveira Filho (1979), os efeitos dessa política sob a população indígena da região do Içá foram catastróficos, na primeira metade do século XIX os índios naquela região já estavam praticamente extintos.

Entre os anos de 1850 e 1920, um novo modelo na relação de produção se consolidaria com o *boom* do extrativismo da borracha. O aviamento, um sistema de financiamento baseado na troca, pelo qual o aviador fornece mercadorias em crédito à produção. Para Guareschi (1989) trata-se de uma dupla exploração, sendo essa comercial e de produção, pois os produtores são também invariavelmente consumidores em uma relação comercial sem dinheiro. O autor destaca ainda que:

Além disso, o aviado não vende o produto. Ele não é autônomo. Ele fica sempre fora do mercado. Não tem qualquer chance na apreciação e fixação

do preço. Ele não tem nem a chance de escolher o comprador. E o que é mais: o aviado nunca pode fazer economias. Ele vende a própria força de trabalho (GUARESCHI, 1985, p. 34).

Apesar disso, o sistema de aviamento intensificou as relações entre os núcleos de povoamento, pelos quais um intenso fluxo de mercadorias e matéria-prima constituíam a própria organização espacial do sistema, sendo assim o fundamento da rede urbana da Amazônia (CORRÊA, 2006).

A situação mudaria apenas, com o crescimento da produção de borracha na Ásia, a qual já na década de 1910 ultrapassara a produção brasileira. A partir daí, a economia da borracha amazônica entrou em declínio, levando a rede urbana a um longo período de estagnação econômica e de retração dos fluxos. De acordo com Corrêa (2006, p. 219):

As perspectivas para a borracha já aparecem sombrias após 1910, quando os preços no mercado internacional começaram a cair. Verificaram-se numerosas falências de casas “aviadoras”, havendo paralelamente o abandono de seringais, o que implicou a diminuição do tráfego fluvial, o desemprego urbano e nos seringais, a crise de alimentos obtidos, sobretudo, via sistema de “aviamento”, e o aumento das dívidas públicas interna e externa.

A crise decorrente da decadência da borracha impôs a região algumas mudanças. Entre as quais está a própria relação de produção que se dava por meio da prática do aviamento. Segundo Guareschi (1985), no Alto Solimões as relações de produção se adaptaram ao novo contexto econômico conservando suas principais características de dominação e exploração. Segundo o autor:

A dominação passa a ter diferentes nuanças e a exploração se dá duma maneira mais sofisticada. Não era mais necessário manter o seringueiro preso, amarrado à empresa, tirando dele tudo o que se pudesse, e mantê-lo como um prisioneiro disfarçado. Passou-se a explorar outros produtos que não necessitariam de mão de obra rigidamente subordinada. As famílias puderam redistribuir o trabalho familiar e novos produtos foram sendo requisitados pelo capital nacional e internacional (GUARESCHI, 1985, p. 37).

Assim, os padrões continuaram com sua lógica de dominação e exploração, exercendo um verdadeiro monopólio patronal sobre ribeirinhos e indígenas, com o agravante de este ser um momento econômico com menos fartura em relação ao do período da borracha.

Tanto Oro (1989) como Guareschi (1985) destacam que esse contexto de exploração e abandono contribuiu para o surgimento de movimentos messiânicos entre os índios tikunas. Sendo esses uma manifestação do desejo indígena de se libertar do domínio do patrão, os quais com temor de ter sua influência diminuída, buscaram de todas as formas rechaçar os movimentos messiânicos anteriores ao de Irmão José, com o uso de violência, prisões e ridicularização dos principais personagens.

No Alto Solimões, o poder dos patrões sobre os indígenas só passou a ser questionado a partir da metade do século XX, quando são incorporadas na região o Serviço de Proteção do Índio (SPI), o Comando de Fronteira do Alto Solimões (CF-Sol) e uma Igreja Católica mais crítica em relação às injustiças sociais.

Na região, desde 1942, o SPI buscou por fim a exploração imposta aos índios, colocando-os em território sem patrão. A ação do SPI foi alvo de protestos por parte dos patrões que recorreram a diversas alternativas, a fim de manter suas influências sobre os indígenas. Segundo Guareschi (1985, p. 42) este momento é representativo, pois o poder dos patrões a partir daí passa a ser contestado.

O que é certo é que, pela primeira vez, os seringalistas perderam a batalha, não conseguindo dissolver o movimento pela força. Eles sofreram prejuízos com a saída dos Tükuna de suas glebas, pois perderam uma mão de obra boa e barata, deixando de produzir para o patrão e não entregando mais seus produtos ao barracão.

Na década de 1960, outro duro golpe no domínio dos patrões foi a atuação do Comando de Fronteira, que passou a investigar situações de exploração de trabalho e de violência física aos índios praticadas pelos patrões. As investigações quase sempre terminaram com a punição dos patrões. Até mesmo em questões envolvendo posse de terra, o comando foi favorável aos índios (GUARESCHI, 1985). Nesse contexto, Oliveira Filho (1977, p. 77) destaca que “em menos de 5 anos, os mais fortes ‘patrões’ da área sofreram derrotas sucessivas em questões legais, surgidas entre eles e os índios”.

Nesse processo, a Igreja Católica também contribuiu de certo modo com o enfraquecimento do poder dos patrões no Alto Solimões, especialmente na comunidade de Belém do Solimões, onde o sacerdote local passou a questionar o controle dos patrões sobre

os índios e agir para que esses tivessem maior liberdade. De acordo com Guareschi (1985, p. 46):

[...] o padre começou a permitir que os regatões e outros barcos pudessem ancorar no porto, numa faixa de terra que a missão possuía em frente a igreja. Os Tükuna, com isso, começaram a burlar as pretensões do patrão no referente ao monopólio de comércio, com o respaldo, ao menos tácito, do sacerdote. Os choques entre o padre e o patrão não tardaram a ocorrer.

Essa era a nova ordem política que se estabelecia na região do Alto Solimões na década de 1960, a qual marca o contexto social do início da década seguinte, momento em que Irmão José retorna ao Brasil pela região do Alto Solimões. Para Guareschi (1985), é esse contexto sócio político e econômico que permite com que o movimento de Irmão José tenha conquistado de modo significativo indígenas e “brancos” na região. Deve-se destacar que as explorações que permeavam as relações produtivas não se limitavam somente aos indígenas. Ao se referir aos seguidores “brancos” de Irmão José, Oro (1989) destaca que esses assim como os indígenas viviam um contexto de exploração.

A maioria destes últimos pertencem também ao mais baixo nível da escala social regional. O passado de muitos deles também está ligado aos seringais e à estrutura dos barracões. A sua memória coletiva também estava povoada de más recordações de um passado de explorações, de opressões e de decepções. Sem dúvida, a amargura deste passado, ligado a sua situação presente de necessidade, e, além disso, para muitos deles, de um relativo isolamento social, influenciaram para que aderissem à ISC [Irmandade da Santa Cruz] (ORO, 1989, p. 51-52).

No entanto, é importante enfatizar que entre os “brancos” houve aqueles que se apropriaram da Irmandade da Santa Cruz com intenções econômicas. Guareschi (1985, p. 89) enfatiza que a peregrinação de Irmão José no Alto Solimões foi patrocinada por “comerciantes e donos de barcos na região de Tabatinga, Atalaia e Benjamim Constant, e após isso os patrões da barranca do Solimões em Belém, Vendaval, Vui-Uata-Im, Acaratuba, Tupi, Niterói, Crajari, Santa Clara, Palmares, Feijoal, Santa Rita do Weil e Tacana”.

Com a chegada da Irmandade, os patrões perceberam ali a oportunidade de retomarem o monopólio comercial sobre os produtos produzidos na região. Para isso, muitos deles não somente patrocinaram Irmão José, como também aderiram a Irmandade, passando a integrar as mais altas posições dentro da hierarquia administrada do movimento religioso. Sendo esses donos dos barracões, passaram a faturar sobre os objetos e vestimentas que os membros da

Irmandade deveriam usar. Para Pedrinho Guareschi (1985), tais fatos permitiram a retomada do endividamento e da dependência dos fiéis em relação ao patrão.

Conforme pudemos constatar, o preço das velas chegava a ser até sete vezes maior em determinadas localidades Tükuna, onde há o monopólio do comércio exercido pelo barracão. O mesmo vale para as roupas brancas, vestidas pelos devotos. Um dono de barracão tinha grande estoque de alpercatas. Para se desfazer do depósito, convenceu os Tükuna ser ordem de Ir. José que todos os frequentadores da Cruz comparecessem às cerimônias durante a Semana Santa de alpercatas. Na ocasião, um par de alpercatas chegava a custar um paneiro de farinha de mandioca de 30 kg. O preço do paneiro na região, no começo de 82, era 1.500, subindo em Leticia para 2.000 cruzeiros. Com isso, muitos índios se endividaram, a tal ponto que ficaram totalmente dependentes do patrão (GUARESCHI, 1985, p. 89).

Assim, a situação econômica e o prestígio dos patrões integrantes da Irmandade foi recuperado na época do Irmão José. O que se deu principalmente em razão do caráter alienante da Irmandade, que não permitia o questionamento dos fiéis sobre a exploração pela qual estavam submetidos. O próprio Irmão José demonstrava ser ingênuo ou evitava enxergar o uso econômico que era feito pelos patrões do movimento, a final esses contribuíram significativamente na peregrinação dele pela região do Alto Solimões. O fato é que Irmão José buscava se afastar de discussões políticas e a mesma prática também era estimulada aos fiéis, que deveriam se concentrar em realizar as atividades religiosas e obedecer aos dirigentes da Irmandade.

Ao assumir tal postura, Guareschi (1985) acredita que a religião transforma-se em instrumento ideológico dos patrões, pois torna legítima a dominação e reforça o poder destes, não permitindo nenhum tipo de questionamento da ordem estabelecida, pelo menos no período do Irmão do José. Já que a situação social e política se modificam após a sua morte. Com o seu continuador vieram mudanças na estrutura hierárquica da Irmandade, no relacionamento com o mundo exterior e na própria cidade santa, a Vila Alterosa do Juí.

### 1.2.2 A época de Valter Neves da Cruz

Valter Neves foi o escolhido por Irmão José para ser o seu continuador. Após o falecimento do fundador em 1982, este assumiu a liderança da Irmandade e da vila espiritual até o ano de 2007. O sucessor eleito é natural do município de Santo Antônio do Içá e tem em suas raízes familiares, a descendência indígena da etnia Kambeva.

Dentro da estrutura hierárquica da Irmandade, Valter não ocupava os principais cargos e nem era um dos mais próximos ao Irmão. A sua própria conversão não se deu de imediato à peregrinação de Irmão José, pois sua família era de origem católica. Mas após aderir ao movimento, tornou-se em pouco tempo Diretor na comunidade Nova Canaã, no rio Solimões.

Na infância aprendeu o ofício de carpinteiro, nunca foi à escola, aprendeu a ler em casa e na juventude prestou serviço militar em Tabatinga. Foram os seus conhecimentos de carpintaria que lhe levaram a subir mais uma vez na hierarquia da Irmandade e a estar próximo a Irmão José nos últimos meses de vida. Valter foi ao Juí no ano de 1982, para ser o carpinteiro da construção de nove casas. Assim, Irmão José dava início ao seu projeto, nomeando Valter Neves Diretor das Obras das Construções.

No entanto, antes mesmo que as construções ficassem prontas, sua saúde piorou bastante. Recusando qualquer tipo de remédio ou tratamento médico, permaneceu na vila até o seu falecimento no dia 23 de junho de 1982. Ainda no leito de morte, teria passado a Valter a missão de dar continuidade ao seu trabalho, rebatizando-o como Valter Neves da Cruz. Sobre a sucessão de Irmão José, Oro (1989) considera que:

*É difícil dizer se a escolha de V. Neves foi circunstancial ou programada previamente por Ir. José. Tudo leva a crer que, quando pressentiu o fim dos seus dias, ele escolheu para sucedê-lo um dos fiéis que se encontrava então em sua residência. A escolha recaiu sobre aquele que ali residia há três meses e que se ocupava das construções das novas habitações da Sede. Escolhendo como seu sucessor o Diretor das Obras das Construções ele certamente pensava na continuação desse projeto para o bem dos seus fiéis (ORO, 1989, p. 119, grifo do autor).*

Ao designar pessoalmente Valter como seu continuador, Irmão José legitimou o papel deste junto aos fiéis da Irmandade. Legitimidade essa reforçada por Valter que passou a imitar o fundador nos comportamentos e nas atividades cotidianas.

Como continuador, Valter manteve a doutrina da Irmandade, dando destaque ao apocaliptismo e a construção da vila, estimulando a concentração dos membros nesta. Em três anos na liderança da Irmandade, mudou quase que por completo a estrutura e os integrantes da hierarquia (somente um membro da época de Irmão José permanecia), a maioria dos novos integrantes eram moradores da sede, isso aparentemente levou ao esquecimento das outras localidades da Irmandade. Tais fatos, junto à postura autoritária do novo pastor, levaram ao início dos conflitos entre os fiéis. Oro (1989) destaca que uma nova ordem política se consolida, na qual os índios possuem um importante papel. *“O maior espaço político ocupando índios nesse momento da história da Irmandade é, por certo, um componente de conflitos internos uma vez que os principais oponentes do atual grupo dirigente são brancos e ex-membros da hierarquia nos tempos do Ir. José.”* (ORO, 1989, p. 126, grifo do autor)

A pesar dos conflitos, o sucessor buscou legitimar seu poder concretizando o projeto do fundador. Em pouco mais de um ano (agosto de 1983) à frente da Irmandade, a vila já contava com duas ruas, 30 casas e estava em andamento a construção de uma casa para funcionar como hospital. O crescimento da vila e o seu respectivo aumento populacional continuou rapidamente nos anos seguintes.

Em janeiro de 1987, Oro (1989) contabilizou na vila a existência de 165 casas de madeira, ocupadas por uma população estimada por ele de 1.000 pessoas. Sobre as transformações observadas naquele ano, o autor destaca:

A igreja do local não era mais a dos tempos do Ir. José, que fora substituída por uma maior, com uma torre abrigando um sino. Além disso, havia uma construção servindo como farmácia, outra como escola, outra como padaria, outra ainda como olaria, e um cemitério. Não havia casa de comércio ou bares. Nesta cidade não circulava dinheiro. A casa do Ir. José permanecia no local, embora tivesse sido aumentada de alguns cômodos. Todas essas construções se espalhavam numa área aproximada de 10 hectares, nela havendo quatro largas ruas, construídas no sentido do igarapé e oito que partiam da beira do igarapé em direção às plantações. “Aqui, se Deus ajudar, no futuro vai ser uma grande cidade”, afirmava V. Neves. Para tanto, reiterava sua esperança de poder contar com a ajuda do governo principalmente no que concerne a luz elétrica e a água potável (ORO, 1989, p.140 -141)

A ideia de contar com o apoio do governo é sem dúvida uma grande mudança em relação à postura do fundador, pois Irmão José buscava de todas as formas fugir de discussões políticas e de políticos. Já o seu sucessor, buscava esse tipo de relação. De certo, compreendia

não ser possível estabelecer na vila uma infraestrutura adequada somente com as contribuições dos fiéis. Dessa forma, no período que esteve na liderança da Irmandade, buscou junto aos políticos locais e estaduais a implementação na vila dos serviços de educação e saúde, além de ferramentas e máquinas para ajudar nas atividades agrícolas.

Os acordos estabelecidos com os políticos eram quase sempre precedidos do compromisso de que todos os membros da Irmandade votassem em determinados candidatos. Dessa forma, a liderança buscava controlar as escolhas políticas dos fiéis, sempre com o discurso de que seria melhor para vila e para todos da Irmandade. A falta de obediência às indicações políticas da liderança nas eleições era objeto de irritação do pastor.

Sobre tais circunstâncias, Oro (1989) relata o contexto político das eleições estaduais de 1986. Nesse pleito, representantes da Irmandade teriam ido a Manaus para firmar apoio político com candidatos, comprometendo o voto dos fiéis, sobre o pretexto de conseguir melhorias para sede, a Vila Alterosa do Juí.

Em Manaus, efetuaram uma espécie de pacto segundo o qual em troca de auxílios de que necessitavam na Sede todos os membros da Irmandade votariam nos candidatos do PMDB. E assim aconteceu. Na Vila Alterosa foram instaladas a primeira e a segunda sessões do município de S. A. do Içá, e o candidato a governador do PMDB recebeu 360 votos. Mas para surpresa do grupo dirigente da Sede apareceram 16 votos para outro candidato a governador. Soube-se que V. Neves ficou extremamente irritado com esses votos não esperados, afirmando que iria descobrir e punir quem “não votou de acordo”. Até princípios de 1987, essa descoberta não havia sido feita (ORO, 1989, p. 166).

Além do engajamento político da liderança, havia também nesta época, o pensamento por parte dos fiéis de lançar candidatos que fossem membros da Irmandade, o que vem se confirmando nas últimas eleições municipais, alguns obtendo êxito, sendo eleitos para o cargo de vereador no município de Santo Antônio do Içá.

A nova postura tanto da liderança como dos fiéis demonstram certo nível de consciência de força política, a qual ao ser exercida permitiu e ainda permite a conquista de direitos. Nesse período, foram conquistados para Vila Alterosa: uma escola municipal, um posto de saúde, um posto de telefonia, um centro comunitário, a pavimentação das ruas e um motor de luz. Além dos equipamentos urbanos mencionados, foram também adquiridos

ferramentas para trabalho agrícola, o que incluiu um engenho para beneficiamento de cana-de-açúcar.

Valter Neves também buscou por vias políticas legalizar a posse da terra da Vila e de outras localidades da Irmandade. Para tal solicitaram ao INCRA do município de Benjamim Constant o reconhecimento fundiário da área onde essas se encontravam.

A pretensão dos dirigentes da Irmandade é registrar essas terras em nome da mesma. Mas como esta não é uma entidade “legalizada”, tal registro ainda não pôde ser feito. Por isso, enquanto providenciam junto às autoridades a “legalização” da Irmandade da Santa Cruz, os dirigentes recebem o registro provisório das terras (Licença de Ocupação, de 100 ha cada, durante 4 anos) em seus próprios nomes, fato que é veemente criticado por alguns irmãos. Valter Neves recebeu a LO da área em que se situa a Vila Alterosa de Jesus (ORO, 1989, p. 142).

A preocupação com a posse da terra da sede da Irmandade, em parte é justificada pelo receio de que a FUNAI a determinasse como sendo terra indígena por conta dos fiéis Tikuna. Entretanto, já em 1987 era reduzido o número índios morando na vila. Esses não abandonaram a religião, mas foram instalados em outras localidades da Irmandade. Tal ponto também foi motivo de conflito entre os irmãos, sobretudo entre os da nova e antiga hierarquia (da época de Irmão José).

Outra prática que levou ao descontentamento dos membros da Irmandade em relação ao pastorado de Valter Neves foi a sua proposta de trabalho coletivo, a qual consistia em trabalhos agrícolas comunitários que eram acompanhados por “capitães” e que o posterior resultado era dividido entre todos da vila. A prática gerou um desequilíbrio entre o que era produzido e consumido na sede, estando assim a produção aquém da demanda, o que gerou bastante fome. Sobre tal situação, Oro (1989, p. 137) destaca que:

O problema da escassez alimentar resultou do descompasso entre a produção e o número incontrolado de pessoas que se estabeleceram na sede. Além disso, os irmãos não estavam habituados com o regime de trabalho exclusivamente coletivista, e, diante das dificuldades enfrentadas, dirigiram-se, em 1986, ao Pastor solicitando-lhe permissão para efetuarem empreendimentos individuais, na agricultura, na caça e na pesca. Foi somente quando algumas famílias fugiram da Sede e outras infringiram propositadamente as normas para serem delas expulsas, que V. Neves mudou o regime de trabalho, estabelecendo que desde então as equipes de trabalho ocupar-se-iam alternadamente durante uma semana nas roças comunitárias e uma semana para si próprias.

A prática do trabalho comunitário foi instituída nos tempos de Irmão José e existe ainda nos dias atuais. No entanto, na época de Irmão José essa forma de trabalho era acompanhada do trabalho individual e se dava de modo esporádico, pois os membros da Irmandade dedicavam mais tempo aos seus próprios roçados. Valter Neves tentou radicalizar a proposta obrigando todos a trabalharem somente de modo coletivo, mas não conseguiu. Porém trouxe para os dias atuais uma maior rotina do trabalho comunitário. Em relação à crise da falta de alimento, alguns fiéis a interpretaram como sendo este um momento de provações, outros como de exploração nos moldes da escravidão.

Assim, percebe-se no contexto político da época, profundas transformações em relação ao período de Irmão José. Não somente pelo estabelecimento de uma nova estrutura hierárquica, mas sobre tudo pela consolidação da consciência de força política dos fiéis e pela capacidade de perceberem explorações e abusos aos quais estavam sendo submetidos.

A própria economia local se vê transformada. Embora ainda fosse a produção em sua maioria de subsistência, não estava mais completamente restrita aos donos de barracões, passou-se cada vez mais a escoar a produção até o município de Santo Antônio do Içá, onde também se adquiriam produtos industrializados. Esse processo foi levando aos poucos a monetização da economia local, o que aumentaria significativamente com o acesso a salários e aposentadorias. Sobre as práticas econômicas que se consolidavam entre as localidades da Irmandade, Oro (1989) destaca um novo contexto sociopolítico e econômico pelo qual os fiéis estão cada vez mais inseridos na dinâmica do mundo capitalista.

A maior parte da produção destina-se ao consumo doméstico, apenas uma parte é trocada nos centros comerciais regionais por bens industrializados de que necessitam. Ou, o que é mais comum, eles vendem seus produtos (principalmente farinha de mandioca, arroz, abacaxi, banana, peixe) para efetuarem suas compras mediante dinheiro. Não há uma produção destinada exclusivamente ao comércio, salvo o artesanato confeccionado em certos povoados. Os bens de origem ocidental que mais necessitam são vestimentas, calçados, instrumentos em aço, café, leite em pó, açúcar, sal, sabão e querosene. Via de regra, os irmãos comercializam em Tabatinga, B. Constant e Marco, ou em Letícia, segundo a situação do mercado, da taxa de câmbio, etc. Neste sentido, as informações relativas aos preços dos produtos e à variação das moedas circulam normalmente entre os irmãos (ORO, 1989, p. 151).

No período de 1982 a 2007, a Vila Alterosa do Juí mudou consideravelmente seu aspecto visual, o surgimento de ruas e equipamentos urbanos foram lhe dando cada vez mais

aparência de cidade. Fruto do esforço coletivo empreendido pelos fiéis da Santa Cruz que a veem como uma peça importante do plano de salvação espiritual e terrestre da Irmandade, “a arca da salvação”. Com o falecimento do Pastor Valter Neves da Cruz, o comando da Irmandade e da vila passa a ser tocado pelo terceiro Pastor, Dalmácio Pinheiro de Castro.

### 1.2.3 Os tempos atuais

Ao contrário do que aparentemente aconteceu na sucessão de Irmão José, a passagem da liderança do Pastor Valter para o Pastor Dalmácio não se deu de modo circunstancial. Um ano antes do seu falecimento, Valter já havia indicado Dalmácio para lhe suceder. Limitando a atuação deste a administração da Vila Alterosa enquanto viajava para outras localidades da Irmandade.

Dalmácio Pinheiro de Castro não é natural da microrregião do Alto Solimões, nasceu no município de Tefé, onde conheceu e se converteu a Irmandade. Embora tenha como origem outra parte do estado, o pastor, assim, como os fiéis brancos e indígenas da Santa Cruz, também esteve sujeito a contextos de exploração, tendo seu passado ligado a seringais e ao sistema do barracão. Passou a infância e parte da juventude em seringais do Rio Japurá, nunca teve a oportunidade de ir à escola, sabe ler e escrever limitado, o que aprendeu foi na casa de vizinhos.

O novo pastor não chegou a conhecer pessoalmente Irmão José, mas mesmo de longe ouvia as histórias e milagres do Padre Santo, as quais ainda hoje são contadas pelo próprio aos visitantes da vila. Sua conversão à Irmandade se deu no ano de falecimento do fundador (1982), dois anos depois atendeu ao chamado do Pastor Valter e foi morar na Sede.

Ainda que não tenha conhecido o fundador da vila, Dalmácio acompanhou todo o processo de desenvolvimento desta. Atualmente se refere com orgulho ao modo como as ruas da vila foram abertas. “*Nós fomos fazendo ela [as ruas] de terçado e marchado, tinha faxina de manhã, era um horror de gente cortando toco, cavando, aterrando e capinando. E até que chegou o ponto de acontecer como está agora...*” (D.P.C, pesquisa de campo, 2016).

A exemplo de seu antecessor, Dalmácio também não ocupava os principais cargos da hierarquia da Irmandade. O Pastor Valter o teria escolhido para ser o seu sucessor por

“inspiração divina”. Em um primeiro momento chegou a recusar a indicação, alegando ser novo dentro da Irmandade e que haveria outros irmãos mais antigos a sua frente.

De certo, a não obediência à estrutura hierárquica no que se refere à linha de sucessão era um grande motivo de incômodo, o qual só foi amenizado quando Raimundo Neves, Irmão de Valter e teoricamente seu sucessor, lhe aconselhou a aceitar, pois “Deus o teria apontado”.

Como já mencionado, primeiramente em caráter experimental, Dalmácio ficou a cargo de comandar somente a Vila Alterosa e suas decisões precisavam da anuência do Pastor, que constantemente ligava para ter informações da vila. O comando em definitivo da Vila e da Irmandade só viria após a morte de Valter Neves no ano de 2007.

De modo geral, na atualidade é possível identificar mais continuidades do que discontinuidades em relação à época do Pastor Valter. O novo Pastor segue o estatuto e os formulários deixados por seus antecessores, a forma de organização e a doutrina religiosa se mantiveram, destacando-se o trabalho em comunidade, ao apocaliptismo e as regras de proibição em relação às práticas consideradas como pecaminosas<sup>9</sup>. Mudanças podem ser identificadas na busca da liderança atual por manter mais contato com as outras localidades da Irmandade e a postura menos autoritária do novo pastor, embora ainda aconteçam as penitências.

A Vila Alterosa do Juí ainda se constitui como peça importante do projeto de salvação, sendo ela um refúgio para os fiéis da Santa Cruz nos dias finais. Em relação ao fato de a vila ainda hoje atrair membros da Irmandade de outras comunidades, Dalmácio afirmou que a motivação está na centralidade da vila, não necessariamente geográfica, mas religiosa e política.

*Quando o fundador centrou ela [vila] sendo a central, a matriz, ela é a mãe de todas as outras comunidades. Então por ser matriz, por ser central todo o povo se interessa de vir para cá, porque é central e aqui nós temos mais força, nós resolver qualquer coisa nós sendo juntos, vivendo juntos e também os tempos que vem aí pela frente, ninguém sabe o que vai acontecer (D.P.C, pesquisa de campo, 2016).*

---

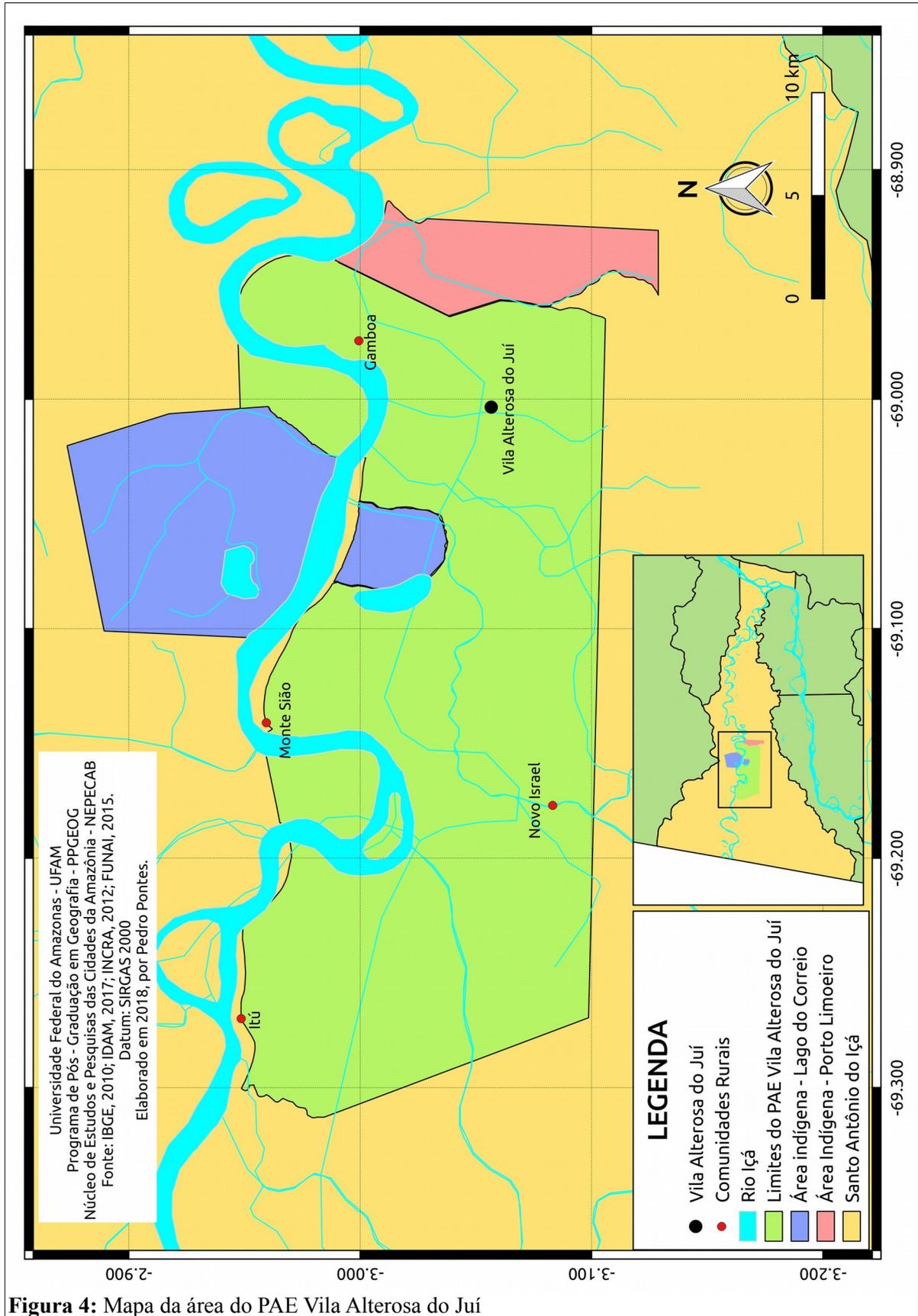
9 São consideradas como práticas pecaminosas ainda hoje: o consumo de bebidas alcoólicas, fumar, dançar, usar roupas curtas, participar de festas e jogos.

Conforme pode ser observado, a exemplo do já identificado no pastorado anterior, há racionalização política da liderança da Irmandade que considera a concentração dos fiéis na vila um ponto favorável para o atendimento por parte das autoridades civis de suas demandas.

A racionalização não se restringe somente à liderança, como mencionado anteriormente, constantemente são lançados candidatos membros da Irmandade ao cargo de vereador no município de Santo Antônio do Içá, alguns sendo eleitos e nesse caso não necessariamente com o apoio total da atual administração da Santa Cruz. Pois ao contrário de épocas passadas, nos pleitos recentes não se identificam mais unidades em torno de um único candidato. Por meio dos campos realizados na vila nos meses anteriores às eleições municipais de 2016, foi possível observar uma sociedade dividida entre os dois candidatos ao cargo majoritário de Santo Antônio do Içá, também não percebemos nenhuma forma de imposição para que os fiéis votassem de um modo e não de outro.

Para além da política partidária, é significativa a organização política da Irmandade enquanto associação, estando esta até mesmo à frente de contratos estabelecidos com os governos estaduais e federais. Através da associação, a Irmandade conquistou junto a superintendência regional do INCRA no estado do Amazonas, a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Vila Alterosa do Juí e recursos para construção de 58 unidades habitacionais.

A criação do assentamento se deu em 30 de dezembro de 2008, com a destinação de parte do imóvel rural denominado Puretê para fins de reforma agrária, com o assentamento de agricultores em área de 45.049,9032 ha (quarenta e cinco mil e quarenta e nove hectares e noventa ares e trinta e dois centiares). Limitando-se ao Leste com a Terra Indígena Limoeiro e ao Norte com a Terra Indígena Lago do Correio. O projeto engloba a área da Vila Alterosa do Juí e das comunidades de Monte Sião, Itu, Lago Grande e Gamboa. Conforme se pode visualizar na figura 4.



**Figura 4:** Mapa da área do PAE Vila Alterosa do Jui

Fonte: IBGE, 2010; FUNAI, 2015; INCRA,2015; IDAM, 2017 Org- PAULA, Pedro.

Além das vilas e comunidades, compõem também a área do projeto algumas posses, conforme pode ser observado na tabela a seguir.

<b>Comunidade / Posse</b>	<b>Lat</b>	<b>Long</b>	<b>Observações</b>
Vila Alterosa do Juí	3° 03' 28''	69° 00' 18,6''	Vila principal do PAE, onde se concentra maior parte das famílias
Monte São	2° 57' 33,8''	69° 08' 29,3''	Margem esquerda Rio Içá. Cerca de 6 casas.
Sr. Olicio	3° 00' 1,5''	68° 37' 21,6''	Margem esquerda Rio Içá; Vive um homem idoso e mais quatro mulheres.
Sr. João Saraiva	3° 00' 2,2''	69° 12' 4,6''	Local onde tem pequeno roçado com uma pequena casa
Campo / Roçados ITU	2° 57' 7,5''	69° 16' 37,8''	Margem esquerda Rio Içá; ponto onde o pessoal quer ser mantido no perímetro do PAE, indo um pouco além (acima do rio), pois segundo eles tem alguns lagos nesta área.
Lago Grande	02° 59' 05,6''	68° 53' 51,3	Comunidade com aproximadamente 20 famílias que usam instalações da Vila Alterosa
Gamboa	2° 59' 56,4''	68° 58' 22,5''	Local onde as famílias dizem atuar como roçados e eventualmente com pesca.

**Tabela 3:** Comunidades e posses que fazem parte do conjunto de vilas do PAE Vila Alterosa do Juí, Santo Antônio do Içá.

**Fonte:** INCRA, Laudo Agrônômico de Fiscalização, 2008.

O PAE Vila Alterosa do Juí se diferencia dos primeiros projetos de assentamentos estabelecidos na Amazônia, pois o mesmo não garante a concessão de lotes individualizados, mas permite que toda a área seja de uso comum.

Na prática é possível afirmar que o projeto apenas garantiu legalidade à posse da terra, embora as famílias não tenham o título definitivo das áreas que ocupam. No tocante a isso, é interessante como a liderança atual da Irmandade gerencia o acesso a terra na Vila Alterosa do

Juí. Na vila não é permitida a comercialização de terrenos. Esses são obtidos por meio de solicitação à administração da Irmandade que determina a localização e o tamanho do lote a ser ocupado. Sendo assim, um fator intrínseco necessário para se obter um lote de terra na vila é ser membro da Irmandade.

O controle da terra por parte da Irmandade na vila não é recente, este foi praticado por Irmão José e pelo Pastor Valter. Atualmente é considerado legítimo pela liderança por conta do PAE, de tal maneira o pastor Dalmácio chegou a nos relatar sua ideia de mandar fazer placa semelhante às usadas para indicar terras indígenas, informando ser a área “terra de assentamento federal”, a fim de evitar que não membros da Irmandade se instalem nas proximidades da vila.

Por meio da implantação do projeto agroextrativista, a associação da Irmandade conseguiu recursos junto ao INCRA na ordem de R\$ 727.262,00 (setecentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta e dois reais) para construção de 58 habitações. Até o presente momento, o projeto não foi totalmente concluído, pois a empresa contratada abandonou as obras, deixando apenas poucas casas prontas. Embora nem todas as habitações tenham sido finalizadas, as poucas concluídas foram suficiente para marcar parte da paisagem geográfica da vila com a padronização das casas.

Outra importante marca na paisagem local é a construção do templo *Igreja Madre Central do Brasil*. As obras foram iniciadas no ano de 2013 e a inauguração está prevista para o ano de 2019. O templo está sendo construído em alvenaria e será a maior edificação da vila, medindo 20 metros de largura, 33 comprimento e 14 metros de altura.

O projeto de construção de um grande templo da Irmandade na vila não é novo, desde a época de Irmão José já se pretendia fazê-lo. De acordo com Oro (1989), em 1978 Irmão José planejava a construção de uma igreja de sete andares, onde a vida espiritual e material caminhariam juntas, pois cada piso da igreja seria destinado a atender uma necessidade dos fiéis, como alimentação e repouso, por exemplo. A construção atual não tem o propósito de atender as necessidades materiais, mas a sua grandiosidade busca estar a altura do que havia sido profetizado por Irmão José.

Durante os 5 anos de obras, o templo vem sendo financiado com contribuições regulares dos membros da Irmandade moradores da vila e de outras comunidades. Os residentes na vila contribuem mensalmente com o pagamento da taxa por família no valor de

R\$ 50,00 (cinquenta reais), os fiéis de outras localidades contribuem conforme o possível em períodos de três em três meses. Além da contribuição financeira, também se auxilia na construção com o trabalho comunitário, o qual atualmente é realizado de modo escalonado.

A construção do templo é bastante reveladora no que diz respeito ao atual cenário econômico da vila. Conforme já mencionado, as últimas décadas vêm se destacando cada vez mais pelo acesso direto das famílias aos recursos monetários. Corrobora para isso, a diminuição da importância dos padrões e do sistema do barracão na região do Alto Solimões, o que permitiu com que as trocas comerciais passassem a ter nos centros urbanos locais, um ponto fixo onde as relações mercantis com o produtor são mediadas pelo dinheiro.

Mais recentemente, o recebimento de recursos provenientes de benefícios e programas governamentais tem contribuído significativamente ao processo de monetização da economia local. Entre esses benefícios figuram na realidade local os de ordem previdenciária, como aposentadorias e pensão bem como os de políticas públicas como o bolsa família e o seguro defeso. A importância de tais benefícios na economia doméstica local será objeto de análise mais detalhada no próximo capítulo.

De modo geral, pode-se afirmar que a contribuição financeira dada pelos benefícios permite também uma regular integração entre famílias beneficiadas ao mundo do consumo, o que se dá tanto pela compra de itens de consumo regular, como alimentos; e pela aquisição de bens duráveis, como televisão e geladeira, por exemplo.

No levantamento socioeconômico realizado na vila, identificamos que os benefícios alcançam 80% dos grupos familiares estudados. O de maior alcance é o bolsa família, estando este presente em 66% dos domicílios. Tal programa foi implementado no ano de 2004, durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma política pública de transferência de renda, com os objetivos de reduzir a pobreza e interromper o ciclo intergeracional desta. Atualmente, são beneficiadas pelo programa, famílias com renda *per capita* inferior à R\$ 170,00 (centro e setenta reais), as quais devem atender as condicionalidades de acompanhamento da frequência escolar e da saúde da família.

Desde a criação do bolsa família, estudos têm comprovado sua contribuição na redução da desigualdade (KERSTENETZKY, 2009; SOARES et al. 2006) e até mesmo na erradicação da pobreza em alguns lugares (LIMA; PERALTA, 2016). O programa também

tem contribuído no desenvolvimento da economia de cidades pequenas, onde o comércio e a prestação de serviços são as principais atividades econômicas (ROSINKE, 2011).

No município de Santo Antônio do Içá, o programa bolsa família beneficiou no mês de maio de 2018, 4.500 famílias, as quais receberam benefícios com valor médio de R\$ 323,99 (trezentos e vinte três reais e noventa e nove centavos). Ao todo foram transferidos pelo governo federal no referido mês o valor de R\$ 1.457.956,00 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e sete mil e novecentos e cinquenta e seis reais), conforme dados do Cadastro Único disponibilizados pelo CRAS do município.

Os benefícios permitiram a diversificação da renda e a monetização da economia local. Os efeitos dessa dinamização econômica na vila podem ser percebidos na paisagem geográfica. Atualmente as casas não são mais exclusivamente de madeira, 30% das moradias já são em parte de alvenaria. O que é bastante significativo se considerado a necessidade de levar da sede do município todo o material necessário para esse tipo de construção. A própria edificação do templo se insere nesse contexto, e a relação da construção com os benefícios é relevante, pois 92% das famílias inseridas em algum programa de transferência de renda possuem entre as suas despesas mensais o pagamento da contribuição para construção do templo.

Outro indicador desse processo pode ser observado na proliferação de estabelecimentos comerciais e pequenas vendas. No mapeamento realizado na vila identificamos a existência de 40 unidades comerciais, entre as quais estão: frigorífico, mercadinhos, tabernas, padarias, lanches, banca de churrasco, loja de produtos peruanos, barbearias, borracharia, ponto de *wifi* e vendas de gasolina.

Essas unidades comerciais são basicamente uma fonte de renda adicional aos domicílios, sendo uma complementação aos salários, à venda da produção e aos benefícios. Caracterizam-se por serem empreendimentos familiares conduzidos pelos chefes das famílias e por não se constituírem como unidades empregadoras, pois os “trabalhadores” normalmente têm laços de parentesco com o proprietário.

Outra característica da atividade comercial local está na continuidade de formas tradicionais de venda, como: o fiado, o aviamento e a troca. A venda no fiado é praticada principalmente com consumidores assalariados e aposentados. Já o aviamento se dá principalmente com os pescadores de “peixe liso” que aviam com os patrões o combustível

necessário para ir pescar. A troca é mais circunstancial, geralmente envolve o troca direta da produção local por produtos industrializados.

Tais práticas junto as relações comerciais mediadas pelo dinheiro, contribuem para a manutenção do consumo em âmbito local. Deve-se destacar que as formas tradicionais de venda se diferenciam em parte das correspondentes estabelecidas em outras épocas, pois atualmente essas práticas estão mais baseadas na manutenção de relações de confiança entre comerciante e consumidor.

Os comércios locais se destacam pela variedade, sendo possível encontrar neles todo tipo de mercadorias, como: gêneros alimentícios, roupas, eletrodomésticos, combustíveis, material de construção etc. Ainda assim, o dinamismo da atividade comercial local durante o mês é fraco, o período de melhor movimento se dá nos dias de pagamento. O que revela a importância dos salários e dos programas sociais para economia local.

A falta de dinamismo durante o mês pode ser justificada pela inexistência de instituições financeiras na vila. Tal condição obriga que os saques de salários e benefícios sejam feitos em bancos de Santo Antônio do Içá, onde também invariavelmente são realizados os principais gastos mensais. No levantamento socioeconômico era comum ouvir a expressão “aqui nós compra só a miudeza, o grosso mesmo é em Santo Antônio”, o “grosso” se refere a itens comprados em quantidade, como fardo de arroz e açúcar, por exemplo. Já a “miudeza” é uma referência à compra em pequena quantidade realizada no dia a dia.

Embora a dinâmica comercial da vila se diferencie das praticadas na sede do município e nos grandes centros urbanos. Essa exerce um papel fundamental para inserção da vila no contexto da rede urbana regional, nacional e até mesmo internacional, o que se dá pela venda ou compra de mercadorias. Assim acontece a reprodução do capital e a consequente organização espacial, a qual de acordo com Corrêa (2006) se constitui como uma dimensão da totalidade social que combina as instâncias econômicas, jurídica – política e ideológica.

O terceiro período aqui destacado para compreensão da formação socioespacial da Vila Alterosa do Juí é delimitado por nós a partir da atuação do terceiro pastor da Irmandade, mais especificamente entre o ano de 2007 até o momento atual. Essa fase se caracteriza pelo crescimento dos rendimentos monetários e pela maior inserção da Irmandade ao contexto político-administrativo, sendo essa cada vez mais uma organização representativa dos moradores da vila e não apenas uma entidade religiosa. Nesse contexto de mudanças, novas

condições sociais emergem, dando maior complexidade à vila e aos fluxos, que tanto se intensificam, como também se diversificam.

## CONCLUSÃO

Buscar entender a formação socioespacial a partir da periodização, é recorrer a reconstrução do tempo espacial dando evidência aos diferentes períodos que contribuíram para a organização espacial de determinado lugar. Para Corrêa (2006), quanto maior a escala espacial, isto é, menor a localidade, mais complexa se torna a periodização. Seu entendimento se baseia na ideia de que uma vila (por exemplo) reflete de modo particular os processos gerais que afetam regiões maiores, produzindo assim uma diferenciação espaço-temporal.

Partindo desse desafio, buscamos fazer a periodização da organização espacial da Vila Alterosa do Juí, mostramos que o surgimento e desenvolvimento da vila estão ligados ao movimento religioso liderado por José Francisco da Cruz na década de 1970 pela região do Alto Solimões. Por ter sido escolhida para ser a localidade sede da Irmandade, a vila reúne uma série de particularidades, o que a torna singular entre as vilas da Amazônia. A origem ligada a religião de doutrina escatológica lhe renderam os títulos de “cidade santa” e “arca do povo da Santa Cruz”.

Dada a importância da religião na vila, nossa periodização foi estabelecida em três períodos, os quais são definidos a partir da sucessão dos pastores. O período inicial é delimitado na fundação da vila até a morte de Irmão José, nele são construídas as bases ideológicas da vila espiritual e do projeto de estabelecer nela equipamentos urbanos para atender as necessidades dos fiéis. O projeto em si não foi concretizado, provavelmente em função das relações de produção da época, onde a lógica de dominação e exploração, exercida pelo monopólio patronal se sobressaía.

O segundo período marca a liderança do Pastor Valter Neves da Cruz. Nesse momento, a vila começa a ganhar aspecto de cidade com a criação de ruas e equipamentos urbanos, fruto das estratégias de concentração dos fiéis na sede e do engajamento político da liderança da igreja. A economia local não estava mais completamente presa ao patrões, cada

vez mais a produção era escoada à sede do município, o que aos poucos foi levando a monetização da economia local.

O período atual é marcado pelo crescimento dos rendimentos monetários e pela maior inserção da Irmandade ao contexto político-administrativo, o que garantiu a criação do PAE e a consequente posse legal da terra. As atividades comerciais apesar do baixo dinamismo articulam o local ao global, o que se dá pelo poder da sociedade de consumo.

Ao final dessa discussão sobre a formação socioespacial da Vila Alterosa do Juí, concluímos que a vila passou por mudanças significativas; os segmentos de tempo se diferenciam, cada qual com sua instância da totalidade social. No entanto, é a partir da combinação dos diferentes tempo que se elabora a organização espacial atual. As transformações verificadas evidenciam uma maior complexidade da realidade social e dos fluxos. É partindo deste contexto que desenvolveremos nossa análise na etapa seguinte.

## 2 A CIDADE SANTA E O MÉDIO RIO IÇÁ

### 2.1 Definindo Vila e Rede Urbana

Antes de analisarmos a vila e o papel desempenhado por esta, é necessário fazer considerações em relação a noção de vila adotada por nós. Dessa forma, uma primeira questão que se coloca é como devemos conceituar as vilas da Amazônia, especialmente em sua porção ocidental.

Pela base territorial do IBGE, os distritos são unidades administrativas dos municípios e a localidade onde está a sede da autoridade distrital são as vilas. Dessa forma, são consideradas para efeito de definição de setores censitários urbanos do censo 2010, apenas vilas com “ocupação urbana”.

De certo, a realidade das vilas da Amazônia em muito se difere das de outras regiões. No Estado do Paraná, por exemplo, onde vários estudos sobre vilas são desenvolvidos, há o entendimento das vilas rurais como sendo o de área geográfica destinada à realização de políticas públicas de habitação rural organizada em lotes tamanho padrão e com infraestrutura básica para realização de atividades agrícolas (SANTOS, 2011). Sendo esta uma alternativa ao êxodo rural e a falta de mão de obra no campo.

Na Amazônia, as vilas historicamente desempenharam um papel importantíssimo na consolidação do domínio português. Oliveira (2000) destaca que:

As vilas criadas no século XVIII estavam localizadas em pontos estratégicos às margens do rio Amazonas ou na foz de seus principais afluentes e tinha como funções: defesa, cobrança e controle de tributos, entreposto comercial de produtos extrativos e agrícolas, base para preiamento de índios e sede do poder temporal, representação do Estado e do poder das missões religiosas (OLIVEIRA, 2000, p. 194).

Ao longo dos surtos econômicos, essas vilas passam a ter novas dimensões econômicas e espaciais com a produção de produtos extrativos e agrícolas. Muitas dessas vilas foram elevadas à categoria de cidade e constituem a espinha dorsal da malha urbana.

As atuais vilas da Amazônia, especialmente em sua porção ocidental, não são mais as mesmas do período colonial, no geral são espaços de formação histórica bem mais recente,

constituindo-se de comunidades<sup>10</sup> rurais que passaram a ter novas dinâmicas sociais e espaciais.

Silva (2009), em sua pesquisa sobre as vilas do município de Parintins, enfatiza as características comuns das comunidades na Amazônia e a partir daí demonstra como algumas vilas não se enquadram mais na definição de comunidade. Segundo a autora:

O termo comunidade é utilizado por todos na região e reconhecido pelo poder público local, como as prefeituras dos municípios. Esse termo abrange características que são comuns nesses agrupamentos: a) poucos moradores que no geral são aparentados; b) relativo isolamento entre as comunidades (muitas vezes dentro da mesma localidade existe uma longa distância entre os domicílios); e c) a presença da Igreja Católica na fundação e na organização dessas comunidades (SILVA, 2009, p. 32).

É possível inferir que além do não atendimento de algumas das características descritas acima, a presença de infraestrutura básica designadas à realização de serviços nessas vilas lhes diferenciam das habituais comunidades rurais, caracterizando o que em certa medida podemos considerar como um ambiente urbano. No entanto, embora essas vilas tenham a forma de cidade, não são reconhecidas dessa forma, pois não são as localidades sedes de seus respectivos municípios.

Podemos afirmar que em nível hierárquico na rede urbana, as vilas estão inseridas entre as comunidades rurais e as pequenas cidades, exercendo conexão entre os fluxos de pessoas, serviços, mercadoria, capitais e informação. Na região, concede-se às vilas o imaginário de localidades fornecedoras de produtos agrícolas, especialmente de farinha de mandioca e banana para suas respectivas sedes municipais. Entretanto, relações muito mais complexas fazem parte desse universo, sendo assim necessário considerar não apenas o contexto da produção agrícola, mas de toda fluidez produzida pela deslocação de pessoas, coisas e informações.

Adotar a rede urbana como categoria de análise é privilegiar o olhar sobre a fluidez, pois para se entender a dinâmica urbana e os processos socioespaciais que envolvem a vila é necessário considerar a sua relação com o mundo exterior.

---

10 De acordo com Lima e Alencar (2000), o termo “comunidade” passou a denominar as concentrações populacionais rurais da Amazônia a partir da década de 1970, momento em que sob a influência do MEB e das prelações buscava-se a organização política dos moradores dessas localidades.

Diante do exposto, é fundamental entender o conceito de rede urbana da mesma forma que Corrêa (2006, p. 43), o qual a define como sendo “o conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si”. Para o autor, os núcleos de povoamento com funções urbanas são os nós e as suas respectivas ligações são os variados fluxos entre os mesmos.

Ainda de acordo com o referido autor, são necessárias três condições para a existência da rede urbana: 1) a existência de economia de mercado com produção e comercialização de bens; 2) a presença de pontos fixos no território responsáveis pelas relações comerciais; e 3) articulação entre os núcleos urbanos, mesmo que em condição mínima.

Deve-se ressaltar que ao longo dos anos o capital tem transformado o espaço a partir de seus interesses, modificando a organização espacial da produção e complexificando a rede urbana. Dessa forma, o capital e seus agentes atuam na rede sobre diferentes escalas promovendo mudanças no contexto socioeconômico, político e cultural.

Nesse sentido, Castells (2008) considera que as redes constituem a nova morfologia social da sociedade, tendo nas tecnologias de informação a base material para sua penetração em toda estrutura social, configurando o que ele denomina de *sociedade em rede*.

No cenário atual, há cada vez mais uma sobreposição de redes. Bessa (2005) exalta o papel da rede urbana, denominando-a de *rede das redes*. No mesmo contexto, Corrêa (2012) destaca a capacidade aglutinadora da rede urbana, pela qual “muitas e muitas redes geográficas cujos nós e fluxos específicos iniciam, finalizam ou passam pelas cidades”.

Assim como acontece com as pequenas cidades, na Amazônia as vilas constituem um nó fundamental na rede de relações econômicas e sociais envolvendo o urbano e o rural. Se por um lado as vilas são o começo da cadeia de comercialização de bens do mundo rural, por outro são espaços em que os modos de vida estão passando por substanciais mudanças, com alterações no processo de produção do espaço, das relações sociais, dos costumes e hábitos da população (SILVA, 2009). Essa aproximação entre o mundo rural e o urbano tem tornado cada vez mais difícil uma identificação clara de um ou de outro.

É nessa perspectiva que alguns autores como Henri Lefebvre (1999) e Roberto Luís Monte-Mór (2006) desenvolvem teorias que sustentam a ideia da evolução do urbano segundo um contínuo. As reflexões dos referidos autores se pautam na hipótese de uma completa urbanização da sociedade, na qual cada vez mais o meio rural passa a conviver com o modo de vida urbano.

A reflexão crítica sobre a sociedade produzida por Henri Lefebvre (1991) fundamenta-se na vida cotidiana, no conteúdo das relações sociais. Lefebvre nos mostra assim a riqueza e a relevância histórica do que parece ser irrelevante, o estudo do cotidiano. No livro *A revolução urbana*, Lefebvre (1999) apresenta sua hipótese de urbanização completa da sociedade. “Essa hipótese implica uma definição. Denominamos sociedade urbana a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real” (LEFEBVRE, 1999, p. 15).

Para o autor, a sociedade urbana não deve ser entendida como uma realidade acabada, pois trata-se principalmente de uma formulação teórica de uma prática social em andamento que nasce da industrialização. Essa sociedade urbana caracteriza-se por dominar e absorver o campo. Assim o modo de vida e os saberes camponeses são absorvidos, passando a integrar o mundo da indústria e o consumo dos seus produtos.

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras, o tecido urbano, não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFEBVRE, 1999, p. 17).

Monte-Mór (2006) denomina de *urbanização extensiva* a materialização do processo de produção e reprodução da cidade industrial com o urbano. Para ele, a *urbanização extensiva* no Brasil ultrapassou os limites políticos das cidades e integrou espaços rurais e regionais ao urbano, mediante principalmente a expansão do tecido urbano por meio do aparato do Estado, estendendo assim a produção industrial e o consumo dessa produção.

A urbanização extensiva caminha assim ao longo dos eixos viários e redes de comunicação e de serviços em regiões novas como a Amazônia e o Centro-Oeste, mas também em regiões velhas, como o Nordeste, em espaços residuais das regiões mais desenvolvidas, nas ilhas de ruralidade no interior mineiro ou paulista. Em toda parte, a lógica urbano-industrial se impõe ao espaço social contemporâneo, no urbano dos nossos dias (MONTE-MÓR, 2006, p. 17).

Por meio das redes a lógica urbana enquanto estilo de vida se reproduz. Há assim uma incontestável necessidade de se pensar no todo formado pela rede urbana, por onde uma infinidade de redes se encontram e se entrelaçam. Nessa perspectiva, voltamos o nosso olhar para compreender como a vila se insere no contexto das redes urbanas, tendo a Vila Alterosa do Juí como objeto de pesquisa.

## 2.2 As condições naturais e o perfil urbano da Vila Alterosa do Juí

A vila localiza-se no pequeno afluente (igarapé) Juí, tributário da margem direita do Rio Içá, estando assim localizada no curso médio desse rio, entre as coordenadas geográficas 03°03'20" Sul e 69° 00' 15" a Oeste do meridiano de Greenwich, distanciando em linha reta 117 km em relação a sede do município. No entanto, neste caso deve-se considerar como um modo mais representativo em termo de caracterização de distância, o tempo necessário para se chegar a vila. Tal qual é feito usualmente pelo homem ribeirinho que por meio das horas e dias descreve as distâncias percorridas pelos rios da Amazônia.

O acesso à vila é possível somente via transporte fluvial, por onde o distanciamento em relação à sede do município aumenta para 216 km; da sede do município até a vila, o tempo de viagem estimado está em torno de 16 a 20 horas de barco e de 4 a 6 horas por lancha expressa de 115 Hp<sup>11</sup>. A duração da viagem varia conforme a potência da embarcação e a sazonalidade do rio. Outro ponto importante no alongamento da viagem é a característica meândrica<sup>12</sup> do Rio Içá.

A área urbana da vila e o seu entorno caracterizam-se pela existência de uma vasta rede hídrica composta por igarapés, paranás, furos e lagos, muitos dos quais se tornam mais visíveis somente no período das cheias, quando são bastante utilizados como atalho dos rios. Entre os moradores da vila, é comum a intervenção antrópica de derrubada da vegetação para o encurtamento das distâncias entre diferentes trechos do rio.

---

11 Deve-se destacar que os meios de transporte que fazem a linha, não são diários e nem possuem data fixa para realização das viagens.

12 O padrão meândrico é resultado do processo contínuo de erosão das margens dos rios. Na Amazônia, os rios com esse tipo de forma são bastante comum e destacam-se por apresentarem como características curvas sinuosas e semelhantes entre si.



**Figura 5:** Área desmatada para navegação no Igarapé Juí

**Fonte:** SCHOR, Tatiana - Acervo NEPECAB. ( Pesquisa de campo, outubro 2017).

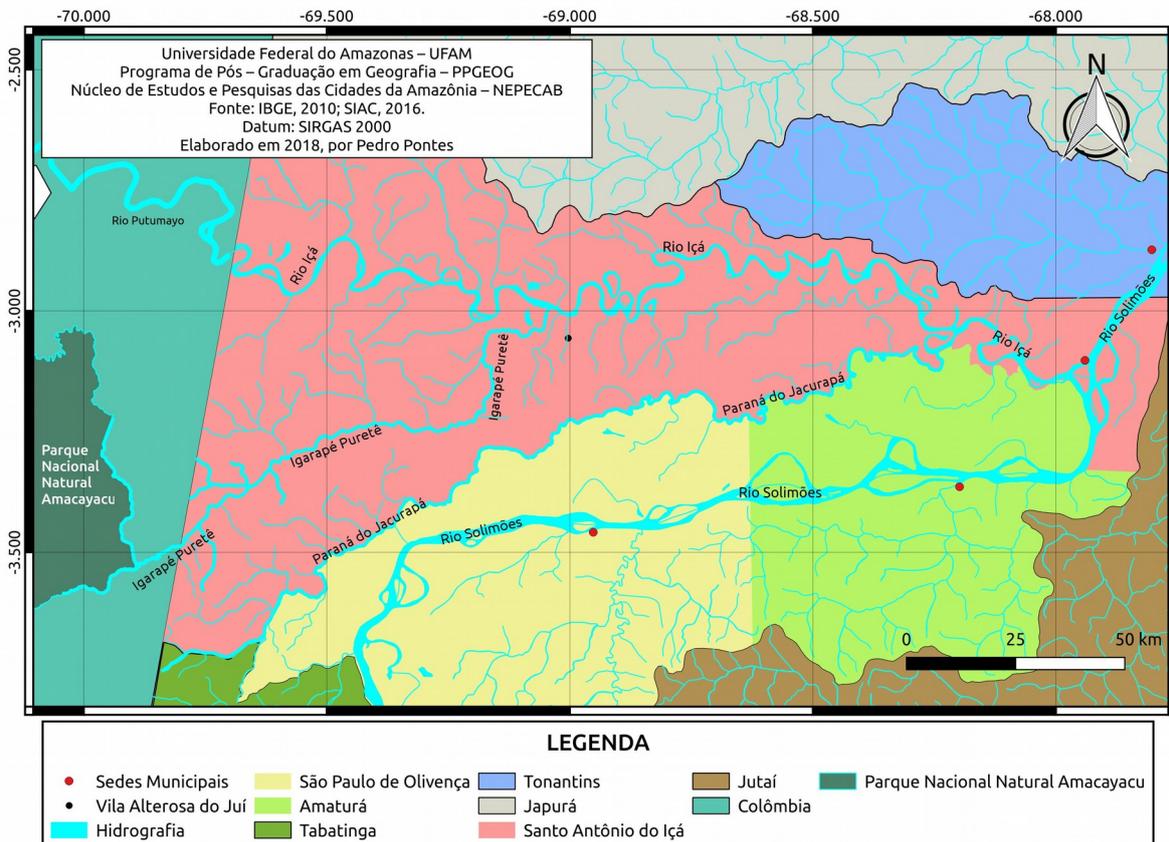
**Comentário:** Trecho da margem direita do Igarapé Juí desmatado para encurtamento da distância no período da cheia. O uso do atalho evita a necessidade de navegar em uma das curvas sinuosas do igarapé.

Na rede hídrica local, o Rio Içá é o principal elemento do sistema. Com 1645 km de extensão, o rio nasce em território colombiano e deságua no Rio Solimões, próximo a sede do município. Com águas de origem andina, o Içá apresenta como características a coloração branca das suas águas, alta turbidez e transporta grande quantidade de matéria em suspensão. De acordo com o Caderno Hidrológico da Região Amazônica (MMA, 2013), essas características são resultado da intensa erosão e da forte declividade da bacia na porção Andina e sub-Andina.

Segundo Csasznik et al. (2015), o regime hidrológico do Rio Içá demonstra ser multimodal com dois períodos hídricos durante o ano, o pico da cheia se dá entre os meses de abril e maio e a estiagem entre setembro e outubro.

Outros importantes elementos da rede hídrica local são os igarapés Juí e Puretê, ambos deságuam na margem direita do Rio Içá e possuem a coloração preta. Tal característica é resultado da grande quantidade de ácidos húmicos na água, os quais são provenientes da decomposição da matéria orgânica da vegetação.

Tanto o Juí como o Puretê são navegáveis o ano inteiro, estando esses apenas limitados aos barcos microrregionais<sup>13</sup> no período das secas. Nesses casos, o acesso às localidades se dá apenas por meio de canoas com motores rabetas. Entre os igarapés, o Puretê (também conhecido como Puratá ou Paritú) se destaca por ser o mais longo, estendendo-se até o território colombiano, onde estabelece os limites naturais do Parque Nacional Natural Amacayacu. Durante as cheias, o igarapé se comunica ao sul com o Paraná do Jacurapá, possibilitando assim um acesso direto ao Rio Solimões. Tais características fazem do igarapé uma importante via fluvial para região, o que é reforçado pela ausência de fiscalizações regulares do comando de fronteira, permitindo assim no curso deste rio a ocorrência de ilícitos transfronteiriços.



**Figura 6:** Mapa vias fluviais no Alto Solimões.

**Fonte:** IBGE, 2010; SIAC, 2016. - Org. PAULA, Pedro, 2018.

13 Butel e Schor (2017), ao estabelecerem uma classificação para os tipos de transportes fluviais da Tríplice Fronteira Amazônica, definiram os barcos microrregionais como embarcações de pequeno porte com capacidade moderada para transporte de pessoas e mercadorias, e com infraestrutura para percorrer longas distâncias.

Na rede hídrica local os lagos se destacam por oferecerem grande quantidade de estoques de peixes. A Secretaria da Produção Agropecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural Integrado (SEPROR) realizou em abril de 2012 na Vila Alterosa do Juí e em outras localidades do Rio Içá, o levantamento dos lagos para implantação de acordo ou manejo de pesca. O relatório do levantamento identificou nas proximidades da vila a existência de 29 lagos, muitos com a presença de pirarucu (*Arapaima gigas*) tanto no período da cheia como no da seca.



**Figura 7:** Mapa de lagos de Vila Alterosa do Juí georreferenciados  
**Fonte:** IBGE, 2010; SEPROR, 2012. - Org: PAULA, Pedro, 2018.

Os lagos são em sua maioria meandros abandonados do igarapé Puretê. Esses se caracterizam por estarem parcialmente sedimentados e localizados a poucos metros do leito do igarapé, em depressões rasas que se enchem de águas no período das cheias; outros lagos não resultam do transbordamento do rio principal, mas da acumulação de águas pluviais e da falta de comunicação desses com o canal fluvial.

Na região, o regime hidrológico de toda rede hídrica é bastante influenciado, entre outros fatores, pelos índices pluviométricos. A área em estudo caracteriza-se por apresentar índice elevado, com precipitações em torno de 3.160 mm/ano (MAIA, Maria; MARMOS, José, 2010). Durante o ano, os meses com poucas chuvas são acompanhados da diminuição rápida no nível das águas.

A rede hidrográfica destacada encontra-se em relevo de bacia sedimentar de origem fanerozoica. Apresenta sedimentos do terciário e do quaternário, esse último em pequenas extensões e sempre nas aluviões. O relevo mostra-se dissecado em colinas e em cristas, na marginal das planícies e dos terraços do Rio Içá (RADAMBRASIL, 1977).

O solo predominante é da classe dos Gleissolos, do tipo Hidromórficos. Esse se constitui de material mineral e tem por características as cores neutras ou mosqueadas, a presença em área sujeita a inundação, em condições naturais são mal drenados e possuem elevada fertilidade (CPRM, 2010). No período da vazante, são utilizados pelos agricultores locais para o cultivo de feijão, melancia, milho, mandioca etc.

Na análise de declividade feita pelo INCRA no momento de criação do Projeto Agroextrativista (PAE) Vila Alterosa do Juí, foi observado que quase toda a área (98,41%) é classificada como plana ou suavemente ondulada, não havendo platôs ou terras altas. Conforme pode ser observado na tabela 4.

Classe de declividade	Faixas de declividade (%)	Áreas (há)	Área (%)
Plano	0 – 5	38.649.9600	87,38
Suave Ondulado	5 – 10	4.879.4400	11,03
Ondulado	10 – 15	592.9200	1,34
Muito Ondulado	15 – 25	62.3700	0,141
Forte Ondulado	25 – 47	22.6800	0,051
Áreas de uso restrito	47 – 100	24.3000	0,055
<b>Totais</b>		<b>44.231.67</b>	<b>100</b>

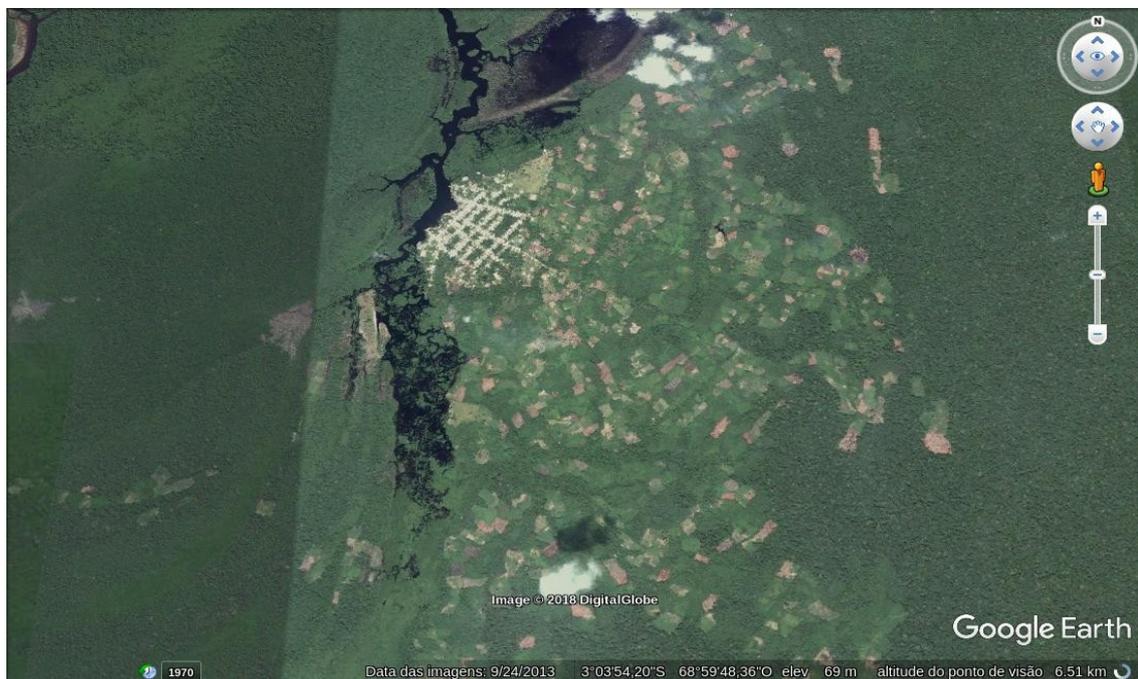
**Tabela 4:** Classe de declividade e respectivas áreas no PAE Vila Alterosa

**Fonte:** INCRA, 2008.

Embora trate-se de área de planície de inundação, a Vila Alterosa do Juí está assentada sob terraço fluvial plano e bem drenado, estando acima do nível das cheias anuais. Na vila há apenas dois pontos em que no período das cheias do igarapé adentra a área urbana, nesses pontos existem pontes fixas de madeira.

O entorno da vila também se caracteriza pela grande extensão de florestas tropicais densas, em sua grande maioria do subgrupo aluvial. No levantamento realizado para implementação de plano de manejo, foram identificadas as seguintes espécies com potencial econômico: serigueira (*Havea brasiliensis*), Virola, Sorva (*Couma guianensis*), Andiroba (*Carapa Guianensis*), Castanha (*Bertholletia Excelsa*). Em áreas abertas são identificadas palmeiras como: Açais (*Euterpia*), *Oneocarpus*, *Astrocaryum jauary*, *Maximiliana*, *Maurita flexuosa*, *Bactris riparia* etc (INCRA, 2008). De modo geral, ainda não são significativos os impactos ambientais sobre a vegetação.

A área de maior desmatamento se encontra a leste (ao fundo) do perímetro urbano da vila. Trata-se de local com ação antrópica principalmente agrícola, onde se desenvolvem pequenos plantios, especialmente os de mandioca e banana, o primeiro para produção de farinha, principal produto da vila. Em menor escala, a área também é utilizada para criações de gado e pequenos animais, essas normalmente em pequena quantidade (de 3 a 6 cabeças por família) e para subsistência.



**Figura 8:** Área desmatada no entorno da vila

**Fonte:** Google Earth, 2013.

Dentro do perímetro urbano da vila também se realiza a criação de pequenos animais e o cultivo de hortaliças, o que se dá geralmente nos quintais ou ao redor das casas.



**Figura 9:** Criação de ovinos na área urbana da vila

**Fonte:** SCHOR, Tatiana. Acervo NEPECAB ( Pesquisa de campo, outubro 2017).

**Comentário:** Carneiros pastando livremente no gramado da Escola Municipal. Durante o dia os animais ficam soltos, somente no final da tarde são recolhidos ao quintal do proprietário.

O cultivo de hortaliças e a criação de animais é uma prática comum nas cidades interioranas do estado do Amazonas, o mesmo também se dá nas vilas. Na cidade de Tonantins, Franco (2016) identificou quintais urbanos, onde se cultivam cebolinhas, coentro, couve e pimentas que são comercializados na feira da cidade. Nas vilas do município de Parintins, Silva (2009) observou o uso dos quintais para o cultivo de frutas, hortaliças, plantas medicinais e a criação de galinhas e porcos. Fernandes (2017) também observou na vila de Caiambé (município de Tefê) o cultivo nos quintais de hortaliças e a criação de galinhas caipira.

No caso de Vila Alterosa do Juí, o cultivo de hortaliças e a criação de animais realizado nos quintais da vila, ocorre em pequenas quantidades e quase sempre sem fins monetários. Embora chegue a acontecer a venda, essa se dá de modo esporádico, não sendo representativa nos rendimentos dos domicílios. A produção é principalmente destinada ao autoconsumo familiar. Essa estratégia é importante, não somente pela economia gerada por não se consumir o produto equivalente comercializado nos mercadinhos, mas sobretudo por dar às famílias uma segurança alimentar, conforme é destacado por Grisa e Schneider (2008).

A produção para o autoconsumo permite acesso facilitado, sem nenhum processo de intermediação por meio de valores de troca, a um conjunto diversificado de alimentos capazes de fornecer os mais diversos nutrientes que o organismo humano necessita. Também, o autoconsumo é uma forma de produção que respeita as preferências alimentares das comunidades locais, suas práticas de preparo e consumo, e serve como um instrumento de preservação da cultura, dada que muitas destas práticas são passadas de pais para filhos, em consonância com as condições sócio - ambientais e a própria história local. Ademais, fornece alimentos com qualidade sanitária, dado que comumente trata-se de cultivos isentos de agrotóxicos e insumos químicos (GRISA e SCHNEIDER, 2008, p. 488-489).

Nos quintais urbanos, a criação de animais é uma importante fonte de alimentação, de fácil e rápido acesso, sendo o consumo realizado de forma direta (carne) e indireta (ovos). No levantamento socioeconômico realizado na vila, identificamos que entre as atividades produtivas desenvolvidas no ano de 2016, a criação de animais para o autoconsumo é uma estratégia valorizada, pois dos 59 domicílios entrevistados, 75% tiveram a criação de aves (galinha, pato) entre as suas atividades produtivas daquele ano e a criação de suínos foi desenvolvida por 32% dos domicílios.

Em localidades onde essa estratégia não é usual, observa-se o maior consumo de alimentos enlatados e congelados, conforme é observado por Bezerra (2018) na vila de Copatana (município de Jutai). O consumo de alimentos obtidos pela via do mercado também acontece de modo significativo em Vila Alterosa. No entanto, essa forma de consumo se dá de modo paralelo ao consumo dos produtos locais.

Conforme já destacado no capítulo anterior, a monetização da economia local tem possibilitado a maior inserção dos moradores da vila ao mundo do consumo, o que por sua vez também se aplica ao consumo de alimentos industrializados. Os quais são obtidos tanto na cidade como nos vários comércios locais.

Nos comércios locais é possível encontrar além de gêneros alimentícios (perecíveis e não perecíveis), miudezas em geral, remédios, materiais de construção, roupas, eletrodomésticos e combustíveis. A variedade de itens comercializados na vila permite que sejam atendidas as necessidades físicas e sociais básicas dos moradores.

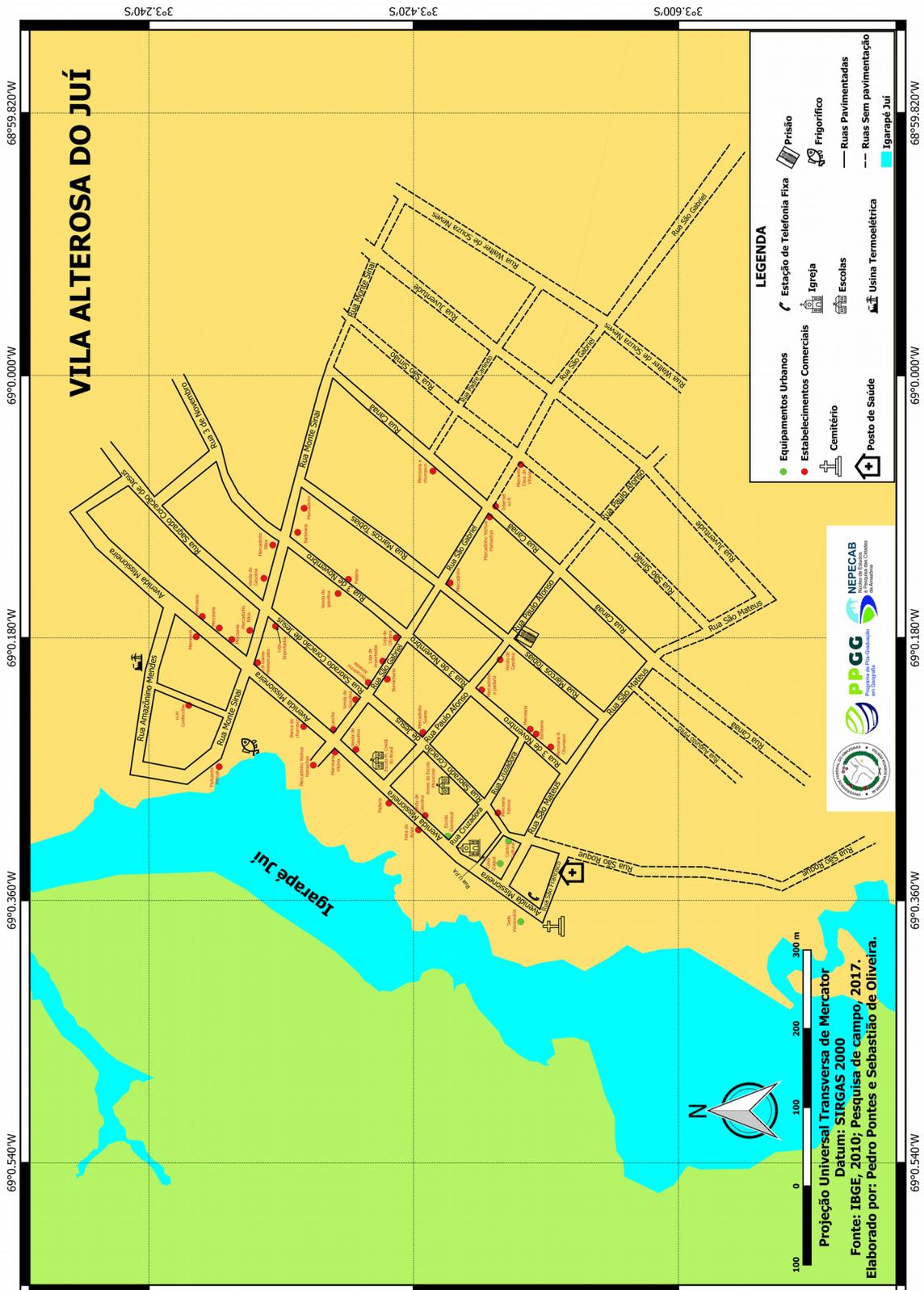


**Figura 10:** Variedade de produtos em comércio da vila

**Fonte:** PAULA, Pedro. Acervo NEPECAB (Pesquisa de campo, Julho de 2016).

**Comentário:** Interior do Mercadinho Soares. Nesse estabelecimento são comercializados os mais variados produtos. Em destaque na imagem a venda de roupas e eletrodomésticos.

Os estabelecimentos comerciais estão bem distribuídos na mancha urbana da vila. Em praticamente toda a rua é possível encontrar pelo menos uma taberna. Esse tipo de infraestrutura comercial é bastante comum nas cidades amazônicas. De acordo com Moraes e Schor (2010), as tabernas são representativas na organização econômica e do consumo da população, pois nelas tradicionalmente são vendidos os produtos da cesta básica. Além desses estabelecimentos, na vila também se encontram outras formas de comércio, conforme descrito por nós no primeiro capítulo.



**Figura 11:** Mapa urbano de Vila Alterosa do Juí  
 Fonte: IBGE, 2010; Pesquisa de campo, 2017.

A forma urbana da vila é composta por ruas que se encontram perpendicularmente, sendo 8 ruas em orientação norte e sul e 6 ruas em orientação leste e oeste. A mancha urbana da vila apresenta aproximadamente no eixo norte/sul 1.075 metros e no leste/oeste 1.170 metros, sendo cortada a leste pelo igarapé do Paulo Curico e limitada ao norte pela Fazenda do senhor Raimundo Lucas.

A maior concentração populacional e de domicílios, se dá nas ruas pavimentadas onde também estão localizadas as principais estruturas urbanas. As ruas da vila são em boa parte pavimentadas com concreto, com exceção das ruas que se encontram na área de expansão da vila. A avenida Missioneira é a principal via da vila, nela estão localizados equipamentos urbanos, como: o templo da igreja, a escola municipal, a sede missionária, a estação de telefonia fixa da OI, a caixa d'água e o cemitério.

No que se refere ao material usado nas moradias da vila, se sobressaem as casas feitas de madeira e cobertas com zinco. Conforme os dados do IDAM (2015), das 427 moradias contabilizadas, 70% são de madeira (300 casas), outros 28% são mistas<sup>14</sup> (120 casas) e apenas 2% são de alvenaria (7 casas). Os terrenos das moradias não são de propriedade particular, pois não se têm títulos individualizados da terra, o acesso aos lotes se dá por meio da sede missionária, que não permite a comercialização de terrenos na vila. Embora aconteça de forma clandestina. Ainda assim é possível observar que os moradores encaram os terrenos como propriedade privada, pois há um grande número de casa com quintais cercados.

---

14 As moradias mistas são residências que em uma parte são de alvenaria e em outra de madeira.



**Figura 12:** Quintais das casas da vila cercados

**Fonte:** PAULA, Pedro – Acervo NEPECAB (Pesquisa de campo, outubro de 2017).

**Comentário:** Trecho da rua Cruzadora com quintais cercados e bem arborizados, onde são realizados os cultivos de hortaliças e a criação de pequenos animais.

Em relação ao abastecimento de água, os dados do IBGE (2010) indicam que 95% dos domicílios da vila são abastecidos pelo serviço de água da rede. No entanto, em nosso segundo campo, entre os dias 04 e 09 de julho de 2017, observamos que o abastecimento de água a partir da rede (caixa d'água grande) não estava em funcionamento por conta de problemas na bomba, sendo a demanda de água suprida por poços artesianos particulares. Ainda de acordo com o IBGE (2010), o esgotamento sanitário das moradias da vila se dá em 70,16% (174 moradias) por meio de fossas rudimentares, outros 19,35% (48 moradias) se dão via outros escoadouros, e em 8,06% (20 moradias) via vala. Já o esgotamento via fossa séptica acontece apenas em 0,40% das moradias. A questão sanitária na vila contribui para os casos de doenças relacionadas a verminoses, principalmente no período da cheia dos rios.

No tocante à forma de destinação dos resíduos sólidos, os dados do IBGE (2010) apontam que em 81,45% (202 moradias) das moradias o lixo é queimado na própria propriedade, outros 10,48% (26 moradias) jogam o lixo em terreno baldio, e em 5,64% (14 moradias) se enterra o lixo na propriedade. Apenas 2,41% (6 moradias) declararam ter o lixo coletado. Por meio das observações em campo, foi constatada a inexistência de serviços de

coleta de lixo, sendo realizado apenas *ajuris*<sup>15</sup>, isto é, trabalhos coletivos de limpeza da comunidade.

A energia elétrica na vila é fornecida pela empresa Amazonas Energia, por meio de uma usina termoeleétrica, com 3 grupos geradores novos que funcionam alternadamente 24 horas. De acordo com a empresa prestadora do serviço, a rede atende atualmente 383 usuários, que consumiram no mês de maio de 2018 o total de 76.414 kw de energia. O fornecimento de eletricidade é bastante regular, não sendo comum os interrompimentos do serviço. Essa segurança energética é de extrema importância para economia da vila, ela permite que na vila exista um frigorífico, por exemplo.

O transporte intraurbano na vila em função das curtas distâncias de deslocamento é feito a pé ou por motocicletas. Não existem na vila serviços de transporte coletivo, nem mesmo de mototáxi. No entanto, é realizado o serviço de transporte de mercadorias por meio de triciclos motorizados, sendo cobrado pelo serviço de R\$15,00 a R\$20,00 dependendo da carga e da distância a ser percorrida.

Em relação a infraestrutura de comunicação na vila, são utilizadas para comunicação interna sistemas de alto-falante do tipo “boca de ferro”, ao todo são 5 sistemas independentes operando na vila, cada um dos comércios maiores dispõem de um sistema para realização de propagandas. O meio de comunicação também é usado para divulgação de avisos da Irmandade, tais como anuncia-os sobre reuniões de interesse público, informações sobre a data de saída das embarcações, sobre a oferta de serviços e demais atividades cotidianas da vila.

A vila dispõem de uma estação de telefonia fixa da empresa OI, que foi instalada pela TELEMAR no ano de 2002. No entanto, a estrutura está completamente abandonada há dois anos. Apesar do abandono, os equipamentos estão em operação. No entanto, a rede de cabos está praticamente toda comprometida. A falta de manutenção tem levado a degradação dos equipamentos. Atualmente o sistema funciona, mas com precariedade e no momento não conta mais com nenhum assinante.

---

15 Tradicionalmente o *ajuri* é uma estratégia de trabalho coletivo empregada pelos indígenas na agricultura. Oliveira Filho (1977, p. 104) afirma que o *ajuri* se dá nas fases mais árduas do trabalho com a roça, “desmatar, coivarar e colher”. O autor completa ainda que para os Tükuna (Ticuna) o *Uajuri* “tratava-se de um trabalho comunitário, e, onde o promotor do serviço fornece comida e bebida aos convidados para ajudá-lo, obrigando-se por sua vez a colaborar com os outros que o haviam ajudado quando isso fosse solicitado”



**Figura 13:** Estação de telefonia fixa da empresa Oi

**Fonte:** PAULA, Pedro – Acervo NEPECAB ( Pesquisa de campo, Julho de 2016).

**Comentário:** Prédio da estação de telefonia fixa abandonado. Os equipamentos funcionam, mas de modo bastante precário, a rede de distribuição está totalmente comprometida. O serviço é praticamente inexistente.

No início do ano de 2016, começou a funcionar na vila uma *lan-house* com 4 computadores conectados à internet. No entanto, a baixa rentabilidade da atividade fez com que o proprietário optasse por oferecer o serviço de internet apenas via sinal de *wifi*. Os interessados em utilizar o serviço de internet compram fichas que são vendidas ao preço de R\$4,00 reais para o acesso de uma hora. Embora o serviço ainda seja uma novidade, sendo utilizado diariamente por apenas 15 pessoas em média, tem contribuído significativamente para integrar a vila ao mundo exterior, auxiliando na comunicação do dia a dia, em pesquisas escolares e na resolução de problemas com instituições públicas. Vale destacar o reencontro familiar possibilitado pela internet, por meio dela uma moradora de nacionalidade peruana que já estava há 10 anos sem contato com os seus conterrâneos, conseguiu restabelecer a comunicação.



**Figura 14:** Ponto de acesso ao sinal de internet wi-fi na vila e usuários do serviço

**Fonte:** SCHOR, Tatiana – Acervo NEPECAB (Pesquisa de campo, outubro de 2017).

**Comentário:** Local de compra das fichas de internet e uso do sinal. O sinal é de curto alcance, em função disso o uso se dá na frente do mercadinho que comercializa as fichas na rua Canaã.

Ainda assim, no que se refere à comunicação, existe por parte da Irmandade e dos moradores da vila o anseio pela melhoria e aumento da oferta de serviços do gênero. Entre uma das principais reivindicações está a instalação de uma torre de telefonia móvel, desejo este que já motivou a realização de abaixo-assinado e está sempre em pauta nas reuniões com políticos.

Outro ponto relevante à caracterização da vila é a educação. De acordo com IBGE (2010), 71,17% (963 pessoas) da população da vila com 5 ou mais anos de idade é alfabetizada, os não alfabetizados representam 28,83% (390 pessoas) da população na mesma faixa etária.

No que se refere a infraestrutura destinada à educação, a vila dispõem de uma escola municipal atuando nas modalidades de ensino de *educação infantil* e *ensino fundamental*, nos turnos matutino e vespertino. No ano de 2017 foram matriculados 886 alunos em ambas modalidades de ensino. A escola conta com 63 professores, dos quais 30% possuem formação em nível superior, outros 30% estão em processo de formação e 40% dos profissionais possuem como formação apenas o ensino médio. No turno noturno funciona nas instalações

da escola o ensino médio por mediação tecnológica de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC AM). São atendidos pelo sistema 150 alunos em 6 turmas de 1º, 2º e 3º ano do ensino médio.



**Figura 15:** Escola Municipal Cristã do Brasil

**Fonte:** PAULA, Pedro – Acervo NEPECAB ( Pesquisa de campo, julho de 2017).

**Comentário:** A escola da vila localiza-se na avenida Missioneira. Foi fundada em 1997 no mandato do prefeito João Portela. Estruturalmente conta com: doze salas de aula, uma diretoria, uma secretaria, uma sala de professores, uma cantina e um depósito.

Outro fator importante para caracterização da vila é a saúde. No que diz respeito à infraestrutura, a vila possui um posto de saúde administrado pelo poder público municipal e uma unidade técnica da Fundação de Vigilância e Saúde (FVS). Nos primeiros campos, a vila também contava com uma “ambulancha” (Ambulância Fluvial) para o deslocamento de pacientes em estado grave para cidade de Santo Antônio do Içá, atualmente o serviço não está em funcionamento.

O quadro profissional do posto é formado por: 1 médico, 2 enfermeiros, 2 técnicos em enfermagem, 7 agentes de saúde e 2 farmacêuticos. No entanto, a presença médica na vila é bastante irregular<sup>16</sup>. Já os enfermeiros trabalham durante 20 dias e folgam 10 durante o mês.

---

<sup>16</sup> Durante os campos realizados entre 2016 e 2017, não foi observado por nós em nenhum momento a presença de médicos na vila.



**Figura 16:** Posto de Saúde de Vila Alterosa

**Fonte:** PAULA, Pedro – Acervo NEPECAB ( Pesquisa de campo, julho de 2016).

**Comentário:** O posto de saúde localiza-se na rua São Francisco. Atualmente este se encontra de modo precário, sendo necessário a realização de reformas para o melhor atendimento da população local e das outras localidades.

A principal doença na vila e na região em geral é a malária, sendo esta endêmica e alvo de políticas públicas da Fundação de Vigilância e Saúde (FVS). Nos últimos anos, foram registrados na vila os maiores indicadores de contaminação de todo o estado do Amazonas. A tabela a seguir mostra as localidades do município de Santo Antônio do Içá com o maior número de contaminação no histórico epidemiológico.

LOCALIDADES	2013	2014	2015	2016	01/01 a 30/06 de 2017
Vila de Alterosa Jui	473	1477	1294	236	36
São Cristovão	79	31	5	0	1
São João da Liberdade	77	29	36	1	0
Lago Grande	73	55	33	0	1
Puretê	6	98	130	13	0
Novo padrão	43	112	151	77	6
Itu	150	34	73	11	0

**Tabela 5:** Histórico epidemiológico do número de casos de malária em localidades do município de Santo Antônio do Içá

**Fonte:** SIVEP, 2017. – Org: PAULA, Pedro.

Os anos de 2016 e 2017 destacam-se pela diminuição dos casos de malária. O que só se deu a partir da intensificação do trabalho da FVS na vila. Em nosso primeiro campo (julho de 2016), chegamos a acompanhar uma dessas ações, na qual foram distribuídos mosquiteiros com repelente. Nesse período, se deu também a implantação do posto de controle de endemias na vila.

Para complementar a caracterização da Vila Alterosa do Juí, vamos abordar os fluxos das redes pelas quais se dão as conexões entre a vila e outras localidades.

### **2.3 Os fluxos monetários**

Na Vila Alterosa do Juí, os fluxos monetários ocorrem por meio de redes intramunicipais e regionais. Nessas redes o fluxo acontece por meio de transporte fluvial, sendo tradicionalmente utilizados os barcos microrregionais e o “canoão<sup>17</sup>”. Recentemente começou a funcionar na linha entre a vila e a sede do município uma lancha expressa.

Essa realidade local, reforça a importância das discussões sobre a dinâmica dos transportes fluviais para se compreender a rede urbana amazônica, pois embora a rede tenha se transformado a partir de 1960 com a maior complexidade dos fluxos devido, entre outras coisas, à abertura de rodovias, ainda hoje é através do transporte fluvial que as vilas e pequenas cidades realizam de modo mais significativo os fluxos de mercadorias e pessoas.

---

<sup>17</sup> Butel e Schor (2017) utilizam o termo catraião para designar os canoões. Segundo eles, esse tipo de embarcação caracteriza-se por ser de pequeno porte e por assumir as funções dos barcos microrregionais. No entanto, sem a estrutura dessas embarcações.



**Figura 17:** Embarcação microrregional no trecho Vila Alterosa – Santo Antônio do Içá – Vila Alterosa

**Fonte:** PAULA, Pedro – Acervo NEPECAB (Pesquisa de campo, julho de 2017).

**Comentário:** Embarcação microrregional Semeador. Propriedade particular do senhor Ezequiel Duarte de Araújo. Possui 19 metros de comprimento e 4,9 metros de largura. A capacidade de transporte de carga é de 40 toneladas, e a de passageiros é de 30 pessoas.

O fluxo das embarcações microrregionais entre a vila e a sede do município é regular. Ao longo do mês, seis embarcações se revezam fazendo o trajeto, saindo todas juntas no final de mês, período em que são realizados pagamentos de salários e benefícios. Em média, o valor cobrado pelas passagens (ida e volta) é de R\$100,00 (aprox. US\$ 27,00<sup>18</sup>) a R\$140,00 reais (US\$ 37,00).

Em relação ao preço cobrado pelas passagens, é importante destacar dois fatores que exercem influência sobre os valores praticados. O primeiro se refere ao sentido do deslocamento no rio, no caso o trajeto da vila à cidade que se dá em direção a foz do rio é mais barato. Já o sentido da cidade à vila, subindo o rio a montante é mais caro. A diferença de preço entre um trecho e outro, fica entre R\$ 10,00 e R\$ 20,00 reais. O segundo fator é a sazonalidade do rio, no período das cheias a viagem torna-se mais curta e mais barata, pois passa a ser possível realizar o uso de paranás (atalho natural nos rios). Na época da seca, a viagem é mais longa e cara, devido a necessidade de se navegar apenas pelo leito do rio.

---

18 Valor estabelecido com base na cotação de R\$ 3,77 reais para cada US\$ 1,00 dólar.

Nessa rede, enquanto “fixos”, estão os portos. Nós que articulam um lugar a outro, pontos de chegadas e partidas de passageiros e mercadorias. “O porto, ou como o chamemos, é o intermediário entre o rio e a floresta, e a cidade é a fronteira de diferentes mundos que nos possibilita várias leituras de espaços-tempos diversos” (OLIVEIRA e SCHOR, 2008, p.17).

Na cidade de Santo Antônio do Içá, o porto das embarcações microrregionais da vila é o terminal de cargas e passageiros. Espaço público e de administração municipal que atualmente se encontra sobrecarregado, pois a partir desse são operadas as viagens para o interior do município, para as cidades vizinhas e para capital do estado. Essas viagens são feitas através de embarcações de grande e médio porte.



**Figura 18:** Barcos de recreio e microrregional atracados no porto de Santo Antônio do Içá

**Fonte:** PAULA, Pedro – Acervo NEPECAB (Pesquisa de campo, julho de 2017).

**Comentário:** Em primeiro plano barco microrregional Capitão América que realiza viagens entre a vila e a sede municipal. Ao fundo barco de recreio Sagrado Coração de Jesus, faz a linha entre as cidades do Alto Solimões e Manaus.

A sobrecarga de fluxos que se encontram no terminal de cargas da cidade produz uma disputa por espaços, onde quem tem a preferência são as embarcações maiores que realizam viagens para Manaus. Nesse sentido, os usuários das embarcações microrregionais ficam em uma segunda ordem na utilização do espaço, tendo assim que aguardar a saída das embarcações maiores para poder atracar ou sair do terminal. O que de certo modo não aparenta ser um empecilho.

Desse porto as embarcações saem sempre lotadas, ultrapassando bastante os limites de passageiros. Não é demonstrada nenhuma insatisfação por parte dos viajantes, que aparentemente já estão acostumados com as condições da viagem.

No trecho de volta (da sede para a vila), as embarcações transportam além dos passageiros, eletrodomésticos (freezer, fogão), material de construção (cimento, seixo etc.), gêneros alimentícios perecíveis (congelados, principalmente o frango) que são transportados em caixas de isopor e gêneros alimentícios não perecíveis (açúcar, sal, arroz, macarrão, enlatados, refrigerante e etc.); são também transportados combustíveis (Diesel, Gasolina e Gás) e até mesmo motocicletas. No trecho de ida (da vila para a sede), são transportadas as produções dos passageiros, principalmente banana e farinha, e em menor quantidade madeira.

Outro elemento pelo qual se dão os fluxos, são os canoões, grandes canoas de madeira que medem entre 6 e 12 metros de comprimento, com capacidade para transportar de 4 a 12 toneladas, são movidos a motor rabeta (geralmente dois) e representam uma forma comum de transporte fluvial particular. É utilizado para o transporte microrregional, sendo muito usado no transporte de produção, em especial de farinha e de peixe. Esse último sendo escoado até a cidade de Leticia na Colômbia.



**Figura 19:** Canoão no “porto” da sede missionária

**Fonte:** SCHOR, Tatiana – Acervo NEPECAB (Pesquisa de campo, outubro de 2017).

**Comentário:** Proprietário de canoão se preparando para viagem. Ao lado canoas de madeira normais. É visível a diferença estrutural entre os dois tipos de transporte.

Conforme pode ser visto na figura 11, os canoões diferem bastante das canoas normais. Esses geralmente são acompanhados de estruturas como cobertura e armadores de rede. Alguns canoões maiores chegam a contar com cozinha e banheiro. Tais estruturas permitem com que essas embarcações assumam as funções dos barcos microrregionais, transportando pessoas e mercadorias da vila às cidades da região.

Embora tenha menor capacidade de transporte e sejam lentos em comparação com os barcos microrregionais. Os canoões apresentam algumas vantagens, entre elas estão: o consumo menor de combustíveis, o que torna as viagens mais baratas; não correm o risco de encalhar na seca, pois o calado da embarcação é bem menor; e não estão sujeitos às exigências legais feitas pela capitania dos portos aos barcos microrregionais. Tais características fazem com que este meio de transporte seja bastante comum na região.

Uma outra opção de transporte é a lancha expressa. Em outras vilas essa opção de modal é bastante comum; servem para ligar de modo veloz as vilas às suas respectivas sedes municipais (FERNANDES, 2017; BUTEL e SCHOR, 2017).

Em Vila Alterosa, até o momento existe apenas uma embarcação do tipo em funcionamento, a lancha Express Rio Içá, que faz o trajeto entre a vila e a sede do município em 3 ou 4 horas. Por ser uma embarcação de porte pequeno, possui apenas a capacidade para transportar 15 passageiros, não sendo possível levar cargas. O preço cobrado pela passagem da vila à cidade de Santo Antônio do Içá é de R\$ 100,00, o mesmo valor é cobrado no destino cidade – vila. No fluxo local, a lancha expressa é uma opção recente, passando a operar na linha entre a vila e a cidade a partir do nosso último campo em outubro de 2017.

Embora recente, é possível fazer algumas considerações sobre essa forma de transporte. A lancha faz apenas uma viagem ao mês, o que acontece sempre pela última ou primeira semana. Como não possibilita o transporte de cargas, seu uso se dá por passageiros que vão à cidade sacar salários e benefícios, ou resolver questões burocráticas e de saúde. Porém essas viagens geralmente se dão em função das necessidades do proprietário da lancha, pois é somente quando este precisa ir à cidade que a lancha funciona. Até o presente momento, ainda são poucos os usuários desse serviço, os mais assíduos são os funcionários públicos e aposentados.



**Figura 20:** Lancha expressa Express Rio Içá

**Fonte:** SCHOR, Tatiana – Acervo NEPECAB (Pesquisa de campo, outubro de 2017).

É a partir desses três tipos de embarcações (barcos microrregionais, canoão e lancha expressa) que se dão os fluxos monetários responsáveis pela articulação dos diferentes nós da rede urbana na região do Alto Solimões com a Vila Alterosa do Juí. Em seguida apresentaremos os dois fluxos monetários mais expressivos para essa articulação, o da comercialização de produtos agrícolas e de extrativismo.

### 2.3.1 A produção agrícola

Na vila, a principal atividade econômica desenvolvida é a agricultura familiar, voltada ao autoconsumo e ao mercado, com a produção de farinha de mandioca, banana e abacaxi. A vocação agrícola da vila está ligada a questão religiosa, pois Irmão José sempre estimulava os seguidores a se dedicarem à agricultura. Para ele, atividades como pesca e caça deveriam ficar em segundo plano, só sendo realizadas em dias chuvosos. A orientação está no estatuto da Irmandade da Santa Cruz escrito por Irmão José, onde determina no artigo terceiro – ponto nº8 que:

Um hermano de la Ordem Cruzada Católica, Apostólica y Evangélica, no debe perder tiempo sin ganar dinero, puede plantar ó cuidar de la

agricultura. Aproveche tu mocedad enquanto seas joven, procurando adquirir ciertas cosas para que te sirva a tí y a tu familia, porque el dia de mañana ciertas es incierto y dudoso (CRUZ, 1975)<sup>19</sup>.

Dado o contexto, verificou-se junto ao IDAM a relevância da produção agrícola da vila para o município de Santo Antônio do Içá. De acordo com esse órgão, a produção da vila é a mais representativa entre as localidades do município. No último levantamento realizado pelo instituto, estimou-se a produção em 1.050 toneladas de farinha de mandioca, 11.110 cachos de banana e 135.000 frutos de abacaxi, no ano de 2015.

A produção agrícola voltada ao mercado é destinada à cidade de Santo Antônio do Içá, sendo escoada geralmente ao final do mês nos barcos microrregionais ou em canoão. Parte da produção também é comercializada com os comerciantes locais que atuam como atravessadores, levando a produção para sede do município.

A negociação entre o produtor e o comerciante da vila geralmente acontece por meio da troca da produção de farinha ou banana com produtos industrializados. É comum ouvir dos comerciantes a queixa em relação ao pouco dinheiro em circulação e da ausência de correspondentes bancários, pois sob o ponto de vista desses, os moradores da vila ao sacarem dinheiro na cidade acabam por também gastar boa parte deste recurso lá mesmo.

Nesse sentido, desde a época de Irmão José o próprio dízimo pode ser pago com produção. Atualmente essa forma de contribuição ainda é bastante comum, muitos fiéis pagam o dízimo com sacas de farinha ou cachos de banana. Esses produtos são comercializados na cidade de Santo Antônio do Içá pela sede missionária<sup>20</sup>, que escoar a produção em embarcação própria todos os meses. Outras localidades também enviam parte da sua produção à vila como forma de contribuição à sede da Irmandade. Pela norma, essa contribuição deve acontecer a cada três meses.

---

19 “Um irmão da Ordem Cruzada Católica, Apostólica e Evangélica não deve perder tempo sem ganhar dinheiro, pode se dedicar a agricultura plantando. Aproveite a sua mocidade enquanto é jovem, procurando adquirir coisas para que sirva a você e sua família, porque o dia de amanhã é incerto e duvidoso” (CRUZ, 1975).

20 Como localmente é denominada a administração da Irmandade e da vila. O termo também é empregado para designar o local onde no passado foi a casa de Irmão José e hoje funciona a administração.



**Figura 21:** Sacas de farinha estocadas em comércio da vila

**Fonte:** PAULA, Pedro – Acervo NEPECAB (Pesquisa de campo, julho de 2016).

**Comentário:** Sacas de farinha estocas no comércio Oliveira. Ao lado da farinha sacos de cimento.

A dinâmica da produção agrícola da vila caracteriza o que podemos considerar como uma rede intramunicipal, onde a Vila Alterosa do Juí exerce centralidade no suprimento de parte da demanda por produtos frescos da sede municipal. Dentro dessa dinâmica intramunicipal, também ocorre em menor quantidade a comercialização de porcos, os quais são criados na vila e levados ainda vivo para o abate na cidade.

Nessa rede, a cidade de Santo Antônio do Içá concentra em seu território os fixos, os quais são estabelecimentos comerciais que compram a produção agrícola e fornecem produtos industrializados em atacado. Assim, encontramos na vila a mesma variedades de produtos da cidade, da cebola roxa produzida no Peru ao frango congelado das granjas do Sul do Brasil.

### 2.3.2 A produção extrativista

No que diz respeito a atividade extrativista, destaca-se a comercialização de bagres<sup>21</sup>, e em menor importância econômica as de peixes populares de escama e a extração de madeira. Em relação à rede de comercialização de pescados, as diferentes espécies de peixes articulam de modo diferenciado aos vira à outros pontos na rede. De acordo com Moraes (2012), a diferença no mercado da pesca na região está ligada a fatores culturais.

A tipologia comercial e a abrangência de mercado estão ligadas por meio das relações sociais e culturais que delineiam o mercado. O fato de não haver consumo significativo de bagres no Amazonas por um tabu alimentar estabelecido pela crença que estes fazem mal à saúde, ou seja, um fator cultural, combinado à uma demanda externa (nacional e internacional) impulsiona o mercado desses para exportação. Ao contrário, o alto consumo dos peixes populares de escama nas cidades da calha do Rio Solimões, faz com que a lógica de mercado deste seja local, ou seja, o maior consumo se dá no âmbito da cidade, quando o peixe também é estabelecido como valor de troca (MORAES, 2012, p. 46-47).

Em seus estudos sobre a rede de comercialização de pescado no Médio e Alto Solimões, Moraes apresenta a abrangência dos mercados das espécies de peixe, diferenciando-as a partir das tipologias comerciais.

<b>Tipologia Comercial</b>	<b>Espécies (estudadas)</b>	<b>Mercado</b>
Peixes Populares de escama	<b>Jaraqui</b> ( <i>Semaprochilodus insignis</i> ); <b>Pacu</b> ( <i>Mylossoma</i> spp.); <b>Curimatã</b> ( <i>Prochilodus nigricans</i> ).	Local
Peixes Nobres de Escama	<b>Pirarucu</b> ( <i>Arapaima gigas</i> ); <b>Tambaqui</b> ( <i>Colossoma macropomum</i> ); <b>Matrinxã</b> ( <i>Brycon cephalus</i> ).	Regional
Bagres	<b>Dourada</b> ( <i>Brachyplatystoma flavicans</i> ); <b>Piramutaba</b> ( <i>Brachyplatystoma vaillantii</i> ); <b>Piraíba</b> ( <i>Brachyplatystoma filamentosum</i> )	Nacional / Internacional

**Tabela 6:** Tipologia comercial e a abrangência de mercado das espécies estudadas

**Fonte:** MORAES, 2012.

21 Peixes da ordem Siluriformes. Regionalmente são conhecidos como peixe liso, fera ou peixe de coro.

Conforme pode-se observar, o comércio de bagres é o de maior abrangência. Na vila, a produção de bagres é maior e mais rentável, sendo toda produção destinada à exportação para a cidade de Leticia na Colômbia.

De acordo com Moraes (2012), a rede de comercialização de bagres na calha do Rio Solimões comporta relações de funções urbanas, fazendo com que o comércio da pesca se transforme em um comércio urbano. Nessa rede, as cidades possuem funções diferenciadas que são determinadas por meio da estrutura urbana que possuem. No Alto Solimões, praticamente todas as cidades integram essa rede, cada uma ao seu modo.

Nesse sentido, chegamos a nos questionar o fato de mesmo havendo inúmeros nós que se materializam nas cidades, o porquê da produção de bagres da vila conseguir ser vendida diretamente em Leticia e com a mediação de poucos agentes sociais.

Acreditamos que a resposta esteja associada as seguintes condições: primeiramente a condição estrutural da vila, pois a existência de uma usina de energia garante a segurança energética necessária para existência de um frigorífico; a segunda condição está relacionada ao tipo de transporte, já que o uso do canoão permite o escoamento de várias toneladas de pescado a preços relativamente baixos; a terceira condição se encontra mais associada ao aspecto financeiro, pois a venda do pescado em Leticia possibilita a realização do câmbio entre as moedas.

Ao ser vendido na cidade colombiana, o pescado é pago em moeda local (*pesos*), permitindo assim uma maior rentabilidade com a atividade, já que na tríplice fronteira (Brasil – Colômbia – Peru) o câmbio do *peso* com o *real* rende aproximadamente 33% a mais. Essa é uma estratégia comum entre os comerciantes de bagres da vila.

*O peixe liso eu levo para Leticia. Lá que a gente consegue ganhar esse dinheiro melhor, porque a gente vende lá no peso e já pega o real. Ai é como a gente ganha mais. No caso de a gente levar [peixe] para pegar 15 milhões de peso, dá na base de 20 mil reais, trocando o dinheiro (J.F.S.A, pesquisa de campo, 2017).*

Após a realização do câmbio, parte do recurso da venda do pescado é investida em mercadorias compradas em Tabatinga, principalmente gêneros alimentícios para serem

comercializados na vila. Em menor quantidade, também são trazidos alguns produtos importados e gasolina.

Dada a importância econômica do comércio de bagre na vila, 6 pessoas se dedicam à compra e exportação desse tipo de pescado. Os valores pagos na compra do pescado são os mesmos praticados na cidade de Santo Antônio do Içá, a igualdade no preço serve para desestimular a venda do peixe na sede do município e permitir com que a produção da vila siga direto para Letícia.

A produção do pescado é transportada pela via fluvial em canoão, em média as viagens da vila para Letícia duram em torno de 3 dias e são realizadas normalmente 2 vezes ao mês, totalizando em um ano vinte e quatro viagens.

Os mesmo atores envolvidos no mercado de bagres também exploram o de peixes populares de escama, sendo esses comercializados na cidade de Santo Antônio do Içá e em Tabatinga. Na segunda, somente quando o valor pago é o dobro em relação ao preço de Santo Antônio do Içá.

No tocante aos fixos da rede de comercialização do pescado, a vila dispõem de apenas um frigorífico particular, com capacidade para armazenamento de 20 toneladas de pescado, a estrutura foi construída em madeira e está localizada estrategicamente às margens do igarapé Juí. Os demais compradores de peixe da vila realizam o armazenamento em freezers, em função disso possuem não somente menor capacidade de armazenamento, como também de exportação.



**Figura 22:** Frigorífico Almeida

**Fonte:** SCHOR, Tatiana – Acervo NEPECAB (Pesquisa de campo, outubro de 2017).

**Comentário:** Frigorífico Almeida comprador de peixe liso. Construído estrategicamente na margem do Igarapé Juí. Em frente ao frigorífico, canoão em construção para escoar produção de pescado.

A dinâmica das redes de comercialização da produção agrícola e de pescado se materializam na vila em pontos fixos que são os mercadinhos e as bancas de gasolina, as mercadorias vendidas nesses estabelecimentos representam a parte adjacente dos fluxos, pois ao retornarem para a vila trazem os produtos das cidades. Além das redes de fluxo comercial apresentadas, a vila também se insere em uma dinâmica microrregional do Rio Içá, onde fluxos são realizados na busca de serviços públicos que dão a de Vila Alterosa do Juí centralidade.

#### **2.4 A relação comunidades / Vila no Médio Rio Içá**

O posicionamento geográfico da vila é central em relação a cidade de Santo Antônio do Içá e os limites do território brasileiro com a Colômbia. Devido à distância, para algumas comunidades vizinhas, a vila é o centro urbano mais próximo. Partindo dessa perspectiva, nossa proposta é estabelecer no curso brasileiro do Rio Içá uma divisão regional, tendo por

base a referência em atendimento de serviços públicos por parte de localidades centrais (vilas).

Desta forma, propomos a divisão do Rio Içá em três microrregiões, são elas: o Alto Rio Içá, onde a localidade central estaria na Vila de Ipiranga; o Médio Rio Içá, onde a centralidade de alguns serviços públicos estão em Vila Alterosa do Juí; e o Baixo Rio Içá, onde a centralidade se estabeleceria na Vila de Betânia. Nessas localidades se encontram também as maiores concentrações populacionais do Rio Içá. De acordo com dados do último censo realizado pelo IBGE (2010), foram registrados em Vila de Betânia 2.715 habitantes, em Vila Alterosa do Juí 1.683 e em Ipiranga 489 habitantes.

A vila de Betânia está situada no lago de mesmo nome, formado pelo Rio Içá em seu baixo curso e na margem esquerda. A vila distingue-se por ser uma área indígena da etnia Ticuna com terras demarcadas desde 1995; sua formação se deu a partir da década de 1960, quando em razão dos conflitos com os brancos, os indígenas foram convencidos a se deslocar para essa nova aldeia. Atualmente a vila se caracteriza por apresentar uma razoável infraestrutura para atendimento de alguns serviços públicos. Entre os serviços que dão centralidade à vila, estão a saúde (UBS e polo de saúde) e a produção de energia e distribuição desta para comunidades atendidas pelo programa federal Luz para Todos. A usina termoelétrica da vila gera em torno de 140.000 kw, que são distribuídos para 673 usuários na vila e em outras 16 comunidades<sup>22</sup> do Rio Içá.

A vila de Ipiranga está localizada na margem direita do Rio Içá em seu extremo oeste, próximo à fronteira com a Colômbia, a partir de onde o rio passa a ser denominado de Putumayo. Na vila funciona o 2º Pelotão Especial de Fronteira, responsável por coibir a passagem de produtos ilícitos e crimes contra a flora e a fauna nesta faixa de fronteira. A presença do exército e da polícia federal na vila permitiram com que lá fossem estabelecidos alguns equipamentos urbanos, como hospital e aeroporto. No DATASUS consta a Vila de Alterosa do Juí como estando subordinada aos serviços de saúde oferecidos em Ipiranga.

A articulação da Vila Alterosa do Juí com as comunidades do Médio Rio Içá se deu inicialmente a partir da centralidade religiosa estabelecida por Irmão José ainda no período da sua peregrinação. A cada cruz plantada e diretoria estabelecida, o movimento religioso se

---

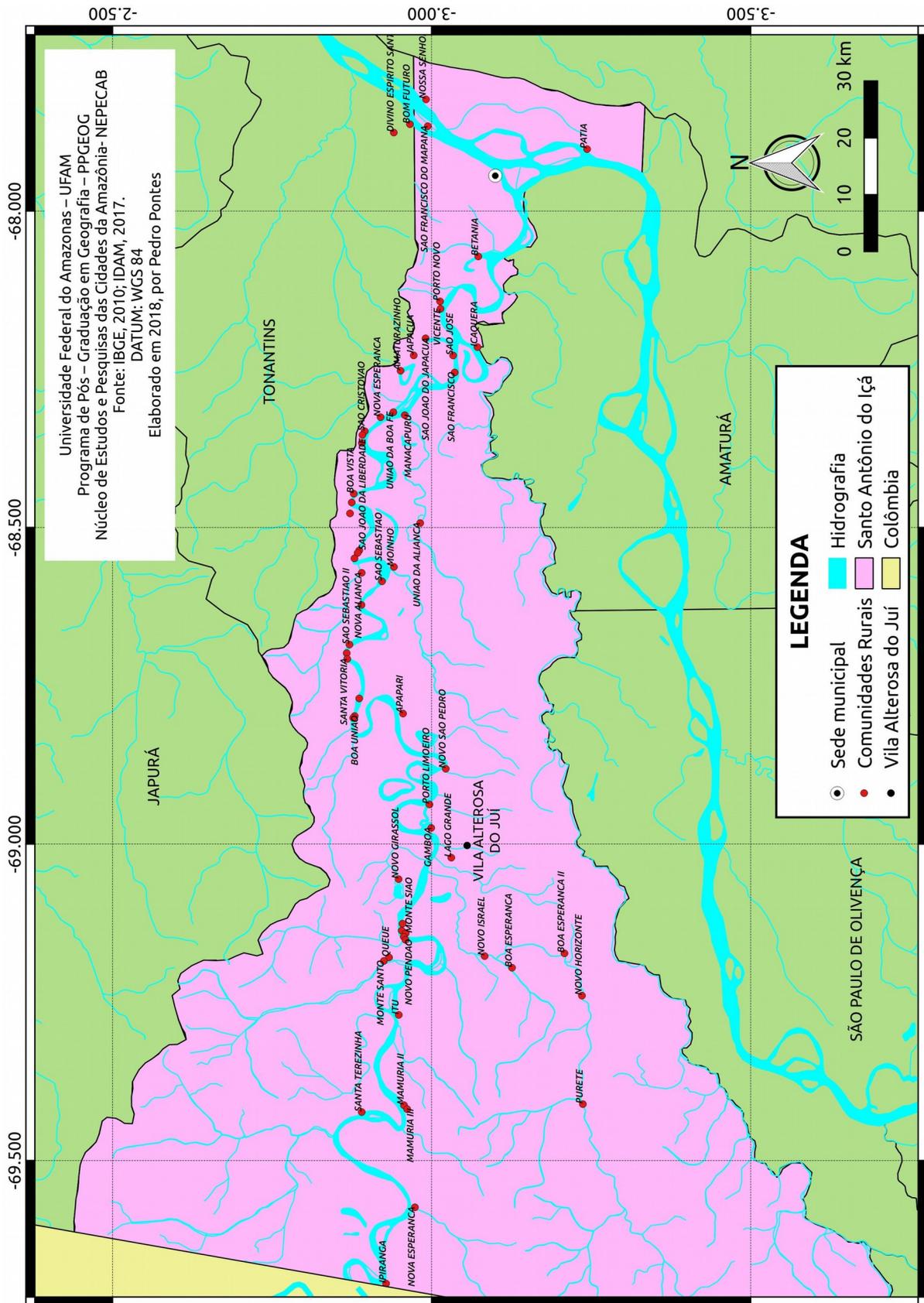
22 São atendidas pela rede do programa luz para todos as seguintes comunidades: São Vicente, Amaturazinho, São João, Monte das Oliveiras, São Cristóvão, Cachoeirinha, Monte Tabor, Vista Alegre, Boa Vista, Novo Dia, São João da Liberdade, Novo Paraíso, São Sebastião, Carnacá, São Lazaro 1 e São Lazaro 2.

expandia pela região. Assim uma rede religiosa passa a ser configurada com cidades e comunidades no Alto Solimões, no Peru e na Colômbia. De acordo com o atual pastor, a Irmandade da Santa Cruz está presente em 68 localidades no Peru, 43 no Brasil e 13 na Colômbia.

Nessa rede, a “Cidade Santa” é um nó central que passa a ser reforçado a partir do estabelecimento de outras redes de serviços públicos, entre os quais estão a educação, a saúde e o eleitoral. Esses serviços tornam mais robusta a centralidade da vila, que sobre o aspecto geográfica é uma referência mais próxima que a sede do município para algumas comunidades.

Em função disso, devemos considerar uma espacialidade diferenciada da Vila Alterosa em relação a de outras localidades da região. Do mesmo modo, não podemos desconsiderar o papel da religião e da identidade de “cidade santa” no estabelecimento de equipamentos urbanos na vila. Assim uma centralidade que em gênese era somente sustentada em aspectos simbólicos da religião, passou também a se dá de modo material, a partir da articulação das redes de serviços.

Deve-se destacar que essa é apenas uma proposta inicial que carecerá de aprofundamento para que seja melhor definida, nosso objetivo aqui será apenas demonstrar como através de alguns serviços públicos a Vila de Alterosa exerce uma centralidade no que consideramos ser o Médio Rio Içá.



**Figura 23:** Mapa sede municipal e comunidades rurais de Santo Antônio do Itá – Amazonas  
**Fonte:** IBGE, 2010; IDAM, 2017 – Org. PAULA, Pedro.

#### 2.4.1 Os serviços de educação, saúde e eleitoral

Em Vila Alterosa, a oferta do serviço de educação antecede a própria existência de escolas. Os moradores mais antigos contam que, em meados da década de 1980, as aulas eram ministradas ao ar livre, na sombra das árvores próximas a igreja. Somente em 1987, por iniciativa do pastor da época, foi construída uma escola de madeira com 4 salas de aula.

Na escola eram ofertadas as séries iniciais, de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Nessa época, a escola passou a contar com o apoio da prefeitura municipal que pagava os professores. Durante o período de 10 anos, a 4ª série era o nível máximo que se podia atingir na vila; quem quisesse avançar nos estudos tinha que mudar-se para cidade de Santo Antônio do Içá.

Em 1997 foi inaugurada a Escola Municipal Cristã do Brasil, sendo ofertado a partir daí o ensino fundamental de 1º a 9º ano. O ensino médio começou a ser oferecido somente em 2006, com a implantação na escola do ensino por mediação tecnológica da SEDUC.

Diferentemente do que acontecia em épocas passadas, atualmente é possível cursar todo o ensino básico na vila. Até mesmo o ensino superior é possível ser feito via educação a distância com o auxílio da internet, pois é desta forma que os professores em formação cursam o ensino superior na própria vila.

A Escola Municipal Cristã do Brasil no ano de 2017, contou com 1.036 alunos distribuídos em diferentes níveis de ensino. O quantitativo supera a capacidade de atendimento do prédio da escola. Em função disso, é mantido um anexo onde trabalha-se com educação infantil.



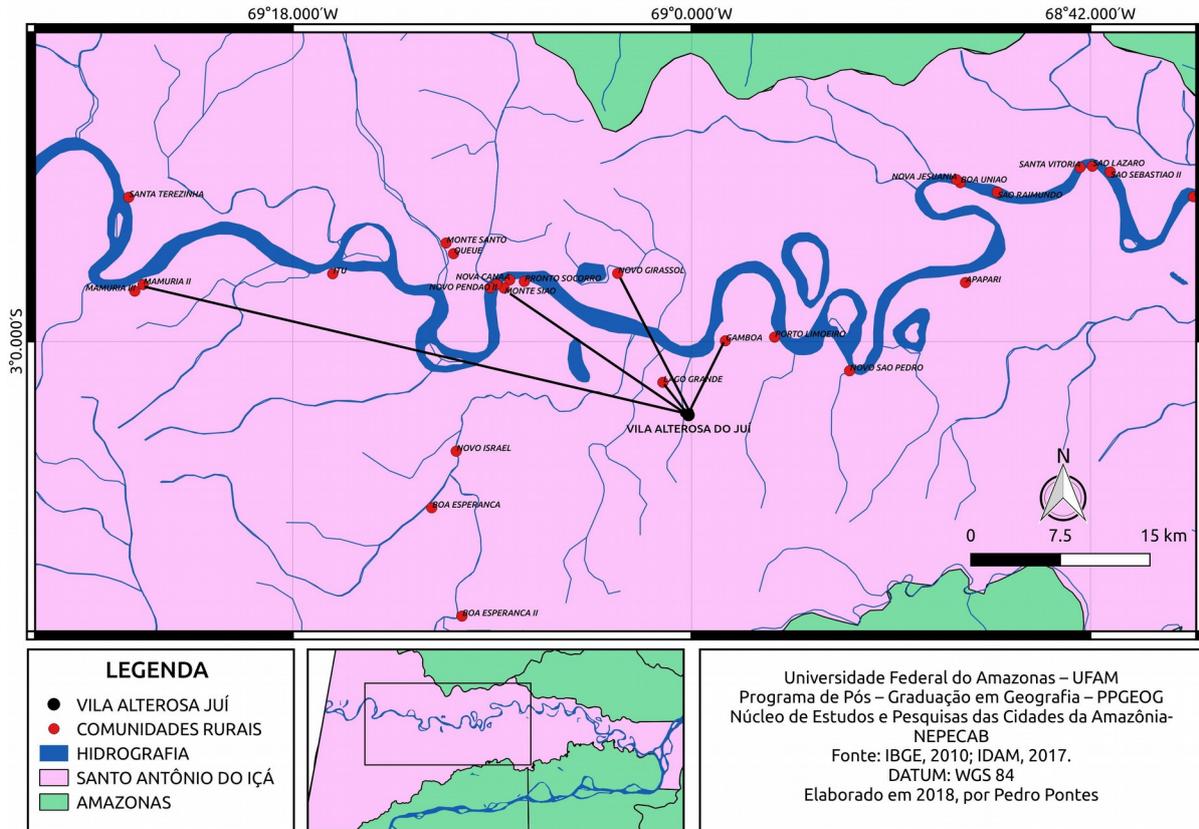
**Figura 24:** Anexo Luz do Saber

**Fonte:** PAULA, Pedro – Acervo NEPECAB (Pesquisa de campo, julho de 2017)

**Comentário:** Anexo da Escola Municipal localiza-se na rua sagrado coração de Jesus.

A oferta de educação em nível fundamental e médio confere centralidade à vila, pois são também atendidos pela escola alunos de comunidades rurais, onde a oferta de ensino se dá em modelo multisseriado e se restringe ao 5º ano do ensino fundamental. Como não existe transporte escolar, os alunos de outras comunidades passam o ano letivo morando na vila em casa de parentes, retornando para suas localidades de origem somente no período das férias.

De acordo com dados da secretária da escola, no ano de 2016 foram matriculados alunos oriundos das seguintes comunidades: Novo Girassol, Mamuriá I, Mamuriá II, Nova Canaã, Lago Grande e Gamboa.



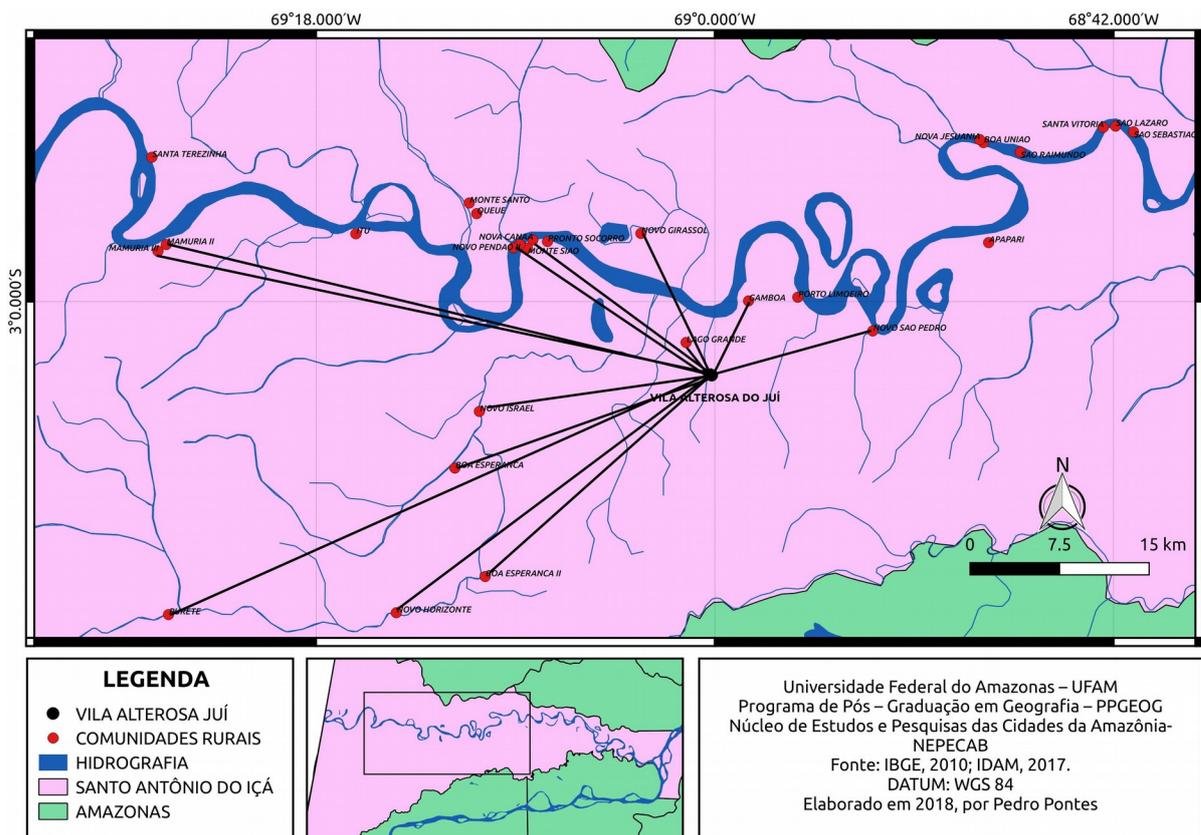
**Figura 25:** Mapa das comunidades atendidas por Vila Alterosa na educação  
**Fonte:** IBGE, 2010; IDAM, 2017; Pesquisa de campo, 2017 – Org. Paula, Pedro

Conforme podemos observar no mapa da figura 25, o quadro educacional da Vila Alterosa estende a influência desta para o que é considerado por nós como o Médio Rio Içá. Ao servir como opção a estas comunidades, a vila centraliza nesse trecho do rio o fluxo de alunos que buscam seguir nos estudos. Devemos considerar que a distância entre as localidades e a ausência de transporte escolar impedem a existência de fluxos diários. Ainda assim é importante perceber como no estado do Amazonas as localidades vilas desempenham funções urbanas de cidade.

De igual modo, os equipamentos urbanos de saúde existentes na vila também lhe conferem centralidade na região do Médio Rio Içá. Em função da distância em relação à sede do município, o posto de saúde e o de endemias da vila servem como referência para o acesso aos serviços de saúde à comunidades da região. Apesar da precariedade da estrutura física do posto e da não disponibilidade de recursos humanos (médicos).

Em certos períodos, o funcionamento da “ambulancha” da vila também contribui para essa centralidade, pois em situações de emergências se tem a possibilidade de realizar a transferência de um paciente de modo mais rápido para a cidade, onde a estrutura física e disponibilidade de profissionais é melhor.

De acordo com informações da secretária do posto, os casos mais corriqueiros que levam os moradores da vila e de outras comunidades a buscarem auxílio no posto de saúde são: viroses, gripes, diarreias, malária, acidentes de trabalho (cortes) e partos. No ano de 2016, foi registrado pelo posto de saúde o atendimento de moradores das seguintes localidades: Novo Israel, Boa Esperança, Novo Horizonte, Puretê, Lago Grande, Pendão, Nova Canaã, São Pedro, Mamuriá I e Mamuriá II.



**Figura 26:** Mapa das comunidades atendidas por Vila Alterosa na saúde  
**Fonte:** IBGE, 2010; IDAM, 2017; Pesquisa de campo, 2017 – Org. Paula, Pedro

Como demonstra o mapa da figura 26, a busca pelo serviço de saúde articula uma rede em que as comunidades do Médio Rio Içá estão ligadas a um nó principal, a Vila Alterosa do Juí. No caso desta rede, os fluxos e ligações se ampliam. Se antes, a busca pelo serviço de

educação concentrava os fluxos com comunidades localizadas no Rio Içá, agora se percebe um ampliação das ligações também para o curso do Igarapé Puretê.

É interessante observar que os fluxos acontecem apesar da precariedade da estrutura física do equipamento urbano destinado ao serviço e da ausência de médicos. A dimensão dessa rede reforça a necessidade de melhorias e investimento por parte do poder público, pois os benefícios se estenderiam a toda região do Médio Rio Içá que sofre com a condição de invisibilidade.

Outra centralidade estabelecida na vila é a de local de votação da Justiça Eleitoral – 47ª Zona/AM. No município de Santo Antônio do Içá, apenas 4 localidades centralizam os pontos de votação fora da sede municipal. São elas: Vila de Betânia, Vila de Ipiranga, São João da Liberdade e Vila Alterosa do Juí. A distribuição dos locais de votação nas comunidades mencionadas, reforça nossa proposta de regionalização do Rio Içá, pois com exceção da comunidade de São João da Liberdade onde o eleitorado é local, o número de eleitores é definido pelo público votante local e das comunidades próximas.

<b>Local de votação</b>	<b>Número de Seções</b>	<b>Número de Eleitores</b>
Vila de Betânia	6	2026
Vila de Ipiranga	1	164
Vila Alterosa do Juí	4	1416
São João da Liberdade	1	186

**Tabela 7:** Distribuição do eleitorado por local de votação

**Fonte:** ELO – Cadastro Eleitoral, 2018. Org. - PAULA, Pedro.

A centralidade produzida pelos locais de votação gera fluxos que são pontuais ao período de eleição. Entretanto, deve-se considerar tal centralidade, já que ao se configurar como nó principal de outras redes (religiosa, saúde e educação, por exemplo), a vila acaba tornando-se referência para estabelecimento de novos serviços (como o eleitoral) .

## CONCLUSÃO

Neste capítulo pode-se vislumbrar as características próprias da Vila Alterosa do Juí, com isso conseguimos perceber particularidades e singularidades em relação a outras vilas. Tal entendimento só foi possível graças ao esforço realizado no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades da Amazônia (NEPECAB) para se compreender os processos contemporâneo de urbanização a partir das vilas (SILVA, 2009; PINHEIRO, 2016; FRANCO, 2016; FERNANDES, 2017; CIDADE, 2017; BEZERRA, 2018).

Na Vila Alterosa percebemos a inter-relação entre o rural e o urbano, sendo a paisagem da vila caracterizada pela existência de elementos do campo e da cidade. O modo de vida local reflete essa complexa relação, hábitos tidos como característicos de um contexto rural se dão paralelamente aos de contexto urbano.

Ao se buscar caracterizar o perfil urbano da vila, conseguimos identificar o papel destas redes em que está conectada. Por meio da caracterização foi possível identificar redes inerentes ao aspecto produtivos, e da oferta dos serviços. Esse emaranhado de redes não deve ser considerado de modo isolado, pois se relacionam de formas diversas. Os resultados mostram que a vila possui importância na dinâmica da rede urbana local e regional. Essas redes interligam a vila às comunidades rurais e cidades da região do Alto Solimões.

Sem dúvida, o aspecto religioso é fundamental para configuração da centralidade da vila, pois mesmo estando localizada no curso do Igarapé Juí consegue reunir um certo número de estruturas urbanas e assumir o papel de nó principal configurando o que chamamos de região do Médio Rio Içá.

Os serviços de educação e saúde interligam a vila a comunidades rurais que pela distância em relação a sede do município encontram nessa o acesso mais próximo ao tratamento de algumas doenças e a determinados níveis de ensino. Se por um lado os equipamentos urbanos (Escola e Posto de Saúde) dão a vila centralidade local entre as comunidades próximas do Médio Rio Içá, por outro interligam a vila à redes que são físicas e virtuais.

A produção agrícola da vila revelou-se importante fonte de abastecimento da sede do município, estando assim inserida em uma dinâmica de mercado que é predominantemente local. Já a pesqueira está envolvida em contextos mais complexos, pois está inserida em uma dinâmica de mercado que é internacional. Nesse caso, é importante notar como a sede do município ocupa papel secundário, já que a exportação de bagres segue direto da vila para cidade de Letícia.

Na relação econômica entre o urbano e o rural, a vila é um nó fundamental, pois é em muitos casos onde inicia-se a cadeia de comercialização dos bens do mundo rural que serão consumidos na cidade. Por meio desses fluxos, de modo adjacente chegam na vila os produtos do mundo urbano, permitindo assim por meio do cotidiano a consolidação de uma *sociedade urbana* (Lefebvre, 1999) que se materializa cada vez mais graças a uma urbanização *extensiva* (Monte-Mór, 2006).

### 3 O CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO ATUAL DA VILA

#### 3.1 A economia doméstica em Vila Alterosa do Juí

Com o presente capítulo, pretendemos dar continuidade as discussões iniciadas na primeira parte desta dissertação sobre o processo de monetização da economia local. Para melhor entendermos esse novo contexto social e econômico da vila, examinamos a sua economia levando em consideração os valores dos rendimentos e das despesas dos grupos domésticos<sup>23</sup>. Tal abordagem toma o domicílio (a casa) como o lócus da produção e do consumo.

Nesta etapa foi empregado o método quantitativo, com a codificação e tabulação de rendimentos e despesas. Os dados utilizados foram coletados por meio de levantamento socioeconômico em amostragem aleatória, realizado em outubro de 2017. A amostra se consistiu na aplicação de 59 formulários em grupos domésticos distribuídos por toda a mancha urbana da vila. A amostragem cobriu 23% dos domicílios<sup>24</sup>, registrando o patrimônio doméstico, as despesas (manutenção do domicílio e aquisição de equipamentos ou bens domésticos) e as fontes de renda (salários, venda de produção, serviços, comércio e benefícios). As respostas foram recordatórias e tiveram como referência o ano de 2016.

Os procedimentos metodológicos empregados neste estudo, foram baseados nas pesquisas sobre economia doméstica desenvolvidos na região do Médio Solimões pelo Instituto Mamirauá (LIMA e PERALTA, 2016). Desde de 1991, o Instituto realiza estudos socioeconômicos em comunidades dentro da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS. Tal esforço tem permitido avaliar a participação dos grupos domésticos na economia de mercado e a pressão da produção comercial sobre os recursos naturais (LIMA, 2006). Para efeito de comparação, buscaremos estabelecer um diálogo entre os resultados obtidos em Vila Alterosa do Juí com os das comunidades da reserva.

---

23 O grupo doméstico é composto pelos moradores do domicílio, os quais estão ligados por laços familiares. Um grupo doméstico pode também ser formado por moradores de outros domicílios vizinhos, geralmente filhos que estabelecem a primeira residência junto aos pais, após uma união conjugal.

24 Resultado estabelecido com base no número de 248 domicílios particulares permanentes contabilizados pelo IBGE no censo demográfico de 2010.

### 3.1.1 O patrimônio e as despesas domésticas

No passado, o patrão seringalista controlava a produção do seringueiro e o seu consumo. Os regulamentos dos seringais sustentavam um controle exacerbado que condicionava o trabalhador a situação de escravos das dívidas. O que se dava mesmo este tendo adquirido poucos itens. Conforme é destacado por Cunha (2006).

Aditem-se cerca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tigelinhas, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e duzentas balas, dois pratos, duas colheres, duas xícaras, duas panelas, uma cafeteira, dois carretéis de linha e um agulheiro. Nada mais (CUNHA, 2006. p.29).

Na região do Alto Solimões essa condição de exploração entra em colapso, a partir do surgimento de novas forças políticas na década de 1960, como: o Serviço de Proteção do Índio (SPI), o Comando de Fronteira do Alto Solimões (CF-Sol) e uma Igreja Católica mais crítica em relação às injustiças sociais. Essa nova ordem política impôs sucessivas derrotas aos patrões.

Para recuperar parte dos seus poderes, na década seguinte, os patrões locais se apropriaram do movimento religioso de Irmão José, retomando desse modo, o monopólio comercial sobre os produtos da região. A estratégia de cooptação do movimento envolveu o patrocínio da peregrinação de Irmão José, e também a conversão dos patrões a Irmandade, passando estes a integrar as mais altas posições dentro da hierarquia administrava do movimento religioso.

Ainda assim, tal condição entraria em declínio nos anos seguintes, com o enfraquecimento dos patrões, pois a produção passou cada vez mais a ser vendida com liberdade, sendo escoada para as sedes municipais ou comercializada com os regatões. É somente com o enfraquecimento do sistema do aviamento e a conseqüente monetização da economia local que as casas passaram a contar com um número maior de bens materiais. Conforme identificado no levantamento socioeconômico, atualmente o patrimônio domésticos das casas, vai muito além daqueles descritos Cunha.

Em 2016, identificamos que naquele ano 45% dos grupos domésticos da vila conseguiram comprar bens duráveis. Os itens mais adquiridos foram os da denominada “linha branca<sup>25</sup>”, máquina de lavar (15%), freezer/geladeira (11%) e fogão (10%). A aquisição desses bens se deu em sua grande maioria através de compras realizadas a prazo na sede do município. Em relação a este tipo de consumo, dois aspectos devem ser destacados. Primeiro, a importância da mulher na determinação dos itens a serem adquiridos pelo grupo doméstico; e segundo, o acesso maciço dos moradores da vila a crédito em estabelecimentos comerciais da cidade. O que possivelmente está relacionado ao aumento da renda fixa entre as famílias.

Entre os itens do patrimônio doméstico, os mais identificados nos domicílios da amostra foram: fogão e cama, os quais são encontrados em 98% das casas, freezer/geladeira em 89%, televisão em 64%, e máquina de lavar em 61%. Aparelho de celular e motor rabeta fazem parte do patrimônio respectivamente de 56% e 54% das casas. Neste caso, é interessante notar que mesmo não havendo rede de celular na vila, sua presença entre os itens do patrimônio doméstico é considerável, chegando a superar a de motores rabetas. A expressiva quantidade de aparelhos celulares identificados na vila pode ser justificada pela popularização dos *smartphones* (aparelhos com funções diversas) e pela chegada do serviço de internet *wi-fi* na vila.

Para estabelecer um diálogo com os resultados do levantamento do patrimônio domésticos das RDS de Amanã e Mamirauá, relacionamos os dados das amostras (Tabela 8).

---

25 Os produtos linha branca são eletrodomésticos grandes, como: freezers, geladeiras, fogões, ar-condicionado, micro-ondas e máquina de lavar.

<b>Patrimônio doméstico</b>		
<b>Itens</b>	Vila Alterosa do Jui	Localidades das Reservas Amanã e Mamirauá
Motor Rabeta	54%	89%
Motor de Luz	3%	25%
Televisão	64%	71%
Freezer/geladeira	89%	25%
Máquina de lavar	61%	8%
Fogão	98%	89%
Cama	98%	50%
Celular	56%	18%
Moto Serra	39%	16%
Poupança	6%	7%

**Tabela 8:** Patrimônio doméstico em Vila Alterosa e em localidades das reservas Amanã e Mamirauá

Fonte: Lima e Peralta, 2016; Pesquisa de campo, 2017.

A comparação do patrimônio doméstico da vila com o de outras localidades no Médio Solimões, possibilita-nos observar as diferenças e semelhanças nos padrões de consumo de bens duráveis. Tanto na vila como nas localidades, o fogão aparece como o eletrodoméstico mais comum nos domicílios. O que demonstra a consolidação da tendência a substituição do fogão a lenha pelo fogão a gás no preparo das refeições diárias.

Já entre os outros itens da “linha branca”, observa-se uma considerável diferença. A porcentagem de domicílios com freezer/geladeira e máquina de lavar nas RDS é bastante inferior em comparação com os da vila. Essa diferença pode ser justificada pela inexistência de um fornecimento regular de energia elétrica na RDS. Na época do levantamento (2010), muitas dessas localidades contavam apenas com um motor de luz que fornecia energia em poucas horas do dia. Em Alterosa, como já destacado no capítulo anterior, a realidade é outra. A vila conta com uma usina termoelétrica própria, que fornece energia 24 horas por dia, desde o ano de 2007. Essa diferença de infraestrutura pode também ser observada na porcentagem de domicílios com motor de luz, nas RDS a presença desse item é maior.

Entre os itens destinados a comunicação, a presença da televisão nas localidades das RDS é maior. Já os aparelhos celulares são mais comuns nos domicílios da vila. Em relação a televisão, deve-se destacar que na vila existe por parte da Irmandade a proibição do seu uso, o

que é respeitado pelos mais fiéis. Possivelmente se não houvesse proibição, sua presença nos domicílios seria ainda maior.

Com o patrimônio destinado ao trabalho, percebe-se uma presença significativa nos grupos domésticos da vila de motosserras, as quais se fazem presente em mais que o dobro de domicílios da RDS. Essa diferença pode está relacionada entre vários outros fatores, com a fiscalização da exploração dos recursos madeireiros em Mamirauá. Como na vila praticamente não existe fiscalização, a exploração desse recurso se dá de modo mais livre em comparação as localidades das reservas.

Embora seja significativa a presença de motosserras nos domicílios da vila, no levantamento não encontramos nenhum grupo doméstico que tivesse a extração da madeira como a sua principal fonte de renda.

No levantamento também avaliamos outras formas de consumo dos moradores da vila. Esses gastos foram registrados em despesas como: rancho, combustíveis, taxas e serviços comunitários, equipamentos de trabalho, manutenção de uma segunda residência na cidade, construção ou reforma de casa e doenças.

Em 2016 o valor médio das despesas dos domicílios da vila ficou em R\$ 1.017,19 mensais e R\$ 172,40 per capita. Dentre todas as despesas do grupo doméstico, o gasto com rancho é o que mais impacta no orçamento familiar, em média cada domicílios gasta R\$ 428,81 ao mês com este item, o que representa 42% do total das despesas. O rancho é composto por mercadorias de consumo básico, como alimentos, produtos de limpeza e de higiene pessoal. Na maioria dos domicílios, a compra do rancho é realizada na sede do município, no período em que os moradores da vila se deslocam à cidade para sacar salários e benefícios. A segunda despesa mais alta se dá com o pagamento da conta de luz. O peso desse item no total dos gastos domésticos é de 17,8%.

Para termos uma melhor visão sobre o impacto dos itens no total de despesas. Agrupamos os dados dos gastos em sete categorias: rancho, serviços, bens duráveis, produção, energia, construção e saúde. A categoria serviços, reúne os gastos realizados com taxas comunitárias e sindicais. Na categoria produção estão inseridos os gastos com a compra de equipamentos de trabalho. Em energia estão incluídas as despesas com a compra de

combustíveis, gás e conta de luz. A tabela 9 compara os gastos por meio de valores monetários e percentuais<sup>26</sup>.

Gastos mensais por categoria	valores monetários		Proporção do gasto total (%)
	reais	dólar	
Rancho	428	113	42,08%
Serviços	50	13	4,92%
Bens duráveis	53	14	5,21%
Produção	23	6	2,26%
Energia	340	90	33,44%
Construção	82	22	8,06%
Saúde	41	11	4,03%
Despesa média mensal	1017	269	100,00%

**Tabela 9:** Distribuição dos gastos médios por categoria

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Por meio desta comparação, percebemos que são os gastos mais regulares que acabam se destacando proporcionalmente entre as maiores despesas. Em nossa amostra, os gastos realizados com rancho e energia foram realizados por 100% dos domicílios. Já as despesas realizadas com a construção ou saúde, foram respectivamente realizados por 27% e 18% dos grupos domésticos.

A menor ocorrência da realização de gastos com construção e saúde, influência no resultado da média geral. Entretanto, se considerarmos apenas os domicílios que realizaram esses tipos de despesas, vamos perceber que o peso desses tipos de despesas é maior na renda familiar.

Para explorar o impacto das despesas com problema de saúde no consumo dos domicílios, analisamos os onze grupos domésticos da amostra que realizaram esse tipo gasto no ano de 2016. Entre esses domicílios, a média geral de todas as despesas ficou R\$ 974,80. Já a média específica dos gastos com saúde ficou em R\$ 224,23 ao mês, o que representa 23% do volume de despesas. No caso da vila, os gastos realizados com saúde envolvem muito mais que as despesas com tratamento médico, esses são também formados pelas despesas realizadas com o deslocamento e a estadia em centros urbanos maiores. Quanto maior a

<sup>26</sup> Valor estabelecido com base na cotação de R\$ 3,77 para cada US\$ 1,00. Fonte: Thomson Reuters, divulgado pelo site [www.economia.uol.com.br](http://www.economia.uol.com.br).

complexidade do problema de saúde, maior é o deslocamento a ser feito em busca de uma melhor infraestrutura.

No caso das despesas com construção ou reforma, uma análise isolada, considerando somente os domicílios que realizaram esse tipo de despesas, nos mostrou que o consumo médio mensal foi de R\$ 1.177,31 e a média dos gastos com construção e reforma ficaram em R\$ 305,20 ao mês, impactando as despesas do domicílio em 26%. Na vila, as construções envolveram o esforço em sua maioria de substituição das casas de madeira por residências de alvenaria. Já os gastos com reforma se deram através da ampliação de um cômodo da casa ou por meio da realização de melhorias no piso e no telhado.

Os valores monetários desses dois itens revelam o impacto de aproximadamente um quarto no total de despesas realizadas pelo grupo doméstico. Os resultados mostram ainda, famílias com padrões de consumo diferentes da média da vila, enquanto as que enfrentaram problemas de saúde tiveram um consumo menor, as que estavam construindo ou reformando tiveram um resultado maior em relação a média geral de despesas da vila.

Para finalizarmos nossa consideração sobre a economia doméstica da vila, vamos agora nos concentrar na composição da renda mensal, identificando as diferentes origens dos ingressos monetários.

### 3.1.2 A renda doméstica

Para se compreender a realidade econômica de uma região é necessário levar em consideração não somente a dinâmica do consumo, pois igualmente importante para sua compreensão são os estudos sobre a composição da renda.

Na Amazônia, como já destacado, historicamente o aviamento impôs a região um quadro doloroso que era sustentado pela exploração de classes contido no modo de produção estabelecido no período. A exploração da borracha que dinamizou a economia da região, não foi capaz de sustentar ciclos duradouros de desenvolvimento econômico. É somente com a diminuição do poder dos patrões e o enfraquecimento do aviamento que os ribeirinhos passam a ter a possibilidade da obtenção da renda monetária.

Em Vila Alterosa do Juí, os ingressos monetários iniciam-se a partir do momento que uma pequena parte da produção passa a ser vendida nos centros urbanos próximos. Esse processo foi levando aos poucos a monetização da economia local, o que aumentaria significativamente nas décadas seguintes com o acesso a salários e benefícios do governo. Atualmente os rendimentos monetários dos grupos domésticos da vila se dão através da comercialização da produção (agrícola e extrativista), do recebimento de benefícios do governo (previdenciários e condicionados<sup>27</sup>), do recebimento de salários, de atividades de comércio e do recebimento de diárias.

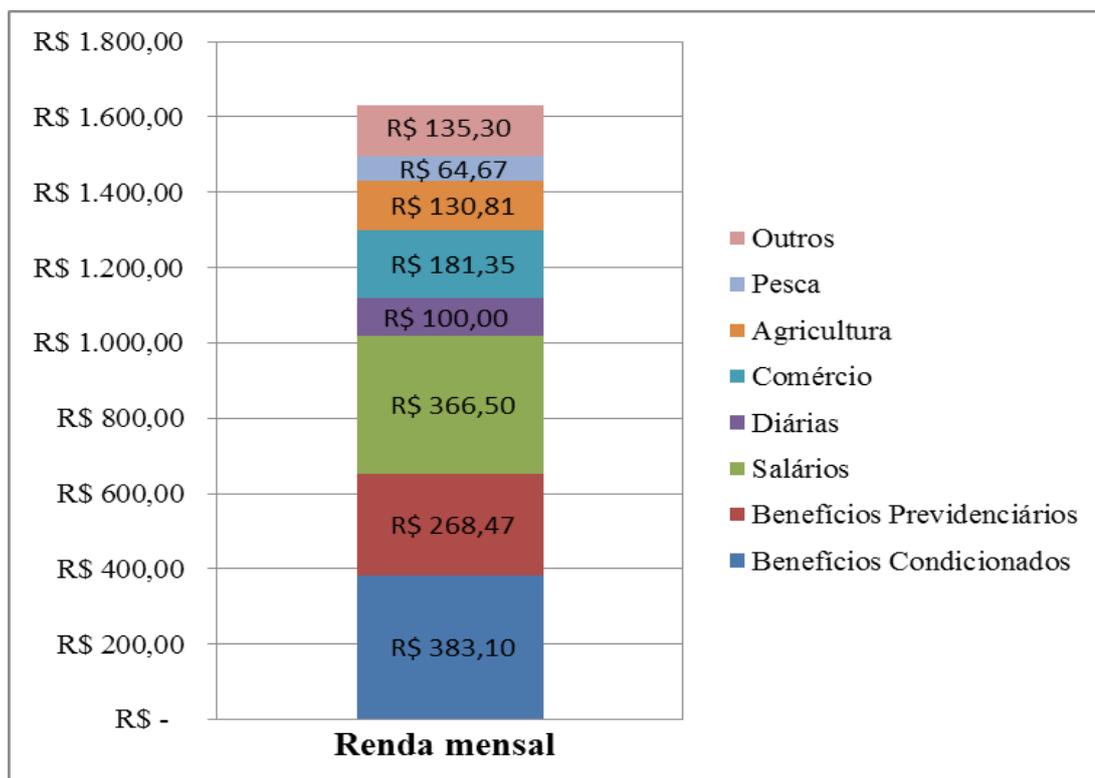
Em 2016, a renda média dos domicílios da amostra foi de R\$ 1.630,24 mensais e R\$ 276,31 *per capita*. Dos 59 domicílios, 48% tiveram os benefícios do governo como a principal renda da casa, outros 15% tiveram nas atividades produtivas a principal fonte de sustento, em 25% os salários e em 12% a renda do comércio exerce essa função. No entanto, devemos destacar que os domicílios se caracterizam principalmente pela diversidade de estratégias adotadas para composição da renda, o que se dá pela combinação de duas ou mais fontes de renda. Em domicílios com coabitação familiar<sup>28</sup>, adoção de várias atividades econômicas para formação da renda é uma constante.

A composição da renda mensal dos domicílios da vila que participaram do levantamento ficou da seguinte maneira: 24% da renda é constituída por benefícios de programas federais de transferência de renda condicionada (bolsa família e seguro defeso), 16% de benefícios previdenciários (aposentadoria e pensões), 23% de salários, 11% de comércio, 6% com diárias, 8% com agricultura, 4% com pesca e 8% com outras atividades (madeira, ouro e etc). O valor monetário médio de cada atividade é representado no gráfico abaixo (figura 27)

---

27 Os benefícios previdenciários são assegurados por direitos garantidos na constituição. Já os benefícios condicionados são estabelecidos por políticas públicas de transferência de renda, dos quais para participar é necessário o atendimento das condicionalidades do programa.

28 A coabitação familiar se dá quando em um domicílio vive mais de uma família.



**Figura 27:** Gráfico da composição da renda média mensal

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017. - Org. Paula, Pedro.

Ao agruparmos em categorias os itens que compõem a renda mensal, percebemos que os benefícios representam juntos 40% da renda média, os demais rendimentos, os quais são obtidos através do trabalho, representam 60% da renda. Dentre este, a contribuição específica da comercialização da produção (agrícola e extrativista) é de 20% em média. Já as rendas obtidas com salários, comércio e diárias representam os outros 40%.

Conforme podemos observar, os benefícios são de enorme importância para economia da vila. O mesmo também acontece nas RDS de Mamirauá e Amanã, lá a contribuição dessas fontes de rendimentos chega a 44% da renda (LIMA E PERALTA, 2016). De acordo com as autoras:

A dimensão dessa cobertura assinala a importância dos benefícios sociais para economia doméstica na região, sem os quais os rendimentos das famílias estariam ainda mais distantes da média nacional. A alta participação dos benefícios na composição da renda média tem relação também com os preços dos produtos regionais, desfavoráveis para os ribeirinhos (LIMA e PERALTA, 2016. p.59).

Na vila identificamos o recebimento de benefícios em 80% domicílios, os previdenciários se fazem presente em 22%. Já os benefícios condicionados foram encontrados em 66% dos grupos domésticos.

Tipo de Benefício		Cobertura	Valor Médio Mensal	
			R\$	US\$
Previdenciários	Aposentadoria	15%	1271	337
	Pensão	8%	880	233
Condicionados	Bolsa Família	66%	444	117
	Seguro Defeso	24%	356	94

**Tabela 10:** Alcance dos benefícios e média de renda mensal  
Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Entre os benefícios, as aposentadorias apresentam o maior rendimento médio mensal. Em 2016, a renda média total dos domicílios que contaram com essa fonte de renda foi de R\$ 2.101,13 mensais, o que representa um valor de R\$ 404,06 por pessoa ao mês (US\$ 107,17). Os valores são superiores a média da vila e ao que se obteve exclusivamente com a aposentadoria. Tal resultado mostra como os benefícios previdenciários se complementam a outras fontes de renda, como salários, comércio e a venda da produção. Entre os domicílios que receberam aposentadoria, 60% também obtiveram renda com a comercialização da farinha, contrariando assim a expectativa de que com a obtenção da aposentadoria rural o grupo doméstico deixe de produzir para o mercado. A manutenção das atividades produtivas, pode ser explicada por uma característica dos domicílios, a coabitação familiar. Pois tratam-se de núcleos familiares formados por grupos de cinco a nove pessoas.

Da mesma forma que os previdenciários, os benefícios condicionados também integram de modo complementar a renda dos moradores da vila. O mais representativo nesse sentido é o Seguro Defeso, pois em nenhum dos grupos domésticos beneficiados aparece como a única fonte de renda.

O Seguro Defeso é um benefício concedido pelo governo federal que paga aos pescadores o valor de um salário mínimo durante o período de quatro meses<sup>29</sup>. O pagamento se dá com a condicionalidade de que os pescadores não pesquem espécies de peixes<sup>30</sup> que

<sup>29</sup> O período do defeso se inicia no dia 15 de novembro e vai até o dia 15 de março.

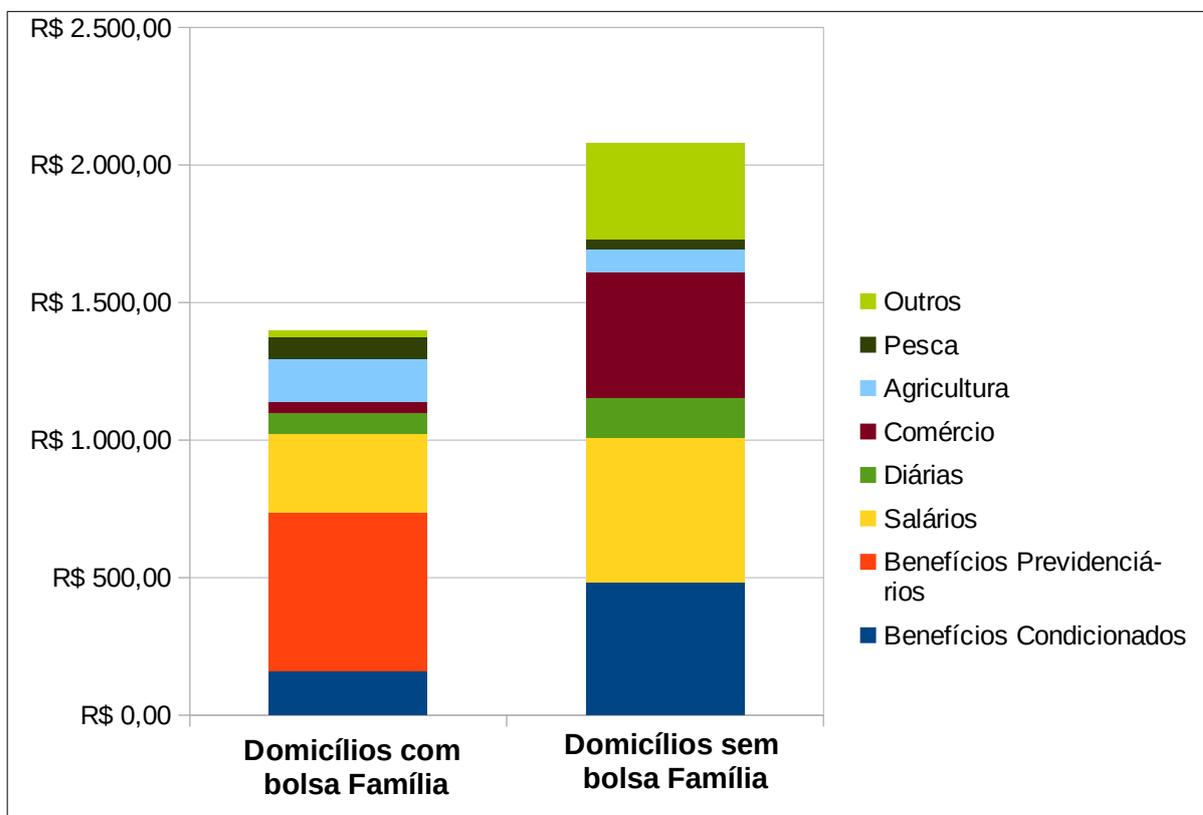
<sup>30</sup> As espécies que não podem ser pescadas são: Surubim (*Pseudoplatystoma curuscans*), Caparari (*Pseudoplatystom a tigrinum*), Aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), Mapará (*Hypophthalmus spp.*), Pacu (*Mylossoma spp.*), Pirapitinga (*Piaractus brachypomus*) e Sardinha (*Triportheus elongatus*).

estão migrando para se reproduzirem. Embora o valor médio mensal do Seguro seja o menor entre os benefícios, sua contribuição é bastante significativa no consumo, pois em 71% dos domicílios beneficiados houve a realização de despesas com pelo menos um desses itens: aquisição de bens duráveis, material de trabalho, ou gasto com construção.

Para ter acesso ao Seguro Defeso o pescador precisa está ligado a alguma entidade representativa da classe. No município de Santo Antônio do Içá, duas entidades atuam na representação dos pescadores, a Colonia Z-54 e a Associação de Pescadores e Pescadoras Profissional, Artesanal de Santo Antônio do Içá – AM (ASPSAI). Atualmente, a Colonia Z-54 conta com 194 e a ASPSAI com 19 filiados da Vila Alterosa do Juí, conforme informações das entidades. Apesar do grande número de associados, em 2016 apenas 14 domicílios da amostra receberam o benefício. O número reduzido se dá por nem todos os filiados se manterem ativos, o que acontece quando as mensalidades de R\$ 25,00 estão quitadas.

O Bolsa Família também é um benefício de alcance federal, foi criado em 2004 como uma política pública de transferência de renda, para reduzir a pobreza. Para participar do programa a família precisa ter renda *per capita* inferior à R\$ 170,00 e atender as condicionalidades de acompanhamento da frequência escolar e da saúde da família.

Em Alterosa, o total de rendimentos das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família foi de R\$ 1.398,78 mensais e R\$ 210,02 *per capita* (US\$ 55,71). Como nos outros casos, o benefício se soma a outras formas de rendimento como produção, aposentadorias, salários, diárias e a renda de pequenos comércios. Ainda assim, a complementação dada por este é de extrema importância, pois casos esses domicílios não contassem com a renda do Bolsa Família, os seus rendimentos cairiam para R\$ 955,09 mensais e R\$ 143,40 *per capita*. O que os colocaria em situação de pobreza. A comparação dos domicílios que recebem e os que não recebem o benefício, ajuda a mostrar a diferença nos padrões de renda da vila (figura 26)



**Figura 28:** Comparação entre a composição dos rendimentos em domicílios com e sem o Bolsa Família

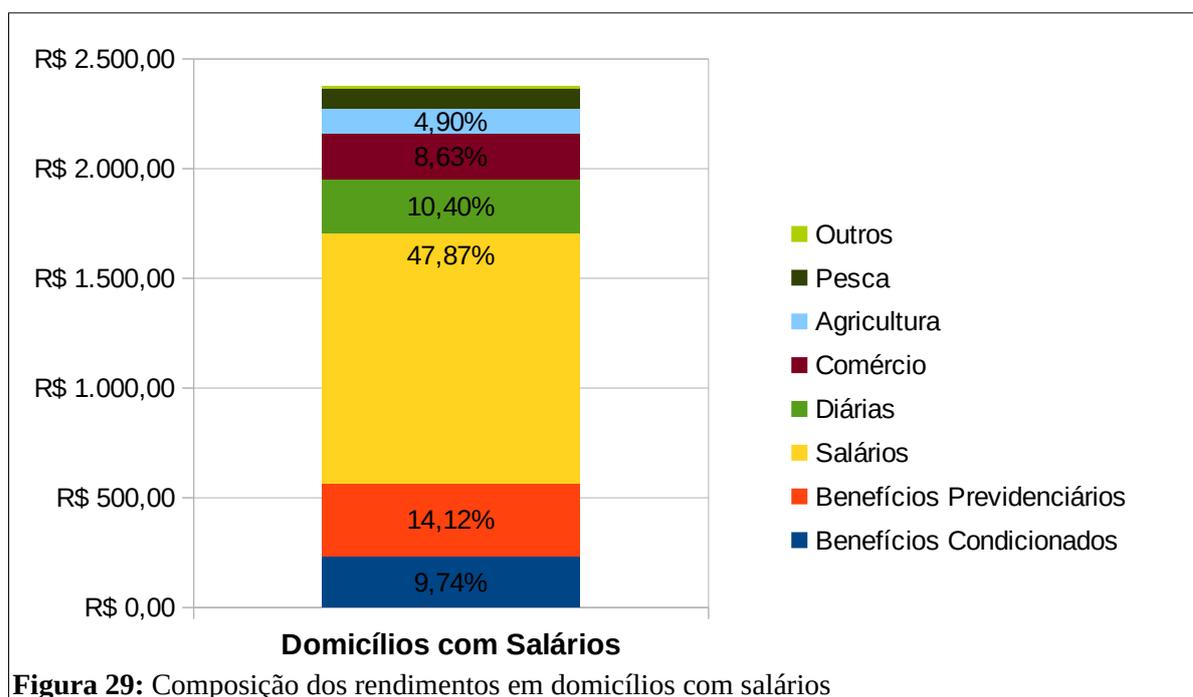
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017. Org. PAULA, Pedro.

A figura 28 mostra que os domicílios sem o bolsa família apresentaram uma renda melhor em relação aos que receberam. Neles a renda média chega a R\$ 2.081,58 e é composta principalmente por benefícios condicionados, salários e comércio. Entre as famílias que recebem o benefício, percebe-se uma importância maior das atividades produtivas. Nelas o envolvimento com a produção e comercialização da farinha e do peixe é mais significativa que a dos domicílios que não recebem o benefício. Esse resultado mostra que o benefício por si só não é suficiente para atender a demanda financeira das famílias e também demonstra que no caso da vila não há relação entre o recebimento do bolsa família e o abandono das atividades produtivas.

Conforme foi observado, a renda obtida através dos benefícios são suplementares a de outros rendimentos. Em apenas 15% dos domicílios os benefícios aparecem como a única fonte de renda monetária. Dentre esses, 9% eram domicílios que receberam aposentadorias ou pensões, os outros 6% são de beneficiários do programa bolsa família.

Deve-se destacar que a dinâmica produtiva da vila nem sempre envolve a produção de itens para comercialização, pois também se produz para complementar o rancho da casa. A produção para o autoconsumo se dá principalmente com itens de consumo diário, como a farinha, hortaliças e o peixe. Nesse sentido, a inexistência de outros ingressos monetários em domicílios que tiveram os benefícios como única fonte de renda não pode ser entendida como acomodação, pois em boa parte desses se produziu para o próprio consumo.

Na composição da renda, outro elemento importante são os salários. Dos 59 domicílios da amostra, 32% tiveram os salários como um dos rendimentos. A renda mensal média dos grupos domésticos que receberam salário foi de R\$ 2.372,38, ficando a *per capita* em R\$ 352,50. O que representa um aumento de R\$ 742,14 e R\$ 76,19 em relação a média geral da vila. A figura 27 mostra a composição da renda desses domicílios, é possível perceber que os ingressos monetários dos itens: benefícios, salários, diárias e comércio representam juntos 90% do total de rendimentos.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017. Org. PAULA, Pedro.

Os assalariados de Alterosa que foram identificados no levantamento socioeconômico, são todos funcionários públicos municipais, atuando como professores, serviços gerais e agente de saúde. Quase sempre o domicílio conta com apenas uma pessoa assalariada,

somente em dois domicílios dois membros da família são assalariados. Em termos de gênero, 52% dos assalariados são homens e 48% são mulheres, as quais desempenham principalmente a função de professoras.

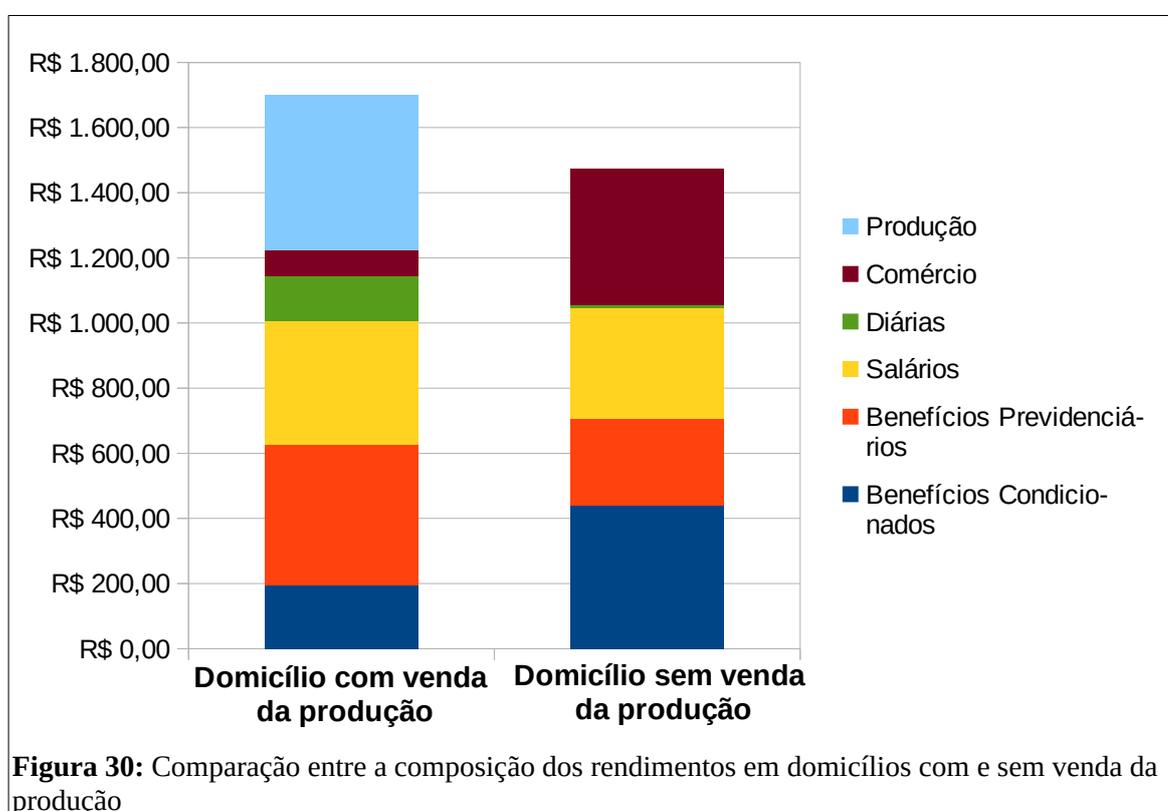
O acesso a renda direta como os salários, propiciam uma melhor capacidade de consumo para o grupo doméstico. Permitindo assim uma maior regularidade na realização de despesas com a compra de bens duráveis, de equipamentos de trabalho, com a construção e reforma da casa ou mesmo o acesso a melhores tratamentos de saúde. Sendo assim, a obtenção de uma renda fixa como o salário é desejada em muitos domicílios da vila, não somente pelas melhores possibilidades de consumo, mas também pela oportunidade de diminuir a necessidade de trabalho com a roça ou com a pesca, por exemplo.

Os rendimentos obtidos com a venda da produção representaram 20% da renda média geral da vila. Em Alterosa, encontramos uma produção diversificada. Onde a inserção ao mercado se dá através da comercialização de produtos agrícolas, especialmente de farinha e banana; da venda de produções extrativas, principalmente peixe e madeira; e de produtos artesanais, como: canoa, remo, peneira e vassoura. Em menor quantidade também identificamos a produção e o comércio de itens como: frutas (abacaxi, melancia), mel de abelha, açaí, castanha, óleo de andiroba, caça, aves (galinha, pato), porco, carneiro e quelônios.

Durante o levantamento socioeconômico, foi priorizado a identificação dos rendimentos das três atividades que mais renderam monetariamente ao grupo doméstico. Sendo assim, atividades que foram comercializadas com um nível de frequência menor, acabaram não entrando no volume da amostra. Essa opção metodológica se deu pela dificuldade dos entrevistados recordarem os valores recebidos com produções de menor rentabilidade. Sendo assim é possível que o impacto das atividades produtivas na composição da renda seja um pouco superior aos 20%.

Dentre os domicílios da vila, 64% obtiveram rendimentos oriundos da comercialização da produção. Os produtos com a comercialização mais frequente são a farinha, a banana e o peixe. Entre os grupos domésticos da amostra, 54% venderam farinha, 35% banana e 25% peixe. Na média, a renda obtida com a venda da farinha e da banana foi de R\$ 275,64 mensais (US\$ 73,11). Já a renda mensal adquirida com a comercialização do peixe ficou em R\$ 254,39 (US\$ 67,47). A renda domiciliar total dos que comercializaram produção foi de R\$ 1.699,18.

Ao compararmos os rendimentos dos domicílios com e sem venda da produção, percebemos que os grupos domésticos que venderam parte da produção tiveram uma renda média maior. Outro ponto importante, é a participação dessa comercialização na composição da renda, pois a produção foi a maior renda, representando 28% dos ingressos monetários nesses domicílios. Os que não venderam a produção, tiveram a renda composta principalmente por benefícios, salários e comércio (figura 30).



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2017. Org. PAULA, Pedro.

Os resultados indicam a importância da manutenção das atividades produtivas para a comercialização. Através destas os domicílios se inserem na economia de mercado realizando trocas comerciais dos seus produtos, com mercadorias industrializadas. De acordo com Lima (2006) os efeitos da inserção dos grupos domésticos na economia de mercado se materializam no consumo, por meio da substituição de mercadorias produzidas localmente por outras fabricadas nas cidades.

O processo de mudança do consumo está ligado à especialização e ao aumento do volume da produção para a venda, que segue o desenvolvimento

do mercado regional. As mudanças na definição das necessidades de consumo envolvem também a atração prática e simbólica das mercadorias. Panelas de barro, coberturas de palha, fogões a lenha, são exemplos básicos de uma variedade de artigos de produção local que foram substituídos (por panelas e coberturas de alumínio, fogão a gás, etc.), e implicam em um envolvimento crescente da economia doméstica com o mercado. Embora esta direção seja dominante, a tendência à redução do consumo de artigos produzidos localmente e ao aumento da produção destinada à venda é suscetível a flutuações e retrocessos eventuais (LIMA, 2006 p. 6-7).

Conforme já discutido em capítulos anteriores, a dinâmica da comercialização da produção inserem a Vila Alterosa do Juí em redes que são intramunicipais e regionais. As embarcações que escoam a produção para as cidades, retornam a vila trazendo mercadorias das mais diferentes origens, como: bens duráveis, combustíveis, matérias de construção, vestimentas, alimentos industrializados e etc. Na paisagem geográfica local, as mudanças já são percebidas nas habitações e no cotidiano da população, cada vez mais inserida nesse contexto de mudanças econômicas e sociais.

### **3.2 O novo cenário social**

Por aproximadamente 10 anos, entre as décadas de 1970 e 1980, Ari Pedro Oro estudou a Irmandade da Santa Cruz. Nesse período pode acompanhar as transformações do movimento religioso e da sua sede espiritual a “cidade santa”, Vila Alterosa do Juí. Em 1987, período em que realizava seus últimos campos a região, Oro observou as mudanças de comportamento daqueles que ele identifica como sendo da segunda geração.

De fato, observa-se, de alguns anos para cá, uma mudança de comportamento envolvendo os da “segunda geração”. Para certos jovens que possuem em torno de 15 anos de idade, que não conheceram Ir. José e que estão em contato permanente com a sociedade envolvente, é difícil aceitar e seguir certas regras, de modo especial as que exigem um puritanismo de conduta. Para eles, a Irmandade não possui o mesmo significado do que para os seus pais, ou os irmãos mais velhos, e se torna difícil compreender o sentido do comportamento que lhes é exigido, principalmente quando observam que o comportamento dos mesmo jovens de outros povoados e cidades é diferente (ORO, 1989 p. 156-157).

Tendo passado vinte anos após a observação realizada por Oro, é possível afirmar a existência de um novo cenário social na vila, causado por transformações que ainda estão em

curso. Atualmente, práticas antes consideradas pecaminosas e passíveis de serem punidas com a expulsão do infrator e família da vila acontecem com regularidade. Apesar da existência do controle social sobre os costumes dos moradores da vila.

Entre os “de fora”<sup>31</sup>, se propagou a ideia da existência da cidade dividida em dois bairros. Um deles seria o “bairro Santo” localizado próximo a igreja, onde o controle social é maior e a obediência as normas da Irmandade devem ser respeitadas. O outro seria o “bairro Profano” no extremo norte da vila, onde os moradores vivem com maior “liberdade”, não respeitando as normas da igreja. De fato, nos campos realizados por nós, realmente identificamos a existência dessa diferença entre uma parte e outra da vila. No “bairro Profano”, observamos pessoas utilizando roupas fora dos padrões da Irmandade, jogando futebol, ouvindo músicas não religiosas e consumindo bebidas alcoólicas. Além dessas práticas, foi nos relatado também a existência do consumo de drogas ilícitas.

Esse novo cenário é motivo de preocupação por parte da liderança da Irmandade. Em um encontro ocasional na cidade de Santo Antônio do Içá, o pastor nos relatou que estava indo a prefeitura solicitar a contratação de guardas municipais para atuarem na vila, justamente para aumentar o controle sobre tais práticas.

A situação se torna mais complexa com a chegada do garimpo ilegal de ouro no Igarapé Puretê. Em nosso último campo, em Outubro de 2017 fomos surpreendidos pela construção de quatro balsas de garimpo na vila.

---

31 Pessoas da cidade que vão a vila com regularidade para a realização de algum tipo de serviço.



**Figura 31:** Balsa de garimpo em construção

**Fonte:** SCHOR, Tatiana - Acervo NEPECAB. ( Pesquisa de campo, outubro 2017).

**Comentário:** Balsa de garimpo em construção atracada na margem esquerda do Igarapé Juí, em frente a vila.

Conforme nos foi relatado, a exploração se dá próximo a fronteira do Brasil com a Colômbia, por meio de dragas sugam o leito do rio coletando os sedimentos. O processo é altamente poluente e envolve o uso de mercúrio. Ao que consta, essa não seria a primeira vez que o igarapé é explorado. Em anos anteriores, as explorações foram encerradas por fiscalizações de autoridades militares colombianas e brasileiras. Com o fim das fiscalizações na região, os garimpeiros retornam para área.

Ainda não foi possível identificar o impacto econômico dessa atividade na vila. Entre os domicílios que participaram do levantamento socioeconômico, identificamos apenas um grupo doméstico que se envolveu com a atividade no ano de 2016. Como é característico dos garimpos, os rendimentos recebidos foram altíssimos para os padrões econômicos locais, o casal recebeu cerca de R\$ 10.400,00 mensais durante o período de oito meses. Essa alta rentabilidade obtida em anos anteriores, tem motivado o interesse coletivo local. A liderança da Irmandade tem se mostrado preocupada com a proximidade do garimpo, o pastor chegou a nos relatar o interesse de comunicar o Comando de Fronteira do não envolvimento da Irmandade com a atividade. Em abril deste ano, o comando realizou o reconhecimento

aeromóvel do Igarapé Puretê na operação Ágata Nível III com a intenção de identificar a presença das dragas no igarapé.

### 3.2.1 A contradição entre a visibilidade e a invisibilidade

Ao estabelecer Vila Alterosa do Juí como sede da Irmandade da Santa Cruz, Irmão José buscava uma condição de invisibilidade, com o desligamento dos fiéis em relação ao mundo exterior e ao fim que se aproximava. Em seu movimento religioso a salvação possui duas dimensões, a espiritual que acontece após a morte e a terrestre que se daria na vila, com a melhoria das condições materiais dos irmãos.

Com a sucessão de Irmão José, a Irmandade e a vila passaram a estar mais ligadas ao mundo exterior. A política de concentração dos fiéis e o engajamento político da liderança da igreja, levaram ao desenvolvimento da Vila, fazendo com que essa começasse a ganhar aspecto de cidade, com ruas e equipamentos urbanos. Essa ligação ao mundo exterior trouxe as implicações inerentes a um mundo conectado. Conforme observado por Oro, é por meio do contato com a juventude de outras localidades e cidades que os jovens naturais de Alterosa, passam a se desinteressar pela Irmandade. Assim se instala uma contradição entre a visibilidade e a invisibilidade.

Entre os mais antigos, ainda se preserva o ideal de salvação de Irmão José, pelo qual a vila deve ser por essência um local de isolamento destinado unicamente aos fiéis da Santa Cruz. No entanto, o ideal de salvação se contrapõem com o desejo da realização de melhorias na vila, entre as quais, a mais latente atualmente é o fornecimento do serviço de telefonia móvel. Os moradores da vila, mesmo os mais antigos, anseiam por uma forma de comunicação.

Tal necessidade tem estado na pauta de reivindicações da liderança da Irmandade junto a candidatos políticos e motivando até mesmo a realização de abaixo-assinados. Em Alterosa há inclusive o imaginário de que a torre de celular destinada a vila pelo governo, teria sido desviada pelos políticos municipais para a cidade de Santo Antônio do Içá.

Por certo os moradores da vila desconhecem o fato das telecomunicações no Brasil serem privatizadas, estando assim sobre o controle de empresas que buscam o lucro,

realizando investimentos principalmente em grandes centros urbanos, onde há o adensamento populacional e da renda. Comparada a sede municipal, a vila possui uma capacidade de reprodução do capital menor. Sendo assim as empresas movidas pela lógica capitalista não se interessam por um mercado que exigiria grandes investimentos e que em troca daria pouco retorno financeiro. Para localidades como Vila Alterosa do Juí, a política de privatizações do setor de telecomunicações tem sido excludente e desigual.

## CONCLUSÃO

Ao buscarmos representar o cenário atual da Vila Alterosa do Juí. Apresentamos algumas das muitas complexidades que envolvem o contexto social e econômico local. Os resultados aqui apresentados corroboram com as reflexões realizadas em outros capítulos.

As discussões econômicas são aprofundadas em um estudo sobre a economia doméstica, onde se buscou verificar o envolvimento com a economia de mercado, a partir das despesas e rendimentos dos moradores da vila. Os dados mostram esse envolvimento, através de estratégias diversificadas de composição da renda. Na média geral destacam-se o recebimento de benefícios, de salários e a comercialização da produção.

O maior acesso a renda monetária tem se refletido no consumo doméstico, o qual tem se diversificado, indo muito além da compra do rancho. No consumo de bens duráveis, identificou-se o forte papel da mulher na determinação do consumo, o que se dá através da compra de itens de facilidade doméstica como as máquinas de lavar, por exemplo.

Na composição da renda, os rendimentos diretos adquiridos com os benefícios e salários são os que mais contribuem com a renda dos grupos domésticos. Domicílios que receberam aposentadorias e salários são os que apresentam a maior renda média e per capita.

O recebimento de benefícios previdenciários e condicionados, não tem representado a diminuição da comercialização da produção. O que acontece de modo significativo somente entre os domicílios que receberam salários. Ter a produção inserida no mercado representa obter rendimento maiores em relação aos que não tiveram.

Por fim, o presente capítulo também apresenta uma descrição das novas condições sociais que estão contribuindo para transformação da Irmandade e da vila. São destacados a dicotomia de comportamentos que dividem a vila, a proximidade do garimpo e a contradição da visibilidade e a invisibilidade. Tais condições estão de certo modo ligadas as mudanças que se processam na imbricação do rural com o urbano, a partir do processo de urbanização.

## 4 A GEOGRAFIA VISUAL DA “CIDADE SANTA”: ENSAIO FOTOGRÁFICO



**Figura 32**

Entrada no lago Cruzador, parte mais larga do Igarapé Juí. Em sua margem direita está a Vila. Na paisagem se destaca o templo da Irmandade da Santa Cruz.

**Figura 32:** Chegando na vila

**Fonte:** SCHOR, Tatiana - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, outubro 2017).



**Figura 33**

Visão da beira da vila, onde ficam atracadas a maior parte das embarcações. Na vila não existe um terminal de cargas e passageiros.

**Figura 33:** A beira

**Fonte:** SCHOR, Tatiana - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, outubro 2017).



**Figura 34:** Templo em construção

**Fonte:** PAULA, Pedro - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, julho de 2016).



**Figura 35:** Templo em construção II

**Fonte:** PAULA, Pedro - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, julho de 2017).



**Figura 36:** Fiéis indo para reza da tarde

**Fonte:** PAULA, Pedro - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, julho de 2017).

**Figura 34**

Andamento da construção do templo da Irmandade em julho de 2016. Neste momento ainda sem teto, piso e revestimento exterior. O templo está sendo construído com a contribuição e trabalho dos próprios moradores da vila.

**Figura 35**

Após o período de um ano, tempo que se deu a realização das atividades de campo. Encontramos as obras do templo bem encaminhadas. Neste momento, todo o revestimento frontal e a cobertura já haviam sido colocados. Na época a previsão de inauguração era para o início de 2018.

**Figura 36**

Todos os dias, às 17:00 horas o sino da igreja toca chamando os fiéis para o culto. A participação nas atividades religiosas requer a utilização de vestimentas brancas. Os homens devem usar camisa de manga comprida e calça, as mulheres usam vestido e véu.



**Figura 37:** Meninas da Santa Cruz

**Fonte:** PAULA, Pedro - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, julho de 2016).

**Figura 37**

Meninas da Santa Cruz, com a roupa branca tradicional das atividades religiosas.



**Figura 38:** Meninos da Santa Cruz

**Fonte:** PAULA, Pedro - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, julho de 2017).

**Figura 38**

Meninos da Santa Cruz aguardando a realização do culto. Desde de cedo meninos como os da imagem são estimulados a ocupar a função de guarda para atuarem junto a jovens de suas idades.



**Figura 39:** Fiéis em penitência

**Fonte:** PAULA, Pedro - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, julho de 2017).

**Figura 39**

Os fiéis da Irmandade que cometem pecado devem pagar penitências para serem reintegrados as atividades religiosas. A mais comum é a de passar o horário do culto de joelhos ao pé da cruz. O que acontece sob os olhares atento de guardas.



**Figura 40**

Pai e filho indo em direção a beira da vila com motor rabeta para se deslocarem até a roça. Com a forte utilização da área aos fundos da vila, muitas roças foram criadas em mata virgem distante. Sendo assim necessário o uso diário do motor para se chegar ao trabalho.

**Fonte:** PAULA, Pedro - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, julho de 2016).

**Figura 40:** Indo a roça



**Figura 41**

Crianças retornando da roça. Na vila a integração das crianças às atividades produtivas é bastante comum. Quando não estão na aula ajudam os pais no trabalho com a roça.

**Fonte:** PAULA, Pedro - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, julho de 2016).

**Figura 41:** Crianças retornando da roça com lenha

**Figura 42**

Entrevista realizada com o pastor na sede missionária (antiga casa de Irmão José). Nessa oportunidade aplicamos o questionário do levantamento socioeconômico e o pastor nos contou a sua história de vida.

**Figura 42:** Entrevista com o pastor Dalmácio

Fonte: SCHOR, Tatiana - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, outubro 2017).

**Figura 43**

Final do dia, momento em que se retorna das atividades diárias como a roça e a pesca.

**Figura 43:** Por do Sol na vila

Fonte: TAVARES-PINTO, Moisés - Acervo NEPECAB. (Pesquisa de campo, outubro 2017).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a urbanização da Amazônia a partir do papel assumido pelas vilas na configuração de redes, foi o que motivou a realização deste trabalho. De início, pode ser que se considere este um tema simplista pelo fato das vilas serem muitas vezes entendidas como organismos simples, com pouca dinâmica econômica e baixo desenvolvimento social. Entretanto, os estudos sobre essa forma embrionária de cidade, cada vez mais mostram as vilas como algo complexo e não homogêneo, sobretudo na Amazônia ocidental.

É possível que a interpretação simplificada das vilas esteja associada a dois fatores: a falta de referências e as dificuldades logísticas. Assim como acontece com muitas cidades amazônicas, as vilas muitas vezes se encontram invisíveis, pois ainda são poucos os estudos realizados que procuram compreender essas localidades, sobretudo sob a perspectiva do urbano. A falta de referências está em parte relacionada com as dificuldades logísticas, pois muitas vilas se encontram longe de suas sedes municipais e não dispõem de serviços regulares de transporte, o que torna o acesso a essas localidades difícil e caro.

A opção pelo estudo de caso da sede espiritual da Irmandade da Santa Cruz, a Vila Alterosa do Juí, nos possibilitou o acesso a bibliografias dos estudos realizados sobre o movimento religioso nas décadas de 1970 e 1980. Tornando possível discutir a formação social e econômica da vila.

Partindo daí, buscamos reconstruir os diferentes períodos que contribuíram para a organização espacial da vila. A periodização ficou estabelecida em três períodos, definidos a partir da sucessão da liderança da Irmandade. Cada período é um segmento de tempo com sua instância da totalidade social e é somente a partir da combinação desses que chegamos a organização espacial atual.

Ao final desta discussão, buscamos, no segundo capítulo, identificar as características naturais e o perfil urbano da vila. É neste momento também que analisamos a centralidade da vila na região do Médio Rio Içá. Assim, chegamos a conclusão de que o aspecto religioso é fundamental para configuração da centralidade da vila, pois o fato de ser a sede da Irmandade fez com esta reunisse um grande número de moradores e de estruturas urbanas (escola, posto

de saúde), que por sua vez aumentaram ainda mais o número de redes articuladas entre a vila e as comunidades rurais próximas.

As produções agrícolas e extrativistas também permitem a vila estabelecer relações com outras localidades, estando assim inserida em dinâmicas de mercado que são locais e até mesmo internacionais. Os fluxos monetários dessas redes consolidam a relação econômica entre o urbano e o rural, pois na vila inicia-se a produção e comercialização de itens como farinha e peixe, e a ela retornam os produtos industrializados da cidade.

É nesse contexto que percebemos o forte envolvimento com a economia de mercado. O acesso a benefícios (previdenciários e condicionados), salários e a comercialização da produção permitem o aumento e a diversificação do consumo. Os domicílios cada vez mais se caracterizam pela presença de eletrodoméstico e eletroeletrônicos. A obtenção da renda monetária também tem possibilitado a realização da reforma e construção das casas, a busca por melhores condições de saúde e a compra de equipamentos de trabalho.

No momento, novas condições sociais emergem, dando cada vez mais complexidade à vila e aos fluxos. Deste modo, novos desafios e questões se colocam para serem respondidas. Assim, não há como acreditar que o conhecimento sobre a “cidade santa” apresentado nesta dissertação seja suficiente para compreensão da sua totalidade social.

Devemos considerar que a rede urbana não é composta somente de grandes nós, pois nela também estão inseridos os pequenos segmentos como as vilas, que assim como qualquer outro ponto, desempenha funções importantes dentro da rede. Ao final dessa dissertação podemos afirmar que a realidade estudada apresenta algumas contribuições ao entendimento das vilas da Amazônia. A principal é a de que as vilas não estão totalmente isoladas ou alheias às contradições da modernidade, pois nelas identificamos as contradições do rural com o urbano, onde o modo de vida ribeirinho convivem com os urbanos.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Silvana et al. *Análise espacial do processo de urbanização da Amazônia*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 2001. 30 p. Relatório técnico.

ARAÚJO, Renata Malcher de. *As cidades da Amazônia no século XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 1998. Parte I e II – p. 25-144.

BESSA, Kelly Cristine. *Reestruturação da rede urbana brasileira e cidades médias: O exemplo de Uberlândia (MG)*. (Disponível em <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15465/8755>> Acesso em 06 maio de 2017)

BEZERRA, Janderson Meireles. *As Redes Comerciais da Pesca e o Urbano no Amazonas: O Caso da Vila de Copatana, Município De Jutai – Am*. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – ICHL, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2018.

Brasil. Departamento Nacional da Produção Mineral. Projeto RADAMBRASIL. Folha SA. 19 Içá; geologia; geomorfologia; pedologia; vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1977.

BROWDER, John O. & GODFREY, Brian J. *Cidades da floresta: urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia Brasileira*. Manaus: EDUA, 2006.

BUENO, Magali F. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2002.

BUTEL, Alex; SCHOR, Tatiana. As Redes Urbanas Pan-Amazônicas e a Geografia dos Transportes na Tríplice Fronteira Brasil-Colombia-Peru. *Espaço & Geografia*, Vol.20, nº 2, 501-539, 2017.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6º ed. Tradução de Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CIDADE, Fernanda Cabral. *Água para beber: Uma análise socioambiental da água para consumo humano em vilas indígenas do Alto Solimões – Amazonas*. 2017. 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – CCA, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2017.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

- CORRÊA, Roberto Lobato. *Redes Geográficas: reflexões sobre um tema persistente*. Revista Cidades, Presidente Prudente, v.9, n.16, 2012. (Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2378/2122>> Acesso em 06 maio de 2017)
- CRUZ, José Francisco. *Segundo estatuto de la Orden Cruzada Catolica, Apostolica y Evangelica*. Vila de Alterosa Jui, 1975.
- CSASZNIK, Michel et al. Caracterização do Regime Hidrológico Bacia do Rio-Putumayo-Içá através da Altimetria Espacial. In: XXI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS. 2015, Brasília. Anais...Brasília: ABRH, 2015.
- CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. *Vilas e Estruturas Urbanas na Amazônia: A Vila e a Microrregião de Caiambé, Médio Solimões, Amazonas*. 2017. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – ICHL, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2017.
- FRANCO, Thiago G. *A Geografia das cidades e das vilas no Amazonas: o caso de Tonantins e São Francisco de Tonantins*. 2016. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – ICHL, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2016.
- GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. “Plantar pro gasto”: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *RER*, Piracicaba, SP, vol. 46, nº 2, p. 481-515, 2008.
- GUARESCHI, Pedrinho A. *A cruz e o poder: A irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões*. Petrópolis: Vozes, 1985. 102 p.
- INCRA. *Laudo Agrônomo de Fiscalização: Projeto Agroextrativista (PAE) Vila Alterosa do Jui*. Manaus, 2008.
- KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº1, pp. 53 a 83, 2009.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed.UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LIMA, Deborah & PERALTA, Nelissa. *Programas de transferência de renda em duas Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade*. Novos Cadernos NAEA, v.19, n.2, p.43-67, 2016.
- LIMA, Deborah de Magalhães; ALENCAR, Edna Ferreira. Histórico da ocupação humana e mobilidade geográfica de assentamentos na várzea do Médio Solimões. In: TORRES, Haroldo; COSTA, Heloisa. *População e Meio Ambiente*. São Paulo: Editora Senac, 2000. pp. 133-161.

LIMA, Deborah de Magalhães. A economia doméstica na várzea de Mamirauá. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S.S.; NEVES, W. A. (Org.). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 141-168.

MAIA, Maria; MARMOS, José (Org.). *Geodiversidade do Estado do Amazonas*. Manaus: CPRM, 2010. 275 p.

MMA – Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. - Brasília: MMA, 2006. 124 p.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 111, p.09-18, jul./dez. 2006. Disponível em:<[http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/rev\\_pr\\_111\\_roberto.pdf](http://www.ipardes.gov.br/webisis.docs/rev_pr_111_roberto.pdf)> Acesso em: 08 agos de 2016.

MORAES, André O.; SCHOR, Tatiana. Mercado, Tabernas e Feiras: custo de vida nas cidades na Calha do Rio Solimões. *Revista Mercator*, Fortaleza, V. 9, n. 19, pp.101-115. 2010.

MORAES, André Oliveira. Peixes, Redes e Cidades: Aspectos Socioambientais da Pesca Comercial de Bagres no Médio e Alto Solimões, Amazonas, Brasil. 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – CCA, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2012.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. *As facções e a ordem política em um reserva Tukuna*. Brasília, Universidade de Brasília, 1977.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. “Das cidades da natureza à natureza das cidades”. TRINDADE JUNIOR, Saint-Clair Cordeiro; TAVARES, Maria Gorettida Costa. *Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências*. Belém – PA: Editora EDUFPA, pp. 15-26, 2008.

OLIVEIRA, José de Aldemir de. *Cidades na Selva*. Manaus: Valer, 2000.

ORO, Ari Pedro. *Na Amazônia um messias de índios e brancos: traços para uma Antropologia do messianismo*. Petrópolis: Vozes,1989. 207 p.

ORO, Ari Pedro. *Tükuna: vida ou morte*. Caxias do Sul: Vozes, 1977. 131p.

PINHEIRO, Heitor P. *Vulnerabilidade e segurança hidroclimatológica no Alto Solimões: o caso das vilas de Belém do Solimões e Campo Alegre/ Amazonas*. 2016. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – CCA, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2016.

ROSINKE, João G. et al. Efeitos Sociais e Econômicos para o Desenvolvimento Local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop – MT no período de 2004 a 2009. *Interações*, Campo Grande, Vol. 12, nº1, pp. 77 a 88, 2011.

SANTOS, Liriani de Lima. *Agrovila e Vilas Rurais no município de Terra Boa – Paraná : um estudo geográfico*. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá. 2011.

SCHOR, T. et al. Apontamentos metodológicos sobre o estudo de cidades e de rede urbana no Estado do Amazonas, Brasil. *PRACS*, v. 9, n.1, p.09-35, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2234/tatianav9n1.pdf>> Acesso em: 01 nov. 2016.

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José Aldemir de. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia brasileira. *ACTA Geográfica*, Boa Vista – RR, Edição Especial Cidades na Amazônia Brasileira, pp. 15-30, 2011.

SILVA, Charlene M. M da. *Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia*. 2009. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – ICHL, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. 2009.

SOARES, Fabio V. et al. *Programas de Transferência de Renda no Brasil: Impactos sobre a Desigualdade*. Ipea, Brasília, 2006.

**APÊNDICES**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS DAS CIDADES NA AMAZÔNIA – NEPECAB



QUESTIONÁRIO – LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO

NOME DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_ DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

NOME DO CHEFE DA FAMÍLIA: \_\_\_\_\_ IDADE DO CHEFE \_\_\_\_\_

Nº de pessoas no domicílio \_\_\_\_\_ Nº do domicílio \_\_\_\_\_

1. PATRIMÔNIO DOMÉSTICO

1.1 Que **bens** possuíam em 2016?

Bem	Não	Sim	Qtd
1. Rabeta HP ( ) HP ( )	( )	( )	
2. Motor de centro	( )	( )	
3. Motor de luz	( )	( )	
4. Televisão Pol ( ) Pol ( )	( )	( )	
5. Freezer/geladeira	( )	( )	
6. Máquina de Lavar	( )	( )	
7. Fogão a Gás	( )	( )	
8. Cama com colchão	( )	( )	
9. Celular	( )	( )	
10. Moto serra	( )	( )	
11. Poupança	( )	( )	

1.2 Quais bens foram adquiridos em 2016?

Quanto custou?

Qtd.	Bem	R\$	Forma de pgt.	
			A vista	A prazo
( )			( )	( )
( )			( )	( )
( )			( )	( )
( )			( )	( )

2. DESPESAS EM 2016

2.1. Qual a estimativa de gasto mensal com o **rancho** em 2016?

R\$.....

2.2. Você comprou **farinha** em 2016?

Não ( ) Sim ( )

2.2.1 Com que frequência se comprava **farinha** em 2016?

1. Sempre (12 meses)	( )
2. Quase Sempre (8 a 11 meses)	( )
3. Às vezes (3 a 7 meses)	( )
4. Raramente (1 a 2 meses)	( )

2.3. Quantos litros de **gasolina e diesel** se costumava comprar por mês em 2016? Qual o valor do litro?

Combustível	Em litros	R\$ do litro	Estimativa de gasto mensal
1. Gasolina			R\$ .....
2. Diesel			R\$ .....

2.4. Qual o consumo mensal de **gás** feito no domicílio em 2016 (cozinha e rabeta)?

R\$.....

2.5 Em 2016 o domicílio contribuiu com alguma das **taxas** abaixo?

Despesas	Não	Sim	Quanto?
1. Combustível comunidade	( )	( )	
2. Vigia (lagos)	( )	( )	
3. Associação de moradores	( )	( )	
4. Colônia	( )	( )	
5. Sindicato	( )	( )	

2.6 Comprou algum **equipamento de trabalho** em 2016? Qual foi o valor?

Não ( ) Sim ( ) Qual? .....  
R\$.....

2.7 Você tem **casa na cidade**?

Não ( ) Sim ( ) Qual? .....

2.7.1 Estime a despesa mensal com a segunda casa em 2016 (água, luz, construção, etc.).

R\$ .....

2.8. Houve algum **outro gasto** importante em 2016? Qual foi? Quanto custou?

Não ( ) Sim ( ) Qual? .....  
R\$.....

2.9. Em 2016 com que **tipo de despesa** o domicílio mais gastou? Marcar 1 alternativa.

Despesa	R\$
1. ( ) Bem de patrimônio doméstico	
3. ( ) Rancho	
4. ( ) Combustíveis: gasolina, diesel e gás	

5. ( ) Taxas comunitárias e sindicais	
6. ( ) Casa na cidade	
7. ( ) Filhos estudando fora	
8. ( ) Equipamentos de trabalho	
9. ( ) Outro gasto (especificar)	

### 3. FONTES DE RENDA EM 2016

3.1 Qual foi a **principal fonte de renda** do domicílio em 2016? Marcar 1 alternativa.

1. Agricultura ( )	2. Madeira ( )	3. Benefícios do governo ( )
4. Pesca ( )	5. Trabalho remunerado: salário, diária etc. ( )	6. Outra ( ) Qual?.....

3.2 **Benefícios do governo** vigentes em 2016

Benefícios recebidos em 2016	Nº de pessoas beneficiadas	Valor Mensal em R\$	Estimativa do valor total em 2016 em R\$
1. Aposentadoria ( ) idade ( ) invalidez			
2. Pensão ( ) alimentícia ( ) vitalícia			
3. Bolsa floresta ( )			
4. Bolsa família ( )			
5. Seguro Defeso ( )			
6. Salário maternidade ( )			

3.3. Algum morador do domicílio realizou <b>trabalhos remunerados</b> em 2016?	Não ( )	Sim ( )
--	---------	---------

3.4. Quantos moradores do domicílio receberam **salário** em 2016 (marcar por sexo)? Quantos meses trabalharam e qual o valor recebido mensalmente?

Atividade	Nº de Homens empregados	Nº meses	Valor Mensal em R\$	No de Mulheres empregadas	Nº meses	Valor Mensal em R\$
1. Professor						
2. Merendeira						
3. Agente de Saúde						
4. Funcionário IDSM						
5. Outro.						

3.4.1. Membros do domicílio <b>prestaram serviços</b> como diarista ou por empreita em 2016 (por ex. serrador, carpinteiro, assistente de pesquisa)?	3.4.1.2 Qual a estimativa da remuneração total proveniente de diária/empreita em 2016?
Não ( )	Sim ( ) R\$ .....

### 3.5. Comércio

3.5.1. Em 2016 alguém no domicílio possuía algum tipo de comércio?	Não ( )	Sim ( )
--	---------	---------

3.5.2. Qual era o tipo de comércio?	Domiciliar ( )	Regateiro Fluvial ( )
-------------------------------------	----------------	-----------------------

3.5.3. Qual era o rendimento médio mensal obtido com o **comércio** em 2016? Escrever o valor se souber.

1. Até R\$ 100	( )
2. De R\$ 100 a R\$ 300	( )
3. De R\$ 300 a R\$ 500	( )
4. Mais de R\$ 500	( )
5. Não sabe informar	( )

### 3.6 Atividades produtivas em 2016

3.6.1. Quais das atividades abaixo foram desenvolvidas em 2016? Destas, quais foram comercializadas? Com que frequência? (1) pouco, (2) muito.

Atividade	Produziu em 2016?		Comercializou?		Frequência	
	Não	Sim	Não	Sim	1	2
1. Pesca - peixe miúdo						
2. Pesca – peixe liso						
3. Pesca – tambaqui						
4. Pesca – pirarucu						
5. Roça de mandioca para fabricação de farinha						
6. Cultivo de Banana						
7. Sítio – frutas						
8. Criação – gado						
9. Criação – búfalo						
10. Criação – suína						
11. Criação – aves						
12. Caça						
13. Extração madeireira						
14. Artesanato (enfeites, decoração)						
15. Fabricação de objetos (teçume e barro)						
16. Fabricação de Canoa e remo						
17. Extração de óleos (andiroba, copaíba e outros)						
18. Coleta de açai						
19. Coleta de castanha						
20. Mel de abelha						

3.6.2. Identifique, entre as atividades enumeradas acima, quais foram as que deram **maiores rendimentos** em 2016? Em que ambiente foram realizadas? Qual foi o período do fábriço de cada atividade? Estime o valor total obtido em 2016.

Atividades com maiores ganhos monetários em 2016	Ambiente				Período do fábriço (em meses)	Estimativa ganho total em R\$
	TF	Vz	Rio	Lago		
1º						
2º						
3º						

## 4. COMERCIALIZAÇÃO

4.1 Alguém da casa trabalhou com **patrão** em 2016? Não ( ) Sim ( )

4.1.2 Quais foram os principais produtos vendidos para o patrão em 2016?

Farinha ( )	Pirarucu ( )	Peixe liso ( )	Madeira ( )	Outro (especificar)
-------------	--------------	----------------	-------------	---------------------

4.1.3 Quais as principais mercadorias compradas do seu patrão em 2016?

Rancho ( )	Combustíveis ( )	Patrimônio doméstico ( )	Outro (especificar) ( )
------------	------------------	--------------------------	-------------------------

4.1.4 Ficou devendo para o patrão em 2016?	Não ( )	Sim ( )
--	---------	---------

### 5. ESTIMATIVAS TOTAIS

Total de Despesas Anuais R\$		Total de Despesas Mensais R\$ .....	
Total de Rendimentos Anuais R\$		Total de Rendimentos Mensais R\$ .....	

**6. ESPAÇO LIVRE** (depoimento do entrevistado ou registro do entrevistador)  
 Algum comentário sobre a situação econômica de seu domicílio em 2016